

Analfabetismo

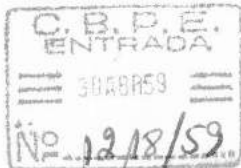
379. 2

Projeto de Lei de liquidaçao do
analfabetismo.

Gomes, Raul

Curitiba, 23 de abril de 1959

Ilmo. Dr. Anísio Teixeira, Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Pedagógicas



Tomo a liberdade de lhe comunicar que, em caráter particular, iniciei em caráter amplo, cobrindo os 162 municípios do Paraná a campanha conhecida pela sigla OPALA-OPERAÇÃO PARANÁ DE LIQUIDAÇÃO DO ANALFABETISMO, inspirada na lição vitoriosa do nosso primeiro município piloto (ou modelo) que POR INICIATIVA DE UMA COMISSÃO LOCAL PRESIDIDA PELO DR SYDNEY ANTUNES DE OLIVEIRA, PROMOTOR PÚBLICO DA COMARCA e amparado por uma comissão local idônea está se executando naquela comuna.

Esta votara há tempos uma lei, cujo texto lhe envio, e seguindo-a a comissão a aplicou a todo o município.

Diante dos primeiros resultados demográfico-estatísticos, o sr Governador Moisés Lupion me fez esta sugestão: POR QUE NÃO ESTENDE A TODO O ESTADO ESSE TRABALHO?

Dai meu audacioso cometimento a cuja prática ME ATIREI SOSINHO, embora sob as simpatias do Chefe do Estado.

E vai caminhando, partindo da adoção daquele diploma. Fiz um anteprojeto, e consegui sua apresentação na Assembleia Legislativa onde segue tramites técnicos para aprovação.

Meu plano, consubstanciado na lei de Morretes (cujo anteprojeto foi meu) consta de duas finalidades:

A primeira é a adoção da conscrição da classe de sete anos feitos, anualmente para ser matriculada nas escolas públicas e particulares.

Esse trabalho tem de ser anual e religiosamente cumprido para estancamento total do analfabetismo em sua fonte.

A outra parte, visa a uma espécie de mística, que deve envolver todo o povo de cada município. E como V.S. pode verificar, busca atrair as massas para ataque do problema, do mesmo passo que, reveladas as lacunas, falhas no meio biosocial, se cogitará de as preencher por meio de providências adequadas. Na experiência de Morretes propugnei energicamente, e continuo agindo, a colaboração

de observadores ou equipes das Secretarias da Educação (Missões Educacionais de que já em 1927 tratei em tese aprovada pela Conferencia da ABE), Trabalho-para assistencia, Saude para o fim da erradicação de endemias, etc, Agricultura para instalação de internatos agrarios, escolas agrotecnicas, etc. (Tudo isso poderia ser atendido pelo Ministerio de Educação em conjunto ou isoladamente com o Estado e o municipio).

Meu plano, -velho de mais de trinta anos pois sua idea vertebral, medular ou de alicerce ou fundação é A CONSCRIÇÃO ESCOLAR DA CLASSE DE SETE ANOS FEITOS PARA SUA MATRICULA E PERMANENCIA NA ESCOLA S SETE OU SEIS ANOS NAS CIDADES E SEIS OU CINCO ANOS NOS CAMPOS, com mira na adaptação e fixação dos egressos na propria região.

Pela exposição sumaria acima, se nota que meu projeto não se contrapõe ao do Ministerio em experiencia em municipios piloto de alguns Estados. Mas ANTES SE AJUSTA PARA SE COMPLETAR.

São trabalhos (ao meu não denomino experiencia) em andamento, com diferenca quanto ao começo pois o meu começou em 1958 (maio ou junho a ser executado) e o do MEC parece que na fase de campo se iniciou este ano.

Esta carta serve apenas de introdução a outras comunicações que lhe irei fazendo, em caeter esplanativo ou logo de absoluta objetividade quando lhe remeter os quadros e mapas em fase de conclusão pelas brilhantes equipes de Morretes.

Anexo um exemplar da lei e uma entrevista minha sobre mim a comovedora empresa da brava gente da terra de Rocha Pombo e sobre o alargamento da arrojada idea de extende-la a todo o Estado.

Aceite um vigoroso abraço do velho companheiro de trinta anos, do admirador ao maior educador da America meridional e ao brilhante comandante da rutilante brigada da tecnicos do

MEC. Cordialmente

Professor Raul Rodrigues Gomes (tout court Raul Gomes)

Professor catedrático da Universidade do Paraná

Rua Clotario Portugal 244, Curityba, PR, Brasil



Curitiba, dezembro de 1958

Ilmo. Sr.

Junto vos remeto o texto do projeto da lei de liquidação do analfabetismo para ser êle aprovado com urgência.

Moldado no já em aplicação vitoriosa no Município de Morretes, Curitiba o adotou, outras comunas fazem o mesmo.

De esperar o vote essa adiantada unidade, fazendo o mesmo. E por seu Prefeito, autoridade judiciária ou pessoa grada inicie a sua aplicação antes mesmo de sancionada, formando comissão para promover o cadastro e outras providências:

I — Nos quadros urbano e suburbano;

II — No interior do Município.

Estou absolutamente certo de que êsse Município se mobilizará e se porá em pé para a guerra total àquele mal.

De vosso patrício e admirador,

Professor RAUL GOMES

Professor da Universidade do Paraná
Enderêço: Rua Clotário Portugal, 244
CURITIBA-Pr.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ".....", ESTADO DO PARANÁ

DECRETA

Art. 1º — A Prefeitura de, empreenderá uma campanha sistemática para abolição do analfabetismo desde as crianças de sete anos feitos aos adultos de qualquer idade.

Art. 2º — Toda a criança que completar sete anos de 1º de janeiro a 31 de dezembro deverá, obrigatoriamente, no começo do ano letivo imediato, ser matriculada em escola pública ou particular, cumprindo-lhe freqüentá-la com assiduidade durante cinco anos na cidade e três anos letivos integrais nas zonas rurais.

Art. 3º — Para execução do disposto no artigo segundo, é instituído em caráter permanente o serviço de conscrição escolar anual, abrangendo todas as crianças de sete anos feitas nascidas ou residentes no Município.

Art. 4º — De par com a conscrição das crianças de sete anos feitos, se procederá anualmente ao censo dos analfabetos de todas as idades para localização e fichamento de modo a serem desanalfabetizados pelos elementos da campanha de ensino dos adultos ou por outros meios oportunamente conseguidos.

Art. 5º — Para promover, organizar, coordenar o relacionamento das crianças de sete anos feitos e o censo de adultos analfabetos de todas as idades, serão constituídas uma Comissão Central e Subcomissões em cada povoado, fazenda, ou estabelecimentos industriais grandes, formadas de cidadãos de boa vontade pertencentes a todas as classes sociais e sem distinção de política, religião, sexo ou condição social.

Art. 6º — Todos os trabalhos prestados pelos membros dessas comissões serão gratuitos, porém, considerados de alta benemerência social.

Art. 7º — A Comissão Central funcionará na Prefeitura ou na impossibilidade disso em local que lhe for oferecido ou obtido e as dos povoados em salas adequadas conseguidas pela cooperação popular.

Art. 8º — Cabe à Comissão Central e às Subcomissões segundo as circunstâncias:

- I — Obter diretamente ou por meio da Secretaria de Interior e Justiça, dos escrivães de registro civil a relação das crianças nascidas de 1º de janeiro a 31 de dezembro sete anos antes e das mortas durante o setênio correspondente;
- II — Conseguir da Igreja Católica e de outras confissões religiosas a lista de crianças nascidas no 1º ano do setênio referido e batizadas nessas igrejas;
- III — Procurar fazer o censo completo das crianças residentes no Município e de sete anos feitos, registradas ou não, utilizando a colaboração das comissões locais, dos funcionários municipais, do magistério público e particular, das empresas coletivas ou individuais, em todo o município;
- IV — Conseguir a cooperação dos oficiais do registro civil para que das listas das crianças de sete anos feitas nascidas ou residentes no município sejam expurgados os nomes das falecidas durante o setênio e possivelmente das ausentes;
- V — Ter como objetivo anualmente que dentro da cidade e do território municipal seja feito o arrolamento integral das crianças de sete anos feitos e de todos os adultos analfabetos;
- VI — Até 30 de outubro de cada ano, o arrolamento geral deve ser concluído e suas listas devem se achar concentradas na Comissão Central, ficando cópias nas subcomissões locais;
- VII — De cada lista devem constar: 1º o nome da criança; 2º o nome e residência dos pais, ou dos que a registraram; 3º se já foi matriculada em escolas públicas ou particulares; 4º se não tem defeito físico permanente que a impossibilite de freqüentar escola; 5º se tem saúde; 6º se os pais dispõem de recursos para alimentá-la e vesti-la.
- VIII — Durante o mês de novembro, serão organizadas as listas definitivas destinadas a servir de base para a matrícula nas escolas públicas;
- IX — A Comissão Central fará o arrolamento dentro do quadro urbano e suburbano e as subcomissões nas zonas de suas jurisdições nos seus povoados;
- X — Para realizar esse serviço, a Comissão Central dividirá a cidade e a zona suburbana em zonas ou seções, o mesmo fazendo na sua esfera as subcomissões, confiando-se a pessoas de boa vontade residentes na sua órbita para irem de casa em casa tomar dados precisos sobre crianças de sete anos e adultos analfabetos;
- XI — Coletadas as listas assim feitas, a Comissão Central as conferirá com as relações do Registro Civil para eliminação das mortas ou sabidamente ausentes deste município. As crianças que já recebem instrução pública ou particular serão incluídas em lista à parte para posteriores verificações.

- XII — Organizadas as listas definitivas pelas quais se opera a matrícula oficial nas escolas públicas ou particulares, caberá à Comissão Central e a todas as subcomissões locais realizar severíssima fiscalização para constatarem se ficaram crianças em suas residências, averiguando-lhes as causas e procurando removê-las;
- XIII — Se não for obtida explicação provada para a resistência ao ingresso e freqüência à escola, os pais das crianças serão intimados a cumprir a lei, levando-as à escola e assumindo o compromisso de torná-las assíduas;
- XIV — Se apesar da intimação estatuida na alínea anterior, os pais não lhe obedecerem, serão multados pela Prefeitura Municipal em Cr\$ 100,00 (Cem Cruzeiros) cobrados imediatamente, sendo ainda exigido respeito à lei da obrigatoriedade da matrícula e freqüência escolar.

Art. 9º — A Comissão Central organizará a sete de setembro de cada ano uma solenidade cívica com a participação dos seus membros e de todas as subcomissões locais, das autoridades e do povo em geral para o lançamento da campanha de todas as crianças de sete anos feitos de 1º de janeiro a 31 de dezembro do ano anterior, de modo a obtenção do auxílio geral para que nenhuma fique excluída.

Art. 10 — Nessa solenidade, se lançará a campanha para o censo de todos os analfabetos adultos e a concitação ao esforço pela sua desanalfabetização.

Art. 11 — Nos anos subsequentes ao da inauguração da campanha da conscrição e da abolição do analfabetismo, serão conferidos prêmios aos maiores trabalhadores dessa obra.

Art. 12 — A 19 de dezembro de cada ano, começarão a ser afixados editais com as relações das crianças conscritas de sete anos feitos e convocados os pais e responsáveis para lhes confirmar as matrículas nas escolas públicas incitando-as a que se desvelem pela regularidade de sua freqüência.

Art. 13 — A afixação dos editais será precedida de sessões cívicas promovidas pela Comissão Central e pelas subcomissões de maneira que se procure salientar o alcance da desanalfabetização, da matrícula e freqüência de todos os conscritos e dos adultos analfabetos recenseados de modo que o público adquira consciência de seu dever de dar cooperação efetiva para que nenhuma criança fique sem freqüentar escola.

Art. 14 — O primeiro edital será afixado no local mais adequado com aparato a solenidade, convidando-se a fazê-lo a pessoa mais graduada presente de sorte a que êsse ato desperte grande e profunda atenção no povo.

Art. 15 — No período de 19 de dezembro à época da abertura da matrícula oficial das escolas públicas e do início de seu funcionamento, a Comissão Central e as subcomissões locais desenvolverão intensa propaganda para que as crianças conscritas se preparem para ingressar e freqüentar escola pública ou particular.

Devem ser usados todos os meios de publicidade, (rádio, jornal, cartazes, etc.) para difusão dêste «slogan»

«NENHUMA CRIANÇA DE SETE ANOS FEITOS DEVE FICAR EM CASA SEM INSTRUÇÃO».

Art. 16 — A Comissão Central e as Subcomissões locais verificarão nesse período se as escolas existentes no Município, comportam a totalidade das crianças conscritas. Na hipótese, de elas não comportarem todas as crianças, serão tomadas com urgência e energia as providências para que nenhuma conscrita fique sem escola.

Art. 17 — A Comissão Central providenciará junto das autoridades de ensino para que a reabertura das escolas seja comemorada com uma festa cheia de atrações e alegria, executando-se programa com cânticos, dansas, números desportivos, etc., de forma a êsse ato ficar gravado agradavelmente e indelêvelmente na memória das crianças.

Art. 18 — Inaugurado o ano letivo, toca à Comissão Central e à cada Subcomissão local a tarefa da verificação sévêra da freqüência das crianças conscritas e matriculadas em escola pública ou particular.

Art. 19 — Se houver crianças remissas, a Comissão Central e as Subcomissões procederão como manda o artigo oitavo em suas alíneas XII e XIV.

Art. 20 — As Comissões constatarão se existem crianças anormais ou deficitárias, procurando remediar-lhes a situação como for possível.

Art. 21 — Cada Comissão pedirá a cooperação dos Postos de Saúde de modo a ser feita a ficha de saúde de cada criança conscrita para a necessária assistência em caso de enfermidade ou anomalia.

Art. 22 — Cada Comissão fará esforços para que a cada criança seja dada uma refeição adequada garantida pela cooperação popular.

Art. 23 — A Comissão Central procurará obter dos poderes competentes a organização de Missões Escolares de acôrdo com a Experiência já executada noutras comunas dos Estados do Brasil e já aplicadas pelo Ministério de Educação de nossa Pátria.

Art. 24 — A Prefeitura de instituirá prêmios honoríficos para contemplar as pessoas que, por indicação da Comissão Central, hajam prestado serviços à Campanha de Desanalfabetização.

§ Único — Êsses serviços devem ser prestados durante mais de dois anos consecutivos à Campanha de Conscrição Escolar e da luta pela abolição do analfabetismo em todo o Município, devendo êsses prêmios ser conferidos em sessão cívica anual de sete de setembro.

Art. 25 — A Prefeitura Municipal de, a Comissão Central de Conscrição Escolar e as suas Subcomissões convocarão para participarem da Campanha anual todos os professores, chefes de indústrias e fazendas, todos os intelectuais e o povo em geral, e principalmente as sociedades recreativas, culturais ou de classe.

Art. 26 — Elas solicitarão o apóio dos poderes do Estado para suas atividades, para os filhos e amigos de ..
..... residentes fora do Município.

Art. 27 — Terão papel preponderante e de eficiência na Campanha os estudantes secundários, primários e técnicos do Município.

Art. 28 — No ano de 1958, haverá a título experimental, tentativa de conscrição no quadro urbano, no suburbano e nas zonas rurais onde for possível de modo a se fazer a matrícula ainda para esse ano letivo das crianças nascidas de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1951.

Art. 29 — Tratando-se apenas de uma tentativa de prática, esta mostrará as necessidades de aperfeiçoamento e complementação dos dispositivos desta lei.

Art. 30 — Em época adequada do ano de 1959, terá início, como consta desta lei, em seu artigo nono a aplicação integral de seu texto dentro do ritmo e normas nela estabelecidas.

Art. 31 — Para constituição de fundos para despesas indispensáveis, as Comissões procurarão o apóio de escolas, grupos, ginásios, sociedades, etc., para realização de festivais litero-artísticos, desportivos.

Art. 32 — A Prefeitura reservará em seu orçamento, anualmente, uma verba para aquelas despesas.

Art. 33 — Revogam-se as disposições em contrário.

.....de de 1958

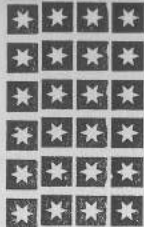
Celso

BOLETIM DA

**AÇÃO
CATÓLICA
BRASILEIRA**

*um estudo da educa-
ção, detendo-se no en-
sino médio no brasil.*

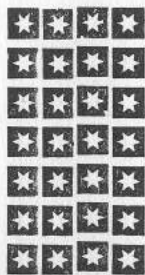
N.º 4 — RIO DE JANEIRO — MARÇO 1962



Tendo por motivação principal os projetos de lei que visavam a fixar as bases e diretrizes da educação nacional, EDUCAÇÃO foi, durante muito tempo, tema de discussões, origem de posições contravertidas. Acaba de ser aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Pouco se discute hoje. Mas é agora que as reformas devem começar. Estaremos preparados?

Para a VII Semana Nacional da Ação Católica Brasileira, em maio de 1961, preparou-se um tema — EDUCAÇÃO —, relatado por Maria do Carmo Ibiapina, então da Equipe Nacional da JECF. O tema, discutido em comissão, com as emendas e conclusões, foi retomado por Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero, da Equipe de Educação do Secretariado Nacional da ACB. Redigiu-se este boletim ampliando e aprofundando o estudo e atualizando-o de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Partimos de uma análise da situação atual da escola de nível médio no Brasil. Analisamos os fundamentos da Educação, procurando explicitar conceitos. Propusemos algumas diretrizes para a estruturação do ensino de grau médio, tendo em vista as exigências do momento histórico brasileiro e destacando o papel da Ação Católica, através dos seus movimentos especializados, na obra educacional.



INTRODUÇÃO

O Mundo atual exige reflexão. Exige uma atitude corajosa. E esta atitude positiva deve começar hoje. Agora.

Porque tanta exigência?

O Homem penetrou os espaços, o Homem progrediu nas ciências. E, ao mesmo tempo, o Homem ameaça a si mesmo com um conflito mundial. O Homem ameaça destruir-se com suas próprias mãos. A Humanidade caminha como um só homem. E suas façanhas preparam ou um progresso espetacular no plano da civilização humana, permanecendo fiel a Deus pela sua vocação, ou um extermínio definitivo.

Concretizar a vocação da Humanidade deveria ser a nossa preocupação. Deveria ser o estímulo capaz de dinamizar a juventude e todos os homens. Existe no mundo uma força que luta por esta realização coletiva e consegue arrastar grandes massas, apesar de oferecer um enderêço errado à humanidade.

Porque não mostramos o verdadeiro sentido da História? Por que também, não contagiamos o Mundo?

A verdadeira vocação da Humanidade é realizar, através dos séculos, um plano cujo desfêcho, já na trans-história, na Parusia, será a volta para o Pai. É a construção de um reino na eternidade, onde não haverá lutas nem discriminações, apenas a convivência na igualdade e no Amor. "Espera-se precisamente do Homem que, no tempo, prepare a "matéria" do Mundo; o Verbo Encarnado, no dia da segunda vinda, recapitulando tudo em sua glória, lhe dará a "forma" definitiva. E' como se Deus, imediatamente antes do repouso do sétimo dia, tivesse confiado ao Homem uma terra ainda desordenada. Ele parece ter dito a Adão e, através dêle, à Humanidade: "Durante êsse sétimo dia — o dia da História — acabai a criação do Mundo.

Voltarei, na manhã do oitavo dia — o dia da Eternidade — para retomar a terra antiga que pelos milênios da História tereis criado. Com ela Eu farei, então, a Nova Terra..." (1).

O Homem é o personagem central desta história. Cabe a êle preparar, com o seu esforço, a Terra Nova. E quando êste homem se encontra em perigo, o que poderemos esperar para êste mundo?

Encontramos, neste ponto, o motivo de uma preocupação com o problema educacional. Essencialmente dirigida à natureza humana, é objetivo da Educação fazer o Homem reencontrar a sua própria dimensão e, neste reencontro, transformar cada um em instrumento decisivo para a construção do Mundo Novo. Para isto, é necessário aperfeiçoar os sistemas educacionais, as doutrinas pedagógicas. Em nosso país, só se realizará plenamente uma reforma educacional quando houver um clima favorável. Esta reforma não é apenas um problema de legislação, de medidas exteriores, quantitativas. As transformações só representam realmente um progresso na medida em que brotam do íntimo do Homem e o encontram preparado, isto é, educado.

Educação é uma necessidade primeira no Brasil. Tem prioridade. Prioridade filosófica, metafísica, conferida pela sua própria natureza, e não prioridade cronológica. Deverá ser realizada ao lado de outras iniciativas, devendo merecer, no entanto, uma atenção especial.

2

ANÁLISE DA SITUAÇÃO DA ESCOLA DE NÍVEL MÉDIO NO BRASIL

A situação educacional do Brasil vem sendo amplamente estudada por grupos de várias tendências. Este trabalho pretende ser uma contribuição. Sua finalidade não é apenas informativa. Tentamos descobrir um caminho. Cuidamos que não prevalecessem interesses ou preconceitos. Não queremos fazer nenhuma acusação. Tampouco temos a intenção de generalizar os problemas. Eles existem por toda a parte e em todos os grupos, assim também como em todo o Brasil. Temos, ainda, de ressaltar a ação de muitos educadores que se empenham de corpo e alma para dar ao país um correto e eficiente sistema educacional.

2.1 — A escola de nível médio tem sido economicamente seletiva

«Nossa população de 12 a 18 anos é de 9.646.100. Temos escolas para 993.897 alunos. Deficit de cerca de 8.652.203 matriculas se todos os jovens desta faixa de idade buscassem a escola.» (2).

«A Escola Média funciona como um filtro econômico entre a Escola Primária e a Escola Superior. Em 1957, eram particulares 67,9% dos estabelecimentos de grau médio, sendo que cerca de 65% dos

estudantes deviam pagar seus estudos. Os alunos provenientes das classes mais pobres só tinham diante de si 35% das vagas oferecidas pelos estabelecimentos públicos, estas mesmas disputadas pelos mais bafejados da fortuna, que se podem melhor preparar para conquistá-las nos exames de admissão.» (3).

A escola está inadequada ao nível econômico do aluno, este, geralmente, não pode arcar com as despesas de uniforme, livros e outros materiais escolares, ou mesmo com as despesas de transporte. Mais sério ainda, a Escola não está preparando o aluno para a vida que é obrigado a viver, não lhe dá formação para o trabalho, que geralmente tem de enfrentar desde cedo. Prejudica-o, mesmo, não o favorecendo com um horário adequado. Daí o fenômeno do êxodo escolar. As necessidades atuais e prementes da Família falam mais alto que o desejo dos pais de verem os filhos educados. Toda esta situação é bastante séria. E mais séria se torna quando verificamos que a seleção econômica provoca também uma discriminação social.

2.2 — A escola de nível médio tem sido socialmente seletiva

Enquanto uma parte da juventude, cada vez mais protegida, cresce intelectualmente, graças às mais modernas práticas pedagógicas, uma grande maioria permanece na ignorância. A distância entre os dois grupos aumenta gradativamente. E quanto mais se demora a procurar uma solução, mais rapidamente aumentará a diferença, maior será o abismo e mais difícil se tornará o encontro e a compreensão mútua. E que sucederá quando esta compreensão se tornar impossível?

Se a discriminação pudesse ser eliminada apenas com o aumento da rede escolar, bastaria que se tomassem algumas providências econômicas e a questão estaria resolvida. Mas, o problema ultrapassa o aspecto meramente quantitativo para atingir a própria essência da educação. Diz respeito a mentalidades existentes. Podemos afirmar que a orientação das escolas tem contribuído para formar um espírito de classe. Espírito que separa não apenas indivíduos de níveis diferentes, mas também pessoas do mesmo meio social. E com apreensão que vemos transformações que sofrem muitos jovens do meio rural e do meio operário quando passam a frequentar a escola. Assumem uma atitude de superioridade junto aos companheiros de trabalho. Formam grupos separados, com interesses, conversas, lazeres diferentes daqueles de seu meio. A profissão é desprestigiada. Assumem uma mentalidade de «elite», visando apenas a uma auto-promoção e, raramente, pensam numa promoção de todo o meio ambiente a que pertencem. As crianças de todos os meios, desde o curso primário, são incentivadas a seguir uma carreira liberal, a ter um diploma. Desprezam-se as profissões e atividades manuais, mesmo as de nível técnico elevado. Mesmo os cursos superiores de profissões não-liberais são menosprezados.

Por outro lado, como se explica a existência, em um mesmo local, de uma escola pobre e mal equipada para pobres e de escolas ricas para os ricos? Por que a diferença? Salientamos o esforço empreendido por algumas escolas, sobretudo do interior, para proporcionar uma

mesma educação a todos. Desenvolvem um enorme esforço, muitas vezes sem nenhum auxílio. É preciso valorizar e reconhecer este trabalho anônimo, responsável pela promoção de muitos alunos de classes mais pobres. Existem, no entanto, principalmente nos grandes centros, escolas particulares, confessionais ou não, que representam verdadeira barreira social, impedindo mesmo a entrada de alunos de classes menos favorecidas, não apenas pelo alto custo de seu ensino, — nem sempre eficiente —, mas também por uma atitude firme de não os incluir em suas turmas.

Nas escolas católicas, será esta atitude coerente com os princípios cristãos que deveriam regê-los? Por que motivo garantem que há vagas e, quando verificam que o candidato é de cor, arranja-se uma desculpa qualquer? Algumas vezes, os admitidos com bolsas de estudo não podem continuar em um estabelecimento por causa do espírito burguês, que se manifesta, não raro, até na ornamentação das capelas e nos aparatos do culto. As exigências descabidas são de um padrão tão elevado —, por exemplo, uniformes e contribuições para festas —, que esses alunos se vêem compelidos a deixar a escola, ou permanecem nela inferiorizados.

2.3 — A escola de nível médio tem sido intelectualmente seletiva

O adolescente só alcançará um desenvolvimento integral se estiver perfeitamente adaptado à instituição educacional que o orienta. Os métodos empregados devem atender aos diversos tipos de inteligências, às vocações particulares. Caso contrário, a escola é mera exteriorização e imposição; seus ensinamentos podem desaparecer quando o aluno voltar ao seu meio.

Não podemos pensar em uma educação mais aprimorada enquanto a escola brasileira se dirigir apenas a um pequeno grupo, a uma elite, a um determinado tipo de vida, a um determinado tipo de inteligência.

O crescimento do ensino médio no Brasil (1951/1960) obedece as seguintes características: o ensino agrícola elevou sua matrícula de 3.951 para 6.663; o industrial de 18.901 para 25.925, enquanto que o ensino normal, em 1960, apresentou uma matrícula de 90.727, o comercial de 185.934 e o secundário de 868.178.

A proporção de matrícula entre a escola primária e a escola média é de UM nesta última para 7 alunos na primária. Da escola média para a superior é de 10 alunos nela para 1 no superior. A relação entre a matrícula no ensino médio é de 3,5 alunos do 1.º ciclo para 1 do 2.º. O 1.º ciclo do secundário funciona como a grande escola comum ao ensino médio, fornecendo contingentes à matrícula, no 2.º ciclo, não apenas para o próprio secundário mas também para o comercial e o normal (4).

O quadro a seguir nos mostra que a maior parte dos alunos que fazem o curso médio procuram o secundário, veículo tradicional de acesso à Universidade e de promoção social, enquanto que para as ati-

vidades industriais e agrícolas de grau médio a porcentagem de matrículas é bem pequena. As causas que motivam esta escolha são conhecidas. Destacaremos: o prestígio dos estudos acadêmicos que conduzem ao grau máximo na vida social e a promessa de uma profissão mais suave. Não podemos deixar de reconhecer, porém, que em relação às outras escolas de nível médio, como estão existindo, a escola secundária é a menos deficiente.

Achamos que uma mudança no sistema educacional exigirá uma mudança de mentalidade e uma reorganização geral das estruturas sociais. Presenciamos cada dia muitos dos jovens que, possuindo um tipo de inteligência mais prática, fazem o secundário sem interesse. Por outro lado em tôdas as regiões do Brasil, precisa-se de mais de 10.000 técnicos de grau médio e trabalhadores especializados. Nossas escolas não formam mais de 25% desta cifra. A escola agrícola ainda é mais precária que a escola industrial (5).

Entre os vários ramos do ensino médio, as matrículas em 1960 distribuíam-se aproximadamente do seguinte modo:

cursos	matrículas	
	1.º ciclo	2.º ciclo
secundário	83,5 %	41,4 %
comercial	11,0 %	31,0 %
normal	2,0 %	24,0 %
industrial	2,0 %	3,0 %
agrícola	0,5 %	0,6 %

As escolas comerciais são mais numerosas, principalmente nas grandes cidades, mas o ensino também não satisfaz. Os cursos, na sua grande maioria noturnos, apresentam enormes deficiências, tanto quanto aos programas quanto ao corpo docente não preparado.

O ensino normal, na maioria dos Estados, está muito desatualizado. É entregue, às vezes, a professores totalmente improvisados, sem nenhuma formação pedagógica e que não sabem mesmo qual a importância, para o curso, da cadeira que lecionam. Com raras exceções, os cursos normais não estais formando professores primários. Em geral são muito fracos, com currículos antiquados e inadaptados. Lembramos, porém, que o ensino normal é de competência estadual e que, em alguns Estados, já há experiências de reformas de currículos.

3

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO

3.1 — Aspecto filosófico

Nesta parte estudaremos o conceito de Educação, o sujeito da Educação, os fins da Educação e a quem cabe educar.

3.1.1 — Conceito de educação

Educar não é somente transmitir princípios e teorias. Não é apenas instruir. É formar o homem integral. O conceito de Educação apresenta dois aspectos: uma libertação e um compromisso.

• EDUCAÇÃO COMO LIBERTAÇÃO

O homem necessita de libertar-se

DE todos os fatores que o oprimem:

sociológicos — fome, falta de habitação, de saúde, de trabalho etc., influência de mentalidades e técnicas de propaganda

personais — decorrentes de sua própria natureza humana, marcada pelo pecado;

PARA um encontro com a Verdade e com a sua vocação de pessoa humana,

ATRAVÉS do conhecimento, do saber e do amor.

O homem tem necessidade de satisfazer certas exigências básicas (alimentação, saúde, trabalho, habitação etc.) para poder crescer interiormente. Precisa ter os meios necessários para ser capaz de formar um juízo de valor sobre as coisas e o mundo, para que possa extrair de cada conhecimento a verdade ou a falsidade que encerra. Sabemos que isso não é tão fácil de se conseguir, com todo o progresso e desenvolvimento do mundo atual. «Pode-se dizer que hoje um ser perde tanto mais consciência da sua realidade íntima e profunda quanto mais depende de tôdas as mecânicas que lhe asseguram, pelo seu funcionamento, uma vida material tolerável» (6).

O homem precisa ser ajudado a vencer as barreiras que encontra dentro e fora de si mesmo. «Muitos homens que se julgam mestres de seu agir, são, de fato, mais ou menos escravos de seu esforço e de sua sensibilidade. Não conseguiram estabelecer e manter sólida a hierarquia de suas faculdades». (7).

A Educação, sendo um processo eminentemente ativo, deve dar ao homem instrumentos para a sua formação. Por isso não se pode deixar de valorizar o progresso da técnica no mundo atual. Reconhecemos o perigo do tecnicismo, mas nem por isso poderemos negar o valor da técnica. Os educadores devem mostrar aos educandos a sua importância e ensinar-lhes como e até onde pode ser utilizada. Educar não é «fazer», mas despertar pessoas. A Educação deve transformar cada pessoa em um adulto, em um «homem de pé», que organizou as suas forças em função de seu próprio valor, submetendo-as ao espírito. «... quando cheguei a ser homem feito, abandonei as coisas de criança» (8).

Esta libertação do mundo externo e do «homem velho» depende da inteligência e da vontade. Inteligência que conhece as coisas e as possui para governá-las. Vontade que não apenas organiza e unifica o homem, mas que o eleva pelo Amor.

Todo êste processo de libertação só tem sentido se dirigido para um bem maior. O homem é um eterno insatisfeito. Procura sempre novos estímulos que o façam crescer e descobrir algo de novo. É movido pela sua tendência natural para o Absoluto e só se sentirá realizado no encontro com a Verdade, perene, imutável. Na medida em que se liberta, mais apto se torna para êste encontro, realizando assim sua Vocação.

• EDUCAÇÃO COMO COMPROMISSO

«O homem é um ser autônomo e social. Ele tem um destino pessoal, mas que se relaciona com o todo» (9). Qualquer atividade tem repercussões sociais, independentemente das disposições de seu autor. E todo homem é limitado em relação aos demais; só pode ser êle mesmo e não outro. A comunicação, o diálogo entre todos se torna indispensável para o progresso da humanidade. Se queremos educar, formar homens, é fundamental orientar esta comunicação.

Na medida em que o homem se educa, se eleva, se aperfeiçoa, cresce o seu compromisso para com os demais. Quanto maior a cultura, maior a libertação, quanto maior for a capacidade de compreender os homens e o mundo, maior é a responsabilidade.

O objetivo do compromisso e do engajamento com os homens é manter vivo um espírito crítico diante dos acontecimentos e das idéias que permitam um renovar e um progredir constante da sociedade; não permitir uma estagnação, porque os homens se «adaptaram», ou melhor, se moldaram às situações estabelecidas.

A Escola deve formar homens capazes de transformar a sociedade. Esta transformação se realiza pelo trabalho. «É pelo trabalho que o homem TRANSFORMA o mundo da natureza, o torna mais digno do Criador e faz dele um mundo de dimensões humanas» (10).

A Educação coloca o homem a serviço do homem para completar o plano divino da Criação e da Redenção.

3.1.2 — Sujeito da educação

O sujeito da Educação são todos os homens. E é um erro considerá-la como um privilégio das classes mais abastadas, de uma determinada elite. As pessoas devem ser tomadas em todos os grupos sociais. «O Estado deve promover a democratização de tôdas as oportunidades educacionais» (Dr. Newton Sucupira). A Educação é um direito de todos, direito fundamental da pessoa, princípio básico de justiça social. Não basta, entretanto, criar escolas ou promulgar leis. É importante haver, realmente, possibilidades de educar. Os meios devem funcionar; o ambiente deve cooperar.

É necessário que a Educação atinja o homem todo. Atinja-o como pessoa humana: espiritual e materialmente. Pois, «a principal tarefa da Educação está, antes de tudo, em formar ou alimentar o dinamismo humano por meio do qual o homem se faz homem» (11).

3.1.3 — Fins da educação

Todo processo educativo depende dos próprios fins. É um processo teleológico, tem sempre um propósito, uma finalidade. A ação educativa é uma atividade intencional. Sendo assim, tem de ter bem claro o que quer atingir, onde quer chegar. Quem educa, educa para alguma coisa.

Os fins da educação são:

- Ajudar o homem a atingir a sua plenitude, como pessoa humana. Ajudá-lo a descobrir e a desenvolver tôdas as potencialidades.
- Despertar e preparar o homem para as suas responsabilidades na comunidade em que vive. A Educação deve ter presente a comunidade e o papel que o homem deve desempenhar nela. Deve formar e orientar o homem para as responsabilidades com sua cidade, sua região e seu país.
- O conhecimento da Verdade, seja ela especulativa ou prática.

3.1.4 — A quem cabe educar

A Educação se processa no indivíduo através de estímulos provenientes de todos os setores da vida social. Podemos dizer que todas as experiências vividas pelo homem constituem oportunidade de educação. Distinguiremos:

a. uma educação **ORDENADA E SISTEMÁTICA**, dada pela Família, pela Igreja, pelo Estado e pela Escola;

b. e uma educação **ASSISTEMÁTICA**.

• «À FAMÍLIA

cabe escolher o gênero de educação que deve dar a seus filhos» (12). Os pais são educadores natos de seus filhos. É um direito, mas é também um dever que corresponde ao direito que têm os filhos de exigir deles este cuidado. Esta educação deve prolongar-se até que os filhos, em condições normais, possam viver por conta própria. «A educação que compete aos pais, visto ser dada nos primeiros anos, e sob o signo de um amor e de uma intimidade superiormente eficazes, é a educação fundamental do filhote de homem» (13).

Não se pode substituir, pois, a ação da Família, mesmo em um mundo em que a Educação faz apelo a conhecimentos científicos e técnicos cada vez maiores. Devemos, sim, ajudá-la para que se prepare para cumprir, cada vez melhor, a sua missão. Por outro lado, não possuindo todos os elementos necessários para conduzir o homem à realização de todas as suas virtualidades, a sua tarefa, mesmo no período da infância, precisa ser completada pela ação de outras instituições.

• A IGREJA

Por vontade explícita de Jesus Cristo, ficou confiada à Igreja, sob a direção da Hierarquia, a missão de revelar e ensinar aos homens o mistério de Deus e o convite para dele participarmos. Detém, ainda, o ministério dos meios sobrenaturais da salvação (os sacramentos) e o governo da Comunidade de Salvação. Neste setor, a Igreja é Mãe e Mestra e só a Deus tem de prestar contas.

Ao mesmo tempo, a transcendência de sua missão a autoriza a interferir mesmo nas realidades do plano natural, desde que comprometidas com a realização completa do destino sobrenatural do homem. No campo da Educação, ela «tem o direito de velar por toda a educação de seus filhos, em qualquer instituição, quer pública, quer particular; não só no atinente ao ensino religioso aí ministrado, mas em qualquer outra disciplina ou disposição enquanto estão relacionadas com a religião e a moral» (14). Mas, a graça não suprime e sim aperfeiçoa a natureza. A Igreja não tem o direito de prejudicar, e muito menos de suprimir, a ação específica das instituições naturais, desde que elas se coloquem no plano que lhes pertence. É assim que, normalmente, não está autorizada a batizar uma criança sem o con-

sentimento dos pais, nem a substituir o Estado nas funções que a este competem no serviço do Bem Comum.

Ainda a respeito da Igreja, de modo especial no que toca à Educação, convém destacar a missão própria da Hierarquia, no plano do magistério e do governo, e a responsabilidade do Laicado, através da grave missão da família cristã, do exercício do professorado e da instituição de estabelecimentos escolares.

• O ESTADO E A NAÇÃO

Convém destacar a distinção entre Nação e Estado: a Nação exprime todo conjunto de relações sociais, coletividades múltiplas, tradições culturais da comunidade, ao passo que o Estado concretiza o aspecto propriamente político-administrativo da vida de uma Nação.

Quanto ao setor educacional, compete à Nação, unida com a Igreja e a Família, ajudar o homem a alcançar uma certa plenitude de valores humanos, pessoais e coletivos, enraizados na nacionalidade e abertos para o mundo inteiro. De modo particular, através de sua organização político-administrativa, o Estado, compete-lhe no plano da Educação:

- dar apoio às Famílias e à(s) Igreja(s) para que possam cumprir a sua parte, dentro da comunidade;

- realizar uma ação especificamente sua: criando escolas oficiais (particularmente em caráter supletivo), exigindo das escolas (oficiais e não oficiais) que transmitam uma cultura atualizada, dando uma educação cívico-política.

• A ESCOLA

Sua importância, como uma organização sistemática, data de uns séculos para cá. É um instrumento da Família, da(s) Igreja(s), da Nação (e do Estado). Talvez a melhor organização escolar seja a da Holanda: «Todas as Escolas, quer públicas, quer sejam particulares, estão incluídas no orçamento nacional. Cerca de um quarto deste «orçamento nacional» é destinado às despesas de instrução e de educação». (15).

A Escola polariza todas as influências da sociedade. Sua responsabilidade não é tanto a de acompanhar os interesses dos educandos, mas a de ajudar a suscitar e a construir interesses permanentes. Seu fim exclusivo é a Educação, valendo-se de todos os recursos da pedagogia moderna para maior eficiência. Sua importância tem aumentado com o desenvolvimento técnico, cultural e religioso. Mas, «deve a Escola procurar dar um sentido de autenticidade às suas atividades docentes. E isto só é possível na medida em que ela se aproxima das realidades sociais». (16)

*

A **EDUCAÇÃO ASSISTEMÁTICA** é proporcionada pelas diversas atividades da vida social: contactos humanos, leituras, rádio, televisão, imprensa, cinema etc.. Tudo influencia o adolescente que, vive ansioso por distrações e novas experiências. Um educador não pode ignorar que o cinema, a leitura, o rádio são poderosos meios de transmissão. Exercem mais influência que certas aulas abstratas, desligadas da vida do jovem. Proporcionam conhecimentos mais profundos das pessoas e das coisas. Dão uma visão do mundo, a vida de outros povos e de outras pessoas dos níveis sociais mais diferentes. Enfim, tornam o mundo distante mais próximo. Os educadores, conscientes da importância desses instrumentos, devem formar os educandos para que saibam escolher e criticar, equilibradamente, a matéria transmitida.

«A necessidade atual é de uma concepção mais ampla da ciência da Educação — uma ciência intimamente integrada com todas as outras ciências da sociedade e da cultura humana. Devemos compreender que as respostas às mais profundas questões referentes ao modo de se conduzir a Educação, questões que envolvem valores e objetivos, têm de ser encontradas fora da escola e além dos imperativos do conhecimento científico. Uma ciência pode dizer-nos como produzir um guerreiro ou um pacifista, um escravo ou um homem livre, mas não nos pode dizer o que faremos com qualquer destas coisas. A ciência pode penetrar os segredos do átomo, mas não nos pode dizer se devemos fazer bombas atômicas ou converter a energia atômica a fins pacíficos.» (17).

Podemos concluir que «toda a esfera extra-educacional exerce, no homem, uma ação mais importante para a educação do que a própria educação.» (18). Neste ponto, chamamos a atenção para o trabalho da JEC e da JECF e de outros movimentos de juventude na obra de uma educação integral.

3.2 — A educação no momento histórico

A Educação participa de um determinado momento histórico, do qual é inseparável. Cairemos em uma alienação, se levarmos em conta apenas o aspecto filosófico, esquecendo a realidade em que o homem está inserido. Por outro lado, prescindindo de qualquer reflexão sobre a natureza do homem e olhando apenas os fenômenos sociais, poderemos cair também em um unilateralismo. «A tarefa da Educação não está em formar o homem abstrato de Platão... mas de determinada nação, de determinado meio social e época histórica» (19). Não podemos nos esquecer de que «o homem não é apenas animal da natureza... mas é também animal de cultura, cuja espécie subsiste com o progresso da sociedade e da civilização. É um animal histórico» (20). Para que ele progrida, cresça espiritual, intelectual e moralmente, não pode prescindir das experiências das que o antecederam.

«A Educação jamais pode ser um processo inteiramente autônomo, independente de tempo e de lugar, conduzida de acordo com suas próprias leis. Tem havido tantas educações na história quantas têm sido as sociedades humanas. Ela constitui parte integrante de uma cultura ou de uma civilização, como um sistema econômico ou político.

A própria maneira em que se concebe a Educação, quer o seu objetivo seja escravizar, quer seja libertar a mente, é expressão da sociedade a que serve. Embora todos os programas educacionais do mundo de hoje reflitam a concepção de uma humanidade comum, nenhum destes programas, como um todo, deve ser considerado artigo de exportação, com ou sem o apoio de dinheiros ou de metralhadoras. Cada educação é, necessariamente, expressão muito íntima de uma civilização particular» (21).

Na situação atual do Brasil, os educadores devem tomar conhecimento das transformações que se sucedem, analisá-las e programar o seu trabalho levando em consideração os valores do passado e os do presente. É preciso dar uma educação que atenda às necessidades e exigências do país, de cada região; uma educação que leve em conta o processo de desenvolvimento do Brasil. (Por desenvolvimento entendemos um processo total, que apresenta meios, condições, e traz conseqüências não só de ordem econômica, mas social, cultural, política, moral, psicológica e religiosa). Enfim, é necessário dar uma educação que oriente a juventude para todas estas realidades, encaminhando a solução inteligente de sua complexa problemática. Uma educação que prepare elites capazes de desempenhar as diferentes tarefas que surgem em um país em vias de desenvolvimento. Falamos de elites no sentido dado por Mannheim, quando classifica os diferentes tipos de elites: políticas, culturais, tecnológicas, artísticas, profissionais (liberais), morais e religiosas. É importante não esquecer que «na Democracia, uma elite é um grupo dirigente, mas que não vale por si mesma e deve estar a serviço da comunidade. É preciso que as elites se formem sem se tornar oligárquicas» (Dr. Newton Sucupira).



ALGUMAS DIRETRIZES PARA UMA REESTRUTURAÇÃO DO ENSINO DE GRAU MÉDIO

Estamos diante de uma complexidade de fatos e de caminhos a seguir. Leigos ou técnicos em Educação emitem os mais variados pronunciamentos, apontando soluções as mais diversas. Não pensamos haver descoberto o caminho definitivo, nem queremos exigir uma solução imediata. Seja ela qual for, deverá ser posta em prática paralelamente à concretização de outras medidas igualmente necessárias para uma transformação geral do panorama brasileiro.

Para a solução do problema educacional brasileiro não se pode partir da defesa de interesses, ou de pontos-de-vista particulares, reivindicações partidárias, soluções teóricas, simpatias por este ou aquele regime. É preciso procurar um sistema educacional que atenda de fato às necessidades do povo, sistema este profundamente imbuído do problema brasileiro, sem ferir princípios que garantem a dignidade da pessoa humana. Sabemos, também, que uma solução satisfatória exigirá coragem e sacrifícios de todos. Exigirá abnegação, abandono de posições fáceis e cômodas, numa atitude semelhante à adotada por São Paulo: «Fiz-me fraco com os fracos, a fim de ganhar os fracos. Fiz-me tudo para todos a fim de salvar a todos» (22).

4.1 — Medidas econômicas

Para se melhorar a rede escolar, é preciso levar em conta, naturalmente, o elemento econômico. Pensamos imediatamente no aumento dos recursos destinados ao trabalho educacional.

Em relação aos recursos aplicados à Educação, segundo a UNESCO (Despesas Públicas com a Educação, 1955), entre 87 países, o Brasil ocupava o 60.º lugar. O 1.º lugar cabia à Rússia, que empregava 210,7 dólares por pessoa. Os Estados Unidos empregavam 56,3, enquanto no Brasil estes gastos não ultrapassavam 6,4 dólares, média inferior à empregada por países como o Chile (11,2), Argentina, Colômbia, Porto Rico, Panamá e outros.

Até o presente ano, teoricamente, 10% da renda anual da União devia ser dedicada ao ensino. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação prescreve: «A União aplicará anualmente, na manutenção e desenvolvimento do ensino 12% (doze por cento), no mínimo, de sua receita de impostos e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, 20% (vinte por cento) no mínimo» (23).

Grande parte das verbas para a Educação aplicadas a finalidades não prioritárias será devidamente encaminhada, de acordo com a referida Lei, art. 93, § 2.º: «Não são consideradas despesas com ensino:

- a) as de assistência social e hospitalar, mesmo quando ligadas ao ensino;
- b) as realizadas por conta das verbas previstas nos arts. 199, da Constituição Federal e 29, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;
- c) os auxílios e subvenções para fins de assistência e cultural (Lei número 1.493 de 13-12-1951).

Considerando as necessidades atuais do Brasil, uma melhor aplicação das verbas liberadas para a Educação deveria canalizar a maior parte dos recursos para os ensinos elementar e médio.

Com relação a questão de auxílios e subvenções para as escolas, a Lei diz o seguinte: «A União dispensará a sua cooperação financeira ao ensino sob a forma de:

- a) subvenção, de acordo com as leis especiais em vigor;
- b) assistência técnica, mediante convênio visando ao aperfeiçoamento do magistério, à pesquisa pedagógica e à promoção de congressos e seminários;
- c) financiamentos a estabelecimentos mantidos pelos Estados, Municípios ou particulares para a compra, construção ou reforma de prédios escolares e respectivas instalações e equipamentos» (24).

«Os estabelecimentos particulares de ensino que receberem subvenção ou auxílio para a sua manutenção ficam obrigados a conceder matrículas gratuitas a estudantes pobres, no valor correspondente ao montante recebido» (25). «Não será concedida subvenção nem financiamento ao estabelecimento de ensino que, sob falso pretexto, recusar matrículas a alunos, por motivo de raça, cor ou condição social» (26).

4.2 — Escola pública ou escola particular?

Nas atuais discussões, este é o ponto mais controvertido. A simples proposição do tema já suscita uma posição de ataque e uma reação de defesa. Tais atitudes não têm sentido, uma vez que não existe oposição real entre os dois tipos de Escola. O que provoca tal oposição é a propaganda, a defesa de interesses, uma concentração exagerada sobre os instrumentos, esquecendo-se dos objetivos. A verdadeira controvérsia existe entre analfabetismo e Educação, entre educar alguns e a necessidade de educar todos. A maior parte das pessoas que discutem defendem ideologias ou interesses. Não discutem, objetivamente, a natureza da Escola.

No momento atual as duas Escolas são necessárias. Não no sentido de simples coexistência, um lado fazendo concessões ao outro, e sim em um trabalho de complementação, para se construir realmente um **Sistema Educacional** e não um campo de eternos debates. O que precisamos é de um Sistema Educacional que atenda às necessidades e às realidades e que aproveite, equilibradamente, todas as forças positivas da sociedade, todos os esforços democráticos dos diferentes grupos, em prol da Educação. Este encontro é necessário e será profundamente benéfico para a cultura.

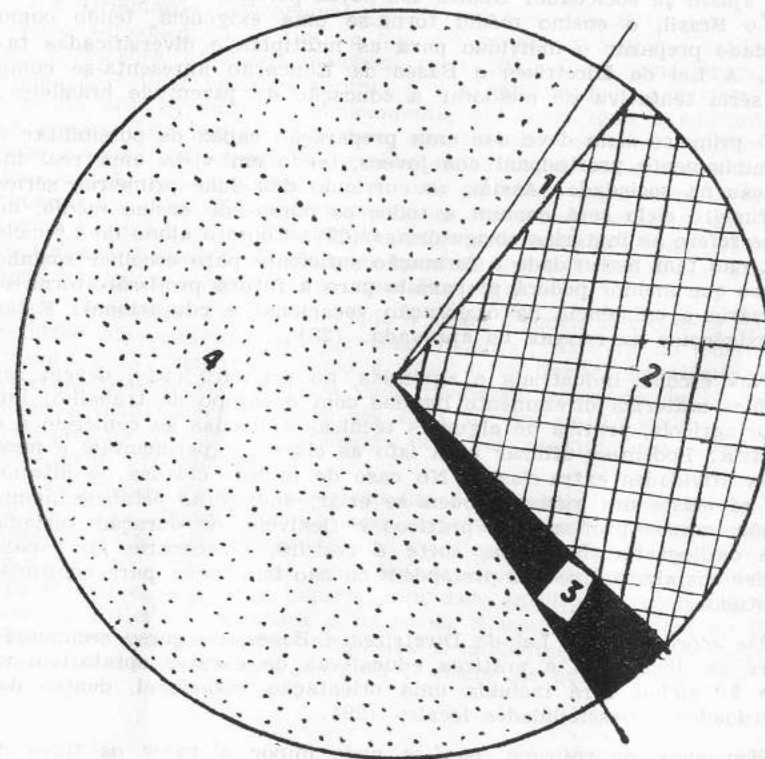
A Escola Pública precisa ser entendida não como sinônimo de oficial ou estatizante. Tanto ela como a Particular devem ser **comum, universal, para todos**. Precisam expandir-se, crescer, aproximando todos os níveis sociais, todas as raças, todos os credos religiosos. Devem organizar-se em torno dos valores fundamentais da sociedade, em torno de uma orientação positiva, expressa na Carta dos Direitos Fundamentais do Homem. Nós católicos precisamos não somente valorizar, mas **estar presentes** nas duas Escolas.

A Escola Pública exige a presença de todos. Por mais que ela procure dar ao aluno uma formação integral, este dificilmente conseguirá uma síntese harmoniosa e coerente, devido à pluralidade de orientações. O seu trabalho deverá ser completado por instituições, especialmente pela família e pela comunidade religiosa. Para os católicos, é indispensável que a Paróquia exerça a sua atividade ao lado da Escola, atendendo às exigências dos educandos, assim como é imprescindível que a família acompanhe muito de perto a educação de seus filhos.

É preciso, ainda que os católicos saibam aproveitar o direito de dar aulas de Religião nas Escolas Públicas. Até agora, pouco se tem feito. Os programas precisam ser melhor elaborados, mais atualizados. Atualmente, através do Centro Nacional de Catequese faz-se um grande esforço para a formação de catequistas e renovação dos métodos.

Para ilustrar, reproduzimos o gráfico seguinte:

Distribuição das matrículas, do ensino secundário, nas diferentes escolas



- | | |
|-----------------------|--------------------------|
| 1. Colégios Federais | 3. Colégios Municipais |
| 2. Colégios Estaduais | 4. Colégios Particulares |

(Demetrio Diaz Sanchez, La Educación en Brasil, pág. 51)

4.3 — Um novo sistema de ensino

Uma grande conquista dos nossos dias, no campo educacional, foi o reconhecimento da obrigatoriedade da Educação Elementar para todos. Mas o curso primário torna-se hoje insuficiente para uma preparação básica do indivíduo para as suas obrigações de cidadão e para o seu ajuste na sociedade. Diante das novas perspectivas que se abrem para o Brasil, o ensino médio torna-se uma exigência, tendo como finalidade preparar o indivíduo para as múltiplas e diversificadas tarefas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação apresenta-se como uma séria tentativa de melhorar a educação da juventude brasileira.

O primeiro ciclo deve dar uma preparação capaz de possibilitar o encaminhamento profissional dos jovens, tendo em vista uma real integração na sociedade. Assim, «o currículo das duas primeiras séries do primeiro ciclo será comum a todos os cursos de ensino médio, no que se refere às matérias obrigatórias» (27). Como o aluno do 1.º ciclo ainda não tem maturidade e formação suficiente para escolher sozinho o curso que melhor poderá prepará-lo para a futura profissão, torna-se necessária a existência da orientação vocacional e educacional. Estas são exigências da recente lei aprovada. (28).

Nas escolas industriais e agrícolas, no primeiro ciclo, devem ser incluídas matérias diretamente ligadas com o campo de trabalho: iniciação agrícola, prática de algumas técnicas aplicadas ao comércio e à indústria. Podem-se utilizar para isto as classes experimentais e mesmo as atividades extra-classe. No caso de muitas cidades do interior onde só existe um ginásio, podem-se criar, anexos ao estabelecimento ou não, cursos profissionais práticos e flexíveis, de duração variada, como datilografia, mecânica, corte e costura, marcenaria etc., para atender aos alunos que não pretendem ou não tem meios para continuar os estudos.

De acôrdo com a Lei de Diretrizes e Bases, no curso secundário, «entre as disciplinas e práticas educativas de caráter optativo, no 1.º e 2.º ciclos, será incluída uma orientação vocacional, dentro das necessidades e possibilidades locais» (29).

Em qualquer reforma, não se pode impor a todos os tipos de pessoas e a todo o país um mesmo currículo. É necessária uma descentralização, a fim de que a Escola possa melhor ajustar-se aos seus alunos e às necessidades de cada região. O sistema de cadeiras optativas abrirá largas possibilidades. As cadeiras de caráter regional deverão, particularmente, levar a um conhecimento efetivo de cada região, suas riquezas, suas carências, sua história e suas possibilidades futuras. O educando terá diante de si novos horizontes, novos interesses. O conhecimento da realidade poderá contribuir para a descoberta de sua própria vocação.

Este novo sistema educacional deve contar, necessariamente, com instrumentos indispensáveis:

- * orientação educacional,
- * orientação vocacional e profissional,
- * classes experimentais.

Os dois primeiros são indispensáveis já porque o educando precisa de uma orientação segura. Geralmente não encontra apoio e orientação em casa, tendo em vista os problemas da própria idade e a distância que há entre ele e os pais. As influências do meio-ambiente são as mais desconexas. A escola, como um todo, não atende a cada aluno individualmente, porque o ritmo de trabalho dos professores e do diretor não o permitem.

A **Orientação Educacional** é «um processo educativo pelo qual se assiste ao educando, a fim de que ele possa obter pleno rendimento das atividades escolares, resolver suas dificuldades emocionais, formular e realizar planos conforme a sua capacidade e seus interesses, e assim atingir, mais harmônicamente, o fim de toda a educação. A orientação deve ser um processo, um trabalho contínuo, não restringida a contactos esporádicos e ocasionais. Ela é um processo auxiliar da educação e, como esta, não é uma atividade esporádica. O conhecimento do aluno, de suas capacidades, de seus interesses, das influências familiares que o atingem, exige um trabalho longo, dedicação contínua e utilização de todas as técnicas que a Pedagogia e a Psicologia modernas oferecem ao orientador (30).

A **Orientação Vocacional** ajuda o aluno a tomar consciência de suas aptidões, de seus interesses e possibilidades. Através do Serviço de Orientação Vocacional o aluno é ajudado a tomar conhecimento das oportunidades oferecidas para cada profissão (mercado de trabalho). A orientação vocacional deve ser feita no fim do 1.º ciclo. Em continuação, no 2.º ciclo, o educando deve ser assistido pelo Serviço de Orientação Profissional.

As **Classes Experimentais** são um dos grandes passos em matéria de Educação. Possibilitam as mais variadas experiências no campo pedagógico e dão plena liberdade para a aplicação de métodos modernos de aprendizagem. Constituem uma grande oportunidade para a pesquisa educacional e, em vários lugares, têm dado excelentes resultados. Precedendo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, surgiram no Brasil como uma grande oportunidade para a implantação de novos métodos e de medidas mais acertadas para o ensino de grau médio.

4.4 — Atividades extra-classe

No conceito de Educação, dissemos que educar não é apenas instruir. É formar o homem integral. E o homem, em cada fase de sua vida, precisa satisfazer algumas exigências para crescer interiormente. Particularmente, «se levarmos em conta a necessidade de expansão, expressão e participação do adolescente, veremos que as aulas são insuficientes para atender certas exigências fundamentais de sua personalidade em desenvolvimento. Proporcionam, no máximo, uma formação intelectual deixando de lado outros setores importantes» (E. G. Nérici).

Surge daí a necessidade das atividades extra-classe na escola de nível médio, para vitalizar o que é dado em aula e atender melhor à formação do aluno. Nestas atividades o educando se apresenta como realmente é. Nos contactos e nos trabalhos em grupo, sacia o desejo de se expandir, vence a timidez e a insegurança.

As atividades extra-classe podem, ainda, ser um meio de expressão. É próprio da adolescência querer ser notada, querer ser original, querer exprimir seu juízo sobre o mundo, as pessoas e as coisas. Estas atividades ajudam o adolescente a realizar isto, porque é ele quem pensa, planeja, apresenta e realiza. São oportunidades para que os educadores descubram e conheçam os líderes. Ajudam também os jovens a tomar conhecimento das suas aptidões e dos seus interesses, o que pode ser um primeiro passo no encaminhamento para uma profissão.

É importante que estas atividades surjam na sala de aula, sempre sugeridas pelos próprios alunos. Devem ser consideradas como meio e não com um fim da educação consequência das atividades realizadas em aula e não um substitutivo. Existem para que os educadores possam desempenhar melhor o trabalho de formação e informação dos adolescentes.

4.5 — Uma nova mentalidade

Tôda reforma de estrutura só tem sentido se acompanhada de uma reforma de vida, de uma mudança de mentalidade. Precisamos formar as gerações marcando-as com o caráter social da nossa época, despertando nelas uma preocupação maior com as comunidades.

Uma das condições para se formar a personalidade do adolescente é fazê-lo viver o seu meio-ambiente; responder às indagações sobre a sua origem, seu destino, levando-o a descobrir sua vocação de pessoa humana, com um fim transcendente. O adolescente necessita descobrir sua vocação de estudante e atuar, desde então, no seu meio. Deve sentir-se membro ativo de uma comunidade. Para que ele descubra e viva tudo isto, os educadores precisam convencer-se de que educar não é adaptar um indivíduo a uma situação estática. Educar é proporcionar meios para que o indivíduo cresça. O Educador deve formar o aluno, despertando-o para o verdadeiro sentido do outro, para o verdadeiro sentido da vida em comunidade, fazendo-o tomar consciência de que é membro de um grupo e de que deve trabalhar para o crescimento deste grupo.

4.6 — Educação cívica e social

Vimos que a finalidade da educação é formar o homem de determinado meio social, de determinada época histórica, e contribuir para que ele se realize em toda a sua plenitude.

«Ora, o civismo, no seu sentido mais amplo e verdadeiro de adesão ao bem comum, constitui um elemento desta plenitude humana. Ele é uma atitude essencial do ser humano em relação aos outros homens. Não se pode, portanto, falar de educação total do homem sem incluir os deveres cívicos.

Há, evidentemente, uma pedagogia do civismo. Tôda a formação cívica, entretanto, nada mais é do que um aspecto essencial da inser-

ção social, isto é, da realização pessoal através do lugar que nos é reservado na sociedade. Esta inserção social exige:

- a) uma educação, sobretudo a educação cívica, permanentemente adaptada a condições sociais novas;
- b) valorização de tôdas as formas de cooperação, com o incentivo dos esforços de solidariedade e o abandono das táticas de competição;
- c) oportunidade criadora de iniciativas e responsabilidades.

Estas considerações levam à formulação de uma pedagogia do civismo, cujos objetivos serão:

a) uma aprendizagem de inserção no conjunto complexo da comunidade, a partir das mais imediatas: família, escola, grupos de juventude, localidade. A Orientação Educacional pode ter, neste caso, grande atuação;

b) uma formação de mentalidade que leve a descobrir o verdadeiro sentido do civismo: ele não é uma opção, mas uma necessidade, pois os homens são naturalmente solidários, ligados. Aqui, tem grande importância o ensino da Geografia Humana, o método de inquéritos sociais, a participação nos empreendimentos escolares e nas atividades da comunidade, que permitem uma ação em comum;

c) o recurso do diálogo entre grupos diversos, segundo a idade, a profissão etc., bem como entre pais e filhos, professores e alunos, governantes e governados, com objetivos definidos de informação e esclarecimento;

d) o exame de fatos concretos, através da observação da comunidade. São importantes, aqui, as atividades extra-classe, que possibilitam a relação da escola com a comunidade e vice-versa. Tais as instalações ou empresas que servem à comunidade, as viagens, excursões etc., organizada pelos alunos, sob a orientação do professor;

e) a promoção do trabalho e a promoção social, pelo incentivo das iniciativas e responsabilidades, pela descoberta dos recursos pessoais. De muito utilidade neste particular, a Orientação Profissional» (31).

Diferentes setores da Ação Católica Especializada, através dos seus programas de estudos e ação, colaboram para uma educação cívica e social. Alguns desses programas deram origem a:

a) **Semanas de Estudantes**, que a JEC e a JECF vêm realizando, há vários anos, em todo o Brasil, com os objetivos de reunir os estudantes de cada cidade e despertá-los para a sua missão na escola e no mundo;

b) **Seminários de Estudos**, que vêm sendo realizados pela JUC, com as finalidades de estudar as realidades brasileiras e as ideologias que as influenciam; orientar o trabalho dos militantes face à situação atual. Também a JEC, a partir de uma experiência no Rio

de Janeiro, começou a promover, em todos os Estados, Seminários de Estudos. «São reuniões de líderes colegiais, para estudar a realidade brasileira e levar a que se descubram as implicações desta realidade no meio estudantil, mostrando ao estudante o seu papel específico e a sua função própria de cristão no processo do desenvolvimento mundial e brasileiro».

c) uma ação nos Grêmios, que podem ser instrumentos excelentes de educação cívica e social. Os Grêmios têm por objetivos (congregar os estudantes em torno de atividades culturais, esportivas, de politização (tomada de consciência ativa e conseqüente) e que servem para fazer valer o pensamento, os interesses e os direitos dos estudantes, levando-os a uma participação ativa e comunitária» (32).

Todos os encontros, quer estaduais, regionais, nacionais ou internacionais, promovidos pela A.C.E., dão aos seus membros esta educação cívica e social. Há sempre a oportunidade de diálogo, de troca de novas experiências, de enriquecimento individual e coletivo.

4.7 — Educação religiosa

Uma educação essencialmente humana deve ser profundamente religiosa. É em uma visão cristã que o homem assume as suas maiores dimensões. E quais os resultados concretos da Educação Religiosa nas nossas escolas?

Nos estabelecimentos públicos pouco se tem feito. Em alguns, os alunos recebem uma aula semanal de catecismo e só. Nas escolas particulares leigas, o pouco que se faz é por iniciativa de um ou outro professor católico e, raríssimas vezes, do próprio diretor. Nas escolas confessionais católicas, tôdas as turmas recebem duas ou três aulas de religião semanais, transmitindo apenas a doutrina. Não há vida religiosa; não há um sentido religioso penetrando tôda a Educação. Se ao sair da escola o aluno abandona tudo, é porque não houve uma adesão pessoal ao Cristo. Houve apenas práticas externas (muitas vezes compulsórias) e não conversão.

Não podemos separar, na Educação Religiosa, a Catequese — que é a transmissão direta da doutrina — de um espírito religioso penetrando e informando tôda a educação. Os dois aspectos se completam. É preciso que tôdas as oportunidades sejam aproveitadas para uma vivência do Cristianismo, sobretudo da Caridade e da Justiça.

O professor de Religião tem de conhecer bem a doutrina e a doutrina social da Igreja. As aulas devem ser vivas e ilustradas usando-se as técnicas modernas da Pedagogia e, quando possível, os recursos áudio-visuais. O conteúdo pode e deve ser de doutrina, aplicando-a a assuntos práticos, da vida de todo o dia, que estejam ligados à vida dos adolescentes, à situação nacional e internacional. O professor de Religião deve ter, também, um bom conhecimento da Psicologia do Adolescente.

Principalmente aqui Escola e Família devem manter influências conjugadas. Na situação atual, porém, é preciso pensar-se mais na dimensão «apostolado da família», do que esperar uma ajuda da Família.

5

O PAPEL DA AÇÃO CATÓLICA ESPECIALIZADA NA EDUCAÇÃO

5.1 — a a.c.e. é um movimento apostólico educativo

• **Valor do método.** O próprio método de ação (Ver-Julgar-Agir) tem um valor educativo. «É ao mesmo tempo ação organizada e educação para o engajamento» (33).

• **Pedagogia.** O exercício da ação é em si formativo. O engajamento, a responsabilidade se adquirem agindo, vivendo. A carga de experiência que a ação fornece educa e abre novos horizontes. É claro que, para esse exercício e esta descoberta experimental não fiquem empíricos, devem ser completadas, necessitam de direção e orientação. No seu trabalho o militante sente suas deficiências: necessidade de esclarecer alguns pontos, dificuldades seja de ordem intelectual, seja de ordem espiritual. Em função da ação, e durante a mesma, irá buscar elementos formativos que o orientem. Faz apêlo a uma reflexão e a um estudo que, longe de ser algo ao lado da ação, separado dela, é uma decorrência natural da mesma. É uma exigência dela. A isto chamamos «formação na ação» (34).

• **Trabalho em equipe.** «A equipe é excelente meio de eficácia da ação: todo o trabalho apostólico realizado em conjunto apresenta inegavelmente maiores possibilidades de atingir o meio. É mais rico

em elementos de pensamento, é mais variado em instrumentos de ação. E, por isto mesmo, a equipe é também excelente meio de formação dos militantes: toda uma série de qualidades e de virtudes se põem em ação pelo trabalho em equipe. A equipe é um reflexo e uma concretização, dentro de proporções humanas, do grande espírito comunitário da Igreja» (35).

- **Espiritualidade.** Pela reflexão cristã, no interior de seu grupo, sobre a sua vida, os problemas do meio e sobre a ação empreendida para resolvê-los, o militante redescobre, de uma maneira vital, a verdade do Evangelho, como também a necessidade de aumentar em si a vida de Cristo, pelos sacramentos, a oração e a meditação. Ele aprofunda assim sua participação na Igreja. (36).

5.2 — A Ação Católica, por seus movimentos especializados, participa da obra educacional.

Particularmente

— A JEC e JECF cabe trabalhar em colaboração com os educadores, através do estudo — estudando e fazendo com que os colegas estudem, não só para passar, para tirar uma nota, ou mesmo para adquirir novos conhecimentos, mas como um meio de crescimento individual e coletivo, preparando-os para as responsabilidades futuras. Os últimos Programas têm insistido sempre sobre o valor do estudo, equipes de estudos, missão do estudante;

- organizando atividades extra-classe, ou participando delas (lembramos, por exemplo os clubes de cinema e de leitura suscitados pelo Programa da JECF em 1957), de modo especial animando o grêmio, importante elemento de educação cívica e social;

- dando uma atenção especial aos **cursos normais** : cultivando verdadeiras vocações para o magistério, exigindo uma formação mais séria, inclusive abrindo os currículos para os problemas da imensa população analfabeta e para a necessidade de uma educação de base e dos trabalhos de comunidade.

- juntamente com a JAC e a JOC, cuidar em fortalecer as equipes dos cursos técnicos agrícolas e industriais.

— A JUC cabe estudar, particularmente, as reformas de cursos das Faculdades de Filosofia. Fazer com que estas preparem realmente professores para o ensino médio. Estudar também como resolver a questão dos cursos de didática. É importante fazer chegar as conclusões e sugestões aos Conselhos de Educação.

— Aos grupos de Educadores do meio independente cabe:

- recolher as experiências e aumentar o diálogo com os militantes de JEC e de JUC. Isto trará, certamente, valiosa contribuição para as duas partes;

- fazer com que os professores católicos procurem estar sempre atualizados, que estudem e proponham reformas de cursos, que valorizem e introduzam, na medida do possível, novas experiências.



REFLEXÃO FINAIS

Terminando este boletim sobre a Educação no ensino de grau médio, deixamos alguns pontos para uma reflexão:

1.º O ensino deve ser voltado para os problemas de cada região, do país e do mundo. Como conseguir isto no ensino médio, executando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação?

2.º “A escola deve dar ênfase à compreensão mútua, transpondo as diferenças de classe, de religião e de raça. Porque se ela não fizer algo para que o homem de amanhã esteja despedido de preconceitos, ela não cumpriu a sua missão” (D. Padin). Será que nós, católicos, — educadores, alunos ou pais —, temos colaborado para que haja compreensão mútua? Como?

3.º As nossas escolas têm, concretamente, utilizado certos meios informais de educação (rádio, leitura, cinema, televisão etc), para dar uma formação integral aos seus alunos? Como?

4.º No que diz respeito ao ensino de religião, qual a preocupação dos professores católicos? Que se tem feito nas escolas públicas? Nos colégios religiosos, a educação religiosa é algo que se procura informar toda a vida do educando? Ou se resume apenas em algumas aulas semanais, totalmente desligados da vida que os jovens levam lá fora?

5.º De um modo geral, os professores de religião são os mais capazes, os mais atualizados, os que têm mais facilidade de estabelecer relações, de dialogar com os alunos? E quanto aos métodos, temos a preocupação de utilizar os processos áudio-visuais, uma pedagogia atualizada?

6.º Na escola em que você estuda, ou naquela em seus filhos estudam, quais as atividades extra-classe existentes? Contribuem para a educação dos alunos? Como?

7.º Tem havido um esforço para voltar a Educação para os problemas sociais, atendendo à recomendação expressão de S.S. João XXIII, na encíclica Mater et Magistra?

8.º Finalmente, num país em que o número de sacerdotes é extremamente restrito para a tarefa de evangelização, não seria urgente libertar-se sacerdotes e mesmo religiosos de tarefas que os leigos católicos poderão cumprir tão bem ou melhor, como o ensino de Português, Matemática, História, Geografia..., e mesmo a administração e a direção dos colégios, deixando-se ao clero a tarefa propriamente de evangelização?

A EQUIPE DE EDUCAÇÃO do secretariado nacional da Ação Católica Brasileira receberá agradecida quaisquer críticas e sugestões relativas a este trabalho.

7

REFERÊNCIAS

1. SORAS, A. de, s.j. — Le Rôle respectifs du Laïc, du Prêtre et du Religieux dans l'Eglise. Paris. Les Editions du Vitrail, pags. 9-10.
2. SALGADO, Clóvis — As Metas da Educação para o Desenvolvimento, in Revista "MEC", Ano III, n.º 15, janeiro-fevereiro de 1959, pág.4
3. idem, págs. 5-6.
4. ABREU, Jaime — Escola Média no Século XX: um fato novo em busca de caminhos, in Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, n.º 83, julho-set. 1961, págs. 11 a 13.
5. SANCHEZ, Demetrio Diaz — La Educacion en Brasil. Estudios Sociologicos Latino-Americanos, n.º 7, Madrid, 1961, pág. 109.
6. MARCEL, Gabriel — Os homens contra o Homem. Porto, Editora Educação Nacional, págs. 51-52.
7. QUOIST, Michel — Construir o Homem e o Mundo (Reussir). São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1961, pág. 15.
8. São Paulo, I Cor 13, 11.
9. TRIGUEIRO, Durmeval — Conceito de Educação. In PRESENÇA, boletim do Movimento de Adultos de Meio Independente da AC, n.º 1, setembro de 1958, pág. 24.
10. DILLEMANS, R. — Reflexions sur l'idée du travail. Conferência na Sessão Mundial de JEC Internacional, Alemanha, 1961.
11. MARITAIN, Jacques — Rumos da Educação. 2.ª ed., Rio, Agir 1959, pág. 14.
12. LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO, Título II, art. 2.º, § único.
13. ESPRIT, mars-avril de 1949, pág. 523.

14. PFO XI — Divini Illius Magistri (sobre a Educação Cristã da Juventude), 5.^a ed., Petrópolis, Editora Vozes Ltda, 1956, § 20, pág. 10.
15. Solução Democrática do Problema Econômico da Escola. Coleção AEC, n.º 3, Rio, Editora Agir Ltda., 1956, pág. 55.
16. NÉRICI, Imídio — Introdução à Didática Geral. 1.^a ed., Rio, Editora Fundo de Cultura S/A, março de 1960, pág. 131.
17. COUNTS, Georges S. — Educação para uma Sociedade de Homens Livres na Era Tecnológica. Rio INEP, 1958, pág. 11-12.
18. MARITAIN, Jacques — obra citada, pág. 48.
19. idem, idem, pág. 13.
20. idem, idem, pág. 14-15.
21. COUNTS, Georges S. — obra citada, pág. 15.
22. São Paulo, I Cor. 9, 22.
23. Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Título XII, Art. 92.
24. idem, art. 95, letras a, b, c.
25. idem, art. 95, § 2.º
26. idem, art. 95, § 3.º.
27. idem, art. 35, § 3.º.
28. idem, art. 38, norma V.
29. idem, art. 44, § 2.º.
30. BENKO, pe. Antonius, s.j. — Conveniência e Integração da Orientação Educacional na Escola Secundária. Cades, Caderno de Orientação Educacional n.º 11, 2.^a ed., pág. 15.
31. CADES, Plano de Educação Cívica.
32. JEC — Caderno n.º 10, Engajamento nas Bases. Rio, agosto de 1961, pág. 14.
33. BASES COMUNS — CARTA DE DAKAR. in DAKAR-58, publicação dos secretariados nacionais de JEC, JECF e JUC. Rio, 1958, pág. 40.
34. JUC — Boletim Nacional n.º 1/1958 — n.º especial sobre NOVOS.
35. JUC — Boletim Nacional n.º 4-5/57, pág. 12.
36. BASES COMUNS — CARTA DE DAKAR, publicação citada, pág. 44.

I N D I C E

	págs.
1. INTRODUÇÃO	1
2. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ATUAL DA ESCOLA DE NÍVEL MÉDIO NO BRASIL	
2.1 — a escola de nível médio tem sido economicamente seletiva	3
2.2 — a escola de nível médio tem sido socialmente seletiva	4
2.3 — a escola de nível médio tem sido intelectualmente seletiva	5
3. FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO	
3.1 — aspecto filosófico:	
3.1.1 — conceito de educação	7
3.1.2 — sujeito da educação	9
3.1.3 — fins da educação	9
3.1.4 — a quem cabe educar	10
3.2 — a educação no momento histórico	12
4. ALGUMAS DIRETRIZES PARA A REESTRUTURAÇÃO DO ENSINO GRAU MÉDIO	
4.1 — medidas econômicas	14
4.2 — escola pública ou escola particular	16
4.3 — um novo sistema de ensino	18
4.4 — atividades extra-classe	19
4.5 — uma nova mentalidade	20
4.6 — educação cívica e social	20
4.7 — educação religiosa	22
5. O PAPEL DA AÇÃO CATÓLICA ESPECIALIZADA NA EDUCAÇÃO	
5.1 — a a.c.e. é um movimento apostólico-educativo ..	23
5.2 — a a.c.e., por seus movimentos especializados, participa da obra educacional	24
6. REFLEXÕES FINAIS	25
7. REFERÊNCIAS	27

A finalidade da Educação é a de guiar o homem no dinamismo crescente, por meio do qual êle se torna uma pessoa humana dotada de conhecimentos, de capacidade julgadora e virtudes morais. E, ao mesmo tempo, é a de transmitir-lhe a herança espiritual da Pátria e da civilização a que pertence, preservando, assim, os empreendimentos seculares das gerações. O aspecto utilitário da Educação — que dá ao jovem a possibilidade de ganhar a vida e de ter um emprêgo — não deve, certamente, ser desprezado. Os filhos dos homens não foram feitos para o ócio aristocrático. Mas só se atinge a êsse fim prático na medida em que se desenvolveram as capacidades humanas. O treinamento especializado, que se exige, não deve prejudicar a finalidade essencial da Educação.

(Jacques Maritain, Rumos da Educação)

êste boletim é publicado pelo secretariado geral da
ação católica brasileira, rua miguel lemos 97 — rio.

M E B

MOVIMENTO DE
EDUCAÇÃO DE BASE
CONFERÊNCIA NACIONAL
DOS BISPOS DO BRASIL
PALÁCIO SÃO JOAQUIM
RUA DA GLÓRIA, 446
RIO DE JANEIRO - BRASIL

CNBB - CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL

BASE

i n t r o d u ç ã o

DE

decreto nº 50270, criando o meb
convênio com o ministério da educação
convênio com o ministério da agricultura
convênio com o ministério da saúde

EDUCAÇÃO

instruções gerais
r e g u l a m e n t o

DE

convênio com a comissão do vale do rio
são francisco

MOVIMENTO

3. DECRETO PRESIDENCIAL

(Publicado no Diário Oficial de 22.3.61)

Decreto nº 50.370 - 21.3.61

Dispõe sobre um programa de educação de base e adota medidas necessárias à sua execução através de Escolas Radiofônicas nas áreas subdesenvolvidas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País a ser empreendida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

O Presidente da República usando das atribuições que lhe confere o artigo 87, inciso I da Constituição, e

Considerando a necessidade de fornecer às populações rurais elementos gerais de educação;

Considerando a conveniência de levar a Educação de Base às populações das áreas subdesenvolvidas;

Considerando a experiência adquirida e os resultados já apresentados pelas Escolas Radiofônicas

DECRETA:

Artigo 1º - O Governo Federal prestigiará o Movimento de Educação de Base (MEB) através de Escolas Radiofônicas a ser empreendido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil nas áreas subdesenvolvidas do Norte, do Nordeste e Centro-Oeste do País.

Artigo 2º - O MEB executará um plano quinquenal 1961/1965 durante o qual instalará 15.000 (quinze mil) Escolas Radiofônicas em 1961 e, nos anos subsequentes, tomará providências necessárias para que a expansão da rede escolar seja sempre maior do que a do ano anterior.

Artigo 3º - Para ocorrer às despesas de 1961, o Governo Federal determinará os órgãos que participam deste programa que destaquem de seus orçamentos verbas no montante de 414.300.000,00 (quatrocentos e quatorze milhões e trezentos mil, cruzeiros) que serão postos no Banco do Brasil S/A, à disposição do MEB mediante cotas bimestrais fornecidas por antecipação.

Artigo 4º - Para os exercícios subsequentes 1962/1963/1964/ e 1965 os órgãos cooperadores mencionados no artigo 8º deverão incluir nas respectivas propostas orçamentárias as dotações específicas e necessárias ao atendimento do plano do MEB.

Artigo 5º - As prestações de contas anuais deverão ser feitas, pela entidade executora, aos órgãos competentes.

Artigo 6º - O Conselho Diretor Nacional do MEB poderá solicitar ao Presidente da República a requisição de funcionários federais para serviços julgados indispensáveis aos objetivos do Movimento.

Artigo 7º - O MEB deverá estabelecer convênios com órgãos públicos federais mencionados no artigo 8º cuja colaboração seja considerada necessária para a execução de seus programas e planos de ação nas diferentes regiões em que se vai estabelecer, os quais deverão ser submetidos à aprovação do Presidente da República.

Artigo 8º - Colaborarão com o MEB os seguintes setores da administração pública federal, dentro das suas possibilidades técnico-administrativas de atendimento, mediante convênios a serem firmados:

- a) O Ministério da Educação e Cultura especialmente pela Campanha Nacional de Educação Rural, pela Campanha Nacional de Educação de Adultos, pela Campanha Nacional de Merenda Escolar, pela Campanha de Erradicação do Analfabetismo e pelo Sistema Radioeducativo Nacional;
- b) O Ministério da Agricultura especialmente pela Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, pelo Departamento Nacional de Produção Vegetal, Departamento Nacional de

Produção Animal, Serviço de Informação Agrícola, Serviço de Economia Rural, Instituto Nacional de Imigração e Colonização.

- c) O Ministério da Saúde pelo Departamento Nacional de Endemias Rurais especialmente seu Serviço de Educação Sanitária, pelo Serviço Nacional de Educação Sanitária e pelo Departamento Nacional da Criança;
- d) O Ministério da Aeronáutica pelos Serviços de Transportes da Força Aérea Brasileira;
- e) O Ministério de Viação e Obras Públicas pela Comissão Técnica de Rádio, pelo Departamento Nacional dos Correios e Telégrafos, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento;
- f) Serão considerados órgãos-cooperadores, ainda, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, o Serviço Social Rural, a Comissão do Vale do São Francisco e a Superintendência da Valorização da Amazônia.

Artigo 9º - Dentro de 45 dias a partir da data deste Decreto os órgãos cooperadores nele indicados devem estabelecer Convênios com a CNBB.

Artigo 10º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

7. CONVÊNIOS

7.1 - Convênio entre o MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA e a CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, para a execução de um MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE através de Escolas Radiofônicas nas áreas subdesenvolvidas do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste do País, visando ao cumprimento do Decreto nº

Aos vinte e um dias do mês de março de 1961, no Palácio do Planalto, o Ministério da Educação e Cultura, representado pelo titular da Pasta, o MINISTRO BRIGIDO FERNANDES TINOCO, e a CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB), sociedade civil, detada de personalidade jurídica, com sede no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, representada pelo Arcebispo-Auxiliar do Rio de Janeiro e Secretário-Geral da C. N.B.B., D. HELDER CÂMARA, resolvem estabelecer, sob o patrocínio direto do Senhor Presidente da República, o seguinte Convênio tendo em vista a promoção de Educação de Base através de Escolas Radiofônicas nas áreas subdesenvolvidas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País.

CLAUSULA I

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - doravante designada Conferência - compromete-se a estender, às áreas subdesenvolvidas acima citadas, sua experiência de Educação de Base através de Escolas Radiofônicas, mediante a execução de um plano quinquenal (1961-1965), durante o qual mobilizará todo o sistema de que dispõe ou de que venha a dispor (especialmente emissoras, equipes de direção, monitores e escolas radiofônicas) no Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

CLAUSULA II

O Movimento de Educação de Base será conduzido por um Conselho Diretor Nacional, de 8 membros, escolhidos, por 3 anos, pela Con-

ferência, além de um representante do Governo Federal.

CLAUSULA III

O Ministério da Educação e Cultura adotará medidas necessárias à boa execução deste Convênio, autorizando os recursos financeiros necessários ao cumprimento do Plano Quinquenal (1961-1965) através de dotações globais ou específicas consignadas no Orçamento da União ou pela forma que julgar mais adequada, exceto no que diz respeito às medidas específicas para o corrente ano.

CLAUSULA IV

A Conferência, no corrente ano, através da RENEAC, se compromete a pôr em funcionamento com os recursos do Ministério da Educação e Cultura 15.000 unidades de Escolas Radiofônicas, em 1961, e nos anos subsequentes número de unidades superior às do ano anterior.

O Ministério da Educação e Cultura colocará, à disposição da Conferência Nacional dos Bispos, a importância de CR\$150.000.000,00 - (cento e cinquenta milhões de cruzeiros) para atender a despesas com a execução do presente convênio.

a) A despesa com a execução deste convênio correrá à conta das seguintes dotações: 09:04-02 - Divisão de Orçamento (Encargos Gerais) - Verba 3.0.00, - Desenvolvimento Econômico Social - Consignação 3.1.00 - Serviços em Regime Especial de Financiamento - Subconsignação 1.3.07 - Fundo Nacional do Ensino Primário - 1/2 - para atender às despesas com a campanha de educação de adultos e adolescentes analfabetos - Cr\$20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros);

1/3 - Campanhas Extraordinárias de Educação -
Cr\$10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros); 1/4 - Campanha de Erradicação do Analfabetismo - Cr\$8.000.000,00 (oito milhões de cruzeiros); 1/6 - Despesas de qualquer natureza com educação primária complementar - Cr\$84.000.000,00 (oitenta e quatro milhões de cruzeiros); 16 - Departamento Nacional de Educação - Verba 3.0.00 - Desenvolvimento Econômico e social - Consignação 3.1.00 - Serviços em Regime Especial

de Financiamento - Subconsignação 3.1.19 - Educação e Cultura - 1/1 - Serviços a serem executados em tôdas as Unidades da Federação - Cr\$.. 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) - 1/2 - Para intensificação da Campanha de Educação Rural no Nordeste do País - Cr\$15.000,000,00 - (quize milhões de cruzeiros);

26 - Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos - Verba .. 3.0.00 - Desenvolvimento Econômico e Social - Consignação 3.2.00 - Dispositivos Constitucionais - 3.2.04 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - 4 - Aquisição de livros etc. - Cr\$5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros); 10 - Inquéritos e pesquisas educacionais - Cr\$..... 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros).

CLAUSULA VI

Nos exercícios de 1962, 1963, 1964 e 1965 o Ministério da Educação e Cultura providenciará inclusões no Orçamento da União de rubrica específica global, destinada à atender às despesas previstas pelo Plano Quinquenal para o Movimento de Educação de Base, tendo em vista o Plano de Trabalho aprovado pelo Conselho Diretor Nacional do MEB.

CLAUSULA VII

Os recursos federais destinados a êste convênio serão depositados no Banco do Brasil S.A., à disposição da entidade executora, mediante quotas bimestrais fornecidas por antecipação.

CLAUSULA VIII

A prestação de contas dos recursos federais recebidos no exercício corrente será feita pela entidade executora diretamente à Divisão de Orçamento de M.E.C., até 31 de janeiro de 1962; em relação aos recursos recebidos a partir de 1962, sempre até o dia 31 de janeiro do ano seguinte, tendo em vista o disposto na Cláusula VI.

CLAUSULA IX

Para melhor alcançar os fins previstos neste Convênio o MEB poderá firmar convênio com órgãos públicos e entidades privadas.

CLAUSULA X

O Movimento de Educação de Base apresentará ao Governo Federal, para devida aprovação, até 30 de novembro de cada ano, o Plano Anual de Trabalho para o ano seguinte, exceto no ano corrente, em que o Plano de Trabalho, para 1961 será apresentado dentro de 20 dias após a data de assinatura deste Convênio.

CLAUSULA XI

O Movimento de Educação de Base apresentará, juntamente com as prestações de contas previstas na Cláusula VIII, relatórios anuais circunstanciados, além de estar obrigado a prestar informações minuciosas de suas atividades, sempre que solicitado.

CLAUSULA XII

Por força do presente Convênio fica estabelecido que todos os órgãos do M.E.C. em funcionamento nas diferentes regiões em que se vai desenvolver o MEB prestarão o seu concurso eficaz desde que solicitado por autoridade competente, sendo considerados como órgãos cooperadores do Movimento de Educação de Base, especialmente os seguintes: Campanha Nacional de Educação Rural, Campanha Nacional de Educação de Adultos, Campanha Nacional de Merenda Escolar, Campanha de Erradicação do Analfabetismo, Sistema Radioeducativo Nacional.

CLAUSULA XIII

Este Convênio terá a duração de cinco exercícios (1961-1965) - podendo ser prorrogado se assim o desejarem as partes contratantes, e está isento do pagamento de selo, ex-vi do disposto no artigo 51 da Consolidação das Leis do Imposto de Selo a que se refere o decreto nº 32.393, de 9.3.953.

CLAUSULA XIV

Verificando que o presente convênio não está sendo satisfatoriamente cumprido por qualquer das partes, poderá ser denunciado, mediante ofício, caso em que cessará de vigorar dentro do prazo de 60 dias a partir da data do ofício e ficará automaticamente suspenso o suprimento de numerário.

CLAUSULA XV

O Conselho Diretor Nacional do MEB tomará providências no sentido de que, dentro de 30 dias, estejam organizados e aprovados os regulamentos e diretrizes que vão servir de normas à organização dos seus diferentes órgãos sem prejuízo das disposições legais aplicáveis. Exemplos desses diplomas devem ser, na data fixada, anexados a esse Convênio.

CLAUSULA XVI

O presente convênio terá vigência a partir do seu registro pelo Tribunal de Contas da União.

CLAUSULA XVII

Fica eleito o fóro do Distrito Federal para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução do presente convênio.

* * *

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA (Publicado no Diário Oficial de 17.10.961)

Térmo de Convênio celebrado entre o Ministério da Agricultura e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil para a execução de um Movimento de Educação de Base através de Escolas Radiofônicas nas áreas subdesenvolvidas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País, visando ao cumprimento do Decreto nº 50.370, de 21 de março de 1961.

Aos 6 dias do mês de outubro de 1961, presentes na Secretaria de Estado dos negócios da Agricultura, o Senhor Doutor Armando de Queiroz Monteiro Filho, Ministro de Estado, por parte do Governo da União, e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), sociedade civil, dotada de personalidade jurídica, com sede no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, representada pelo Arcebispo-Auxiliar do Rio de Janeiro e Secretário Geral da CNBB, Dom Helder Câmara, resolvem estabelecer, sob o patrocínio direto do Senhor Presidente da República, o presente Convênio, tendo em vista a promoção de Educação de Base, através de Escolas Radiofônicas, nas áreas subdesenvolvidas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País.

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - doravante designada Conferência - compromete-se a estender às áreas subdesenvolvidas acima citadas, sua experiência de Educação de Base, através de Escolas Radiofônicas, mediante a execução de um plano quinquenal (1961-1965), durante o qual mobilizará todo o sistema de que dispõe ou que venha a dispor (especialmente emissoras, equipe de direção, monitores e escolas radiofônicas, do Norte, Nordeste e Centro-Oeste).

CLÁUSULA SEGUNDA - O Movimento de Educação de Base a ser executado no quinquênio 1961-1965 tem por objetivo ministrar educação de base às populações das áreas subdesenvolvidas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País, através de programas radiofônicos especiais com recepção organizada. Entende-se como educação de base o conjunto de ensinamentos destinados a promover a valorização do homem e o soerguimento das comunidades.

A fim de alcançar os seus objetivos o Movimento de Educação de Base se propõe a executar, naquelas áreas, um programa intensivo de: a) alfabetização; b) formação moral e cívica; c) educação sanitária; d) iniciação profissional, especialmente agrícola; e) promoção social;

CLÁUSULA TERCEIRA - O Ministério da Agricultura adotará medidas necessárias à boa execução deste Convênio, autorizando os recursos financeiros necessários ao cumprimento do Plano Quinquenal (1961-1965) através de dotações globais ou específicas consignadas no Orçamento da União ou pela forma que julgar mais adequada, exceto no que diz respeito às medidas específicas para o corrente ano.

CLÁUSULA QUARTA - Por força do presente Convênio fica estabelecido que todos os órgãos do Ministério da Agricultura, nas diferentes regiões em que faz desenvolver o MEB, prestarão o seu concurso eficaz, desde que solicitados por autoridade competente, sendo considerados como órgãos cooperadores do Movimento de Educação de Base, especialmente os seguintes: Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário e o Serviço de Informação Agrícola.

1 - À Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário (SEAV) cabe: a) colaborar nos treinamentos de Supervisores e Monitores, promovidos pelo MEB, através da participação de seus técnicos especializados e permitindo a utilização, na época de férias, das Escolas que funcionam nos diversos Estados;

convênio entre o ministério da agricultura e a conferência nas. dos bispos do bras.

- 2 -

b) promover nas Escolas de Economia Rural Agrícola, situadas em zonas em que funcionam as Escolas Radiofônicas, e em articulação com as mesmas, cursos populares para as famílias dos camponeses;

c) colaborar na elaboração de programas radiofônicos no que diz respeito à agricultura, pecuária, avicultura, etc.;

d) promover, nas propostas orçamentárias dos anos(1962-1965), uma ajuda financeira para os trabalhos do MEB;

2 - Ao Serviço de Informação Agrícola (SIA) cabe:

a) ceder ao MEB exemplares das diversas publicações editadas pelo Serviço e que sejam de utilidade para os programas de Educação de Base;

b) difundir, através da programação regular do SIA na Imprensa e no Rádio, noticiário do MEB em plano nacional e estadual;

c) fornecer gravações, em fita magnética, de seus programas agrícolas para divulgação, através das Escolas Radiofônicas;

d) cooperar na Impressão de pequenas publicações do MEB;

e) articular-se com o MEB no sentido de maior participação dêste nos clubes agrícolas e nas semanas ruralistas.

CLÁUSULA QUINTA - Este Convênio terá a duração até 31.12.61, podendo ser prorrogado se assim o desejarem as partes convenientes.

CLÁUSULA SEXTA = Verificado que o presente Convênio não está sendo satisfatoriamente cumprido por qualquer das partes, poderá ser denunciado mediante ofício, caso em que cessará de vigorar dentro do prazo de 60 dias a partir da data do ofício.

CLÁUSULA OITAVA - O presente Convênio está isento do pagamento de sêlo, ex vi do art. 50 da Consolidação das leis do Impôsto de Sêlo, a que se refere o Decreto nº 45.421, de 12 de fevereiro de 1959.

E, para firmeza e validade do que acima ficou estipulado, lavrou-se o presente Termo de Convênio, o qual depois de lido e achado certo, vai assinado pelas partes convenientes já mencionadas, e pelas testemunhas.

Armando de Queiroz Monteiro Filho

+ Dom Helder Câmara -

Publique-se - Hermes Lima. 11.10.61 -

MINISTÉRIO DA SAÚDE

(Publicado no Diário Oficial de 17.10.1961)

Convênio entre o Ministério da Saúde e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, para a execução de um Movimento de Educação de Base através de Escolas Radiofônicas nas áreas subdesenvolvidas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País visando ao cumprimento do Decreto nº 50.370 de 21 de março de 1961.

Aos seis dias do mês de outubro de 1961, o Ministério da Saúde, representado pelo titular da Pasta, o Ministro Estácio Gonçalves Souto Maior e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), sociedade civil, dotada de personalidade jurídica, com sede no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, representada pelo Arcebispo-Auxiliar do Rio de Janeiro e Secretário Geral da CNBB, Dom Helder Câmara, resolve estabelecer sob o patrocínio direto do Senhor Presidente da República o presente Convênio, tendo em vista a promoção de Educação de Base, através de Escolas Radiofônicas nas áreas subdesenvolvidas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País.

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - doravante designada Conferência - compromete-se a estender, às áreas subdesenvolvidas acima citadas, sua experiência de Educação de Base, através de Escolas Radiofônicas, mediante a execução de um plano quinquenal (1961-1965), durante o qual mobilizará todo o sistema de que dispõe ou que venha a dispor (especialmente emissoras, equipes de direção monitores e escolas radiofônicas) no Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País.

CLÁUSULA SEGUNDA - O Movimento de Educação de Base a ser executado no quinquênio 1961-1965 tem por objetivo ministrar educação de base a populações das áreas subdesenvolvidas do Norte, Nordeste, Centro-Oeste do País, através de programas radiofônicos especiais com recepção organizada. Entende-se como educação de base e conjunto de ensinamentos destinados a promover a valorização do homem e o soerguimento das comunidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - O ministério da Saúde adotará medidas conveniente à execução deste convênio, autorizando os recursos financeiros necessários ao cumprimento do Plano Quinquenal (1961-1965) através de dotações globais ou específicas consignadas no Orçamento da União ou pela forma que julgar mais adequada, exceto no que diz respeito às medidas específicas para o corrente ano.

CLÁUSULA QUARTA - Por força do presente convênio fica estabelecido que todos os órgãos do Ministério da Saúde, em funcionamento nas diferentes regiões em que se vai desenvolver o MEB, prestarão o seu concurso eficaz, desde que solicitados por autoridade competente, sendo considerados como órgãos cooperadores do Movimento de Educação de Base, especialmente: o Departamento Nacional de Endemias Rurais, o Departamento Nacional da Criança, o Serviço Nacional de Educação Sanitária e a Comissão Nacional de Alimentação.

1. Ao Departamento Nacional de Endemias Rurais (DNERu) cabe:

a) colocar a disposição da CNBB para o Movimento de Educação de Base, a

importância de Cr\$10.000.000,00(dez milhões de cruzeiros) no corrente exercício;

b) manter estreita colaboração com o Movimento da Educação de Base em planos nacional e estadual;

c) suplementar o programa de treinamento de Supervisores e Monitores planejado pelo SNES e DNERu.

Parágrafo único - A CNBB ficará responsável pelo pagamento de todo o pessoal técnico assalariado admitido a partir de 1º de janeiro pelo DNERu, para os trabalhos de educação de base.

2. Ao Departamento Nacional da Criança (DNCr) cabe estabelecer através das Delegacias da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 7ª regiões sediadas respectivamente, em Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, São Paulo e Belo Horizonte, estreita colaboração com o Movimento de Educação de Base para realização do seguinte programa:

a) fortalecimento da Campanha Educativa, através de Clubes de Mães e outras atividades afins, nas áreas de atuação das Escolas Radiofônicas do MEB;

b) participação nos cursos de treinamento de Supervisores;

c) participação nos cursos de treinamento de monitores;

d) cooperação por meio de pessoal técnico das Delegacias ou por sua indicação;

e) aquisição de material audi-visual

Para êsses programas será destinada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil a verba de Cr\$4.500.000,00(quatro milhões e quinhentos mil cruzeiros)

3. Ao Departamento Nacional de Educação Sanitária (DNES) cabe:

a) planejar com o DNERu o programa de saúde individual e da comunidade dos treinamentos de Supervisores e Monitores;

b) assessorar o MEB na elaboração dos programas radiofônicos relacionados à saúde individual e da comunidade;

c) colaborar em campanhas promovidas pelo MEB;

d) fornecer, sempre que possível as publicações do Departamento à Educação Sanitária.

4. A Comissão Nacional de Alimentação (CNA) cabe:

a) auxiliar na elaboração de programas sobre Alimentação e Economia Doméstica;

b) participar dos treinamentos de Supervisores nos diversos Estados para realização de cursos de alimentação em vários graus; e

c) colaborar em programas de assistência alimentar.

CLÁUSULA QUINTA - Os recursos federais destinados a este convênio serão depositados no Banco do Brasil S.A, à disposição da entidade executora, mediante quotas bimestrais fornecidas por antecipação.

CLÁUSULA SEXTA - A prestação de contas dos recursos em cada exercício será feita pela entidade executora - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - até 31 de Janeiro do exercício seguinte;

CLÁUSULA SÉTIMA - Este convênio terá a duração de cinco exercícios (1961-1965) podendo ser prorrogada se assim o desejarem as partes contratantes, e está isento do pagamento do selo, ex vi do disposto no artigo 51 da Consolidação das leis do imposto de Sêlo, a que se refere o Decreto nº 32.393, de 9.3.1958.

CLÁUSULA OITAVA - Verificando que o presente convênio não está sendo satisfatoriamente cumprido por qualquer das partes, poderá ser denunciado, mediante ofício, caso em que cessará de vigorar do prazo de 60 (sessenta) dias a partir da data do ofício.

CLÁUSULA NONA - O presente convênio terá vigência a partir do seu Registro no Tribunal de Contas.

CLÁUSULA DÉCIMA - Fica eleito o Fôro do Distrito Federal para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução do presente convênio.

E, por estarem acordes lavrou-se o presente convênio que vai assinado pelas partes e pelas testemunhas abaixo.

Brasília, D.F. em 6 de outubro de 1961.

Estácio Gonçalves Souto Maior
Ministro da Saúde

Dom Helder Câmara
Arcebispo Auxiliar do Rio de Janeiro
e Secretário Geral da CNBB

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE

INSTRUÇÕES GERAIS

As presentes Instruções regulamentam o funcionamento do MEB para atendimento das finalidades do Movimento nas áreas Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País,

I - OBJETIVOS DO MOVIMENTO

A) Razão de ser

O Movimento de Educação de Base, a ser executado no quinquênio 1961/1965, tem por objetivos:

- 1 - Ministrará educação de base às populações das áreas subdesenvolvidas do País - Norte, Nordeste, Centro-Oeste - , através de programas radiofônicos especiais com recepção organizada, visando à valorização do homem integral no soerguimento das comunidades.
Educação de base: alfabetização em massa das regiões subdesenvolvidas do País; educação sanitária; iniciação agrícola, iniciação democrática; informação profissional, etc.
- 2 - Suscitar, em torno de cada escola-radiofônica, a organização da comunidade, despertando-lhe o espírito de iniciativa e preparando-a para as indispensáveis reformas de base, como a da estrutura agrária do País;
- 3 - Velar pelo desenvolvimento espiritual do povo, preparando-o para o indispensável soerguimento econômico das regiões subdesenvolvidas e ajudando-o a defender-se de ideologias incompatíveis com o espírito cristão da nacionalidade.

B) Em que se baseia

Nos princípios e métodos das experiências realizadas no Norte e Nordeste sob a responsabilidade do Episcopado brasileiro.

C) Plano quinquenal

1 - 1961

- a) integração no MEB das emissoras que atualmente fazem educação de base nas áreas acima referidas;
 - b) ampliação da atual rede de escolas-radiofônicas;
 - c) treinamento de pessoal indispensável a essa expansão (supervisores e monitores);
 - d) equipamento adequado das emissoras locais integradas no MEB;
 - e) obtenção de canais disponíveis e necessários ao MEB.
- 2 - Planos progressivos, organizados anualmente, tendo por base a avaliação dos resultados obtidos no ano anterior e as necessidades dos anos subsequentes determinadas por planejamento anual:
 - a) aumento, em número, das escolas radiofônicas;
 - b) aperfeiçoamento do pessoal;
 - c) atualização de equipamento e de material didático;
 - d) fidelidade crescente aos objetivos do MEB.

II ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

A) Secretariado Central do MEB

A administração do MEB será exercida pela Diretoria Executiva, através do Secretariado Central, com sede no Palácio São Joaquim, Rio de Janeiro.

No local em que residir o Presidente do MEB funcionará um escritório, devidamente aparelhado, para atender às atribuições inerentes ao seu cargo.

A Diretoria Executiva do MEB será assessorada por auxiliares devidamente instruídos nos objetivos e diretrizes do Movimento os quais integrarão:

- 1) o Setor de Administração
- 2) a Equipe Técnica Nacional

1 - O setor de Administração, compreendendo quatro seções principais a saber: Tesouraria, Contabilidade, Compras, Expediente, será aparelhado devidamente e obedecerá a normas adequadas de funcionamento para atender aos interesses do Movimento. A regulamentação do funcionamento destas seções é de competência do Secretário.

2 - A Equipe Técnica Nacional será composta de um Grupo de Estudo e Planejamento e um Grupo de Coordenação e Supervisão.

O Grupo de Estudo e Planejamento terá como finalidade efetuar pesquisas e estudos, bem como preparar monografias e planejar atividades, visando à elevação do nível da cultura popular.

O Grupo de Coordenação e Supervisão terá, além de outras funções que a experiência for apontando, principalmente:

- a) organizar o plano de trabalho destinado às regiões atingidas pelo Decreto 50.370/61, isto é Norte, Nordeste e Centro-Oeste;
- b) organizar as Equipes Estaduais de Execução;
- c) promover treinamentos para as Equipes Estaduais de Execução e outros tipos de treinamento que sejam úteis ao MEB;
- d) supervisionar, de acordo com uma divisão regional de trabalho, as áreas em que se estiverem desenvolvendo os programas de Educação de Base;
- e) procurar manter, nos Estados e nos Municípios, contato com as Autoridades, sempre que necessário e de acordo com a Diretoria Executiva;
- f) apresentar, à Diretoria Executiva, relatórios das atividades desenvolvidas.

B) Organização Estadual

De acordo com o artigo 15 do Regulamento do MEB, nas áreas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, cada unidade da Federação contará com uma Comissão Estadual de Representação e Consulta e uma Equipe Estadual de Execução.

1 - A Comissão Estadual de Representação e Consulta é o equivalente local do Conselho Nacional de Representação e Consulta e tem como finalidade examinar e debater problemas locais que lhe sejam submetidos pela Equipe Estadual de Execução, tendo em vista promover a melhoria das condições de vida da população dessas regiões subdesenvolvidas, dentro dos objetivos citados nos artigos 1, 2, 3 e 4 do Regulamento do MEB.

A Comissão Estadual de Representação e Consulta reunir-se-á sempre que necessário.

2 - Equipes Estaduais de Execução

a) Considerando que cada Estado reúne várias dioceses ou prolasias com sistemas de Escolas Radiofônicas em funcionamento, organização, ou projeto, o ideal seria que, na sede da arquidiocese, fôsse constituída uma Equipe Estadual de Execução.

conforme consta do artigo 17 do Regulamento do MEB. A Equipe Estadual de Execução será integrada por um Comitê domiciliado na sede Arquidiocesana, a fim de garantir o funcionamento regular dos trabalhos, e por um representante de cada Equipe Local de Execução. São as seguintes as atribuições da Equipe Estadual de Execução:

- estudar os problemas estaduais ligados aos objetivos do MEB, elaborando sugestões para seu possível atendimento;
- submeter ao exame da Comissão Estadual de Representação e Consulta os principais problemas ligados ao Movimento;
- planejar anualmente os trabalhos das Escolas Radiofônicas ;
- manter contato com outros Sistemas radioeducativos integrados no Movimento de Educação de Base, para uma troca de experiências;
- elaborar programas ;
- organizar e executar todos os trabalhos referentes à administração estadual do Movimento;
- manter contato com o Secretariado Central do MEB para:
 - fornecer informações
 - realizar intercâmbio
 - obter informações necessárias ao Movimento;
 - fornecer dados estatísticos sobre as Escolas Radiofônicas e os resultados dos testes de aproveitamento dos alunos
 - planejar o trabalho para o ano subsequente.

b) Cada Sistema de Escolas Radiofônicas deve contar com uma Equipe Local de Execução com as seguintes funções:

- planejar e executar a ação educativa através do rádio;
- conhecer a área e localizar as escolas;
- identificar as necessidades reconhecidas e latentes das populações atingidas pelo Sistema;
- selecionar e treinar monitores;
- adaptar e irradiar as aulas;
- manter, permanentemente, contato com as escolas e respectivas monitoras, executando um trabalho de supervisão através de visitas, entregistas e correspondência;
- prever a montagem, desde o início, de um mecanismo de avaliação e recolher os dados;
- estabelecer intercâmbio com a Equipe Técnica Nacional e a Equipe Estadual de Execução.

A Equipe Técnica Nacional fixará normas para o treinamento das Equipes de Execução.

III - SÍNTESE DO SISTEMA DAS ESCOLAS RADIOFÔNICAS

Um Sistema de Escolas Radiofônicas, sempre que possível, deverá funcionar com a seguinte organização:

1 - Supervisores - pessoas escolhidas pela direção do Sistema, especialmente treinadas para este fim e que serão responsáveis pelo setor técnico e administrativo do Sistema.

2 - Monitores - elementos vivos de ligação entre os receptores e os alunos. Constituem o pivô da recepção organizada. Receberão treinamento especializado e devem ser pessoas inteligentes e hábeis, de qualquer nível cultural, com o requisito mínimo de saberem ler e escrever, para executar as ordens recebidas do professor locutor. Os monitores fazem a matrícula dos alunos, anotam a frequência e apresentam relatórios mensais sobre o andamento de sua Escola.

3 - A Escola - deverá funcionar em horário inteiramente adequado às populações a serem atingidas pelo Sistema de Escolas Radiofônicas. Para instalação de uma Escola Radiofônica poder-se-á aproveitar a sala do "grupo escolar, a sala da "casa paroquial", a sala da "casa da fazenda" e até mesmo a sala da casa de um dos moradores da localidade. Nesta sala deverá haver, para funcionamento das aulas, o seguinte material:

- mesas ou carteiras
- cadeiras ou bancos
- um quadro-negro
- giz e apagador
- um aparelho de rádio cativo
- lâmpões quando não houver luz elétrica.

IV CONCESSÃO DE RECURSOS

A - Instalação, reequipamento e ampliação de emissoras

Em se tratando de instalação, reequipamento e ampliação de emissoras, a entidade interessada deverá apresentar à Diretoria Executiva do MEB proposta observando os seguintes critérios:

- 1 - As novas emissoras a serem instaladas deverão estar dentro da área prevista pelo Decreto 50.370/61 e ainda não atingida por nenhuma outra emissora, em funcionamento, filiada à RENEK, com possibilidade de organização de um Sistema de Escolas Radiofônicas.
- 2 - A Direção da nova emissora comprometer-se-á a desenvolver um programa de educação de base, através de escolas radiofônicas, de acordo com as orientações e os objetivos traçados pelo MEB.
- 3 - O reequipamento e a ampliação de emissoras já existentes, no sentido de melhorar as condições de emissão e ampliação da área de recepção, deverão visar ao desenvolvimento do plano de trabalho, atendendo às disponibilidades do MEB.

A concessão de recursos processar-se-á de acordo com o estudo particular de cada caso, considerando a importância do atendimento em relação ao desenvolvimento do programa do MEB e às possibilidades da Prelazia, Diocese e Arquidiocese.

B - Instalações e manutenção de Escolas Radiofônicas

No que se refere ao atendimento do MEB às emissoras que se propõem instalar Escolas Radiofônicas ou aumentar a sua rede de escolas serão observados os seguintes critérios:

- 1 - O MEB fornecerá recursos para instalação de Escolas Radiofônicas, treinamento de pessoal, supervisão e manutenção de escolas, conforme as dotações recebidas e de acordo com a seguinte distribuição:
 - a) Escolas Radiofônicas - cada escola receberá, fornecido pelo MEB, um receptor, um pampiao e uma quota anual de manutenção.
 - b) Equipe de Execução - Salário de supervisores e motorista; veículo e quota mensal de manutenção mesmo; quota anual de ajuda à manutenção da Secretaria.
 - c) Monitores - Prêmio anual de estímulo ao monitor.
 - d) Cursos de treinamento de supervisores e monitores, previstos pelo MEB - Será fornecida uma quota de auxílio, a ser estabelecida, para cada caso, mediante consulta à Diretoria Executiva.

- 2 - Cada (Arqui)Diocese ou Prelazia interessada em desenvolver o programa traçado pelo MEB deverá apresentar um plano de trabalho a ser estudado pela Diretoria Executiva.

- 3 - Os recursos serão fornecidos após a aprovação do plano de trabalho.
- 4 - Quando a entrega dos recursos for realizada parceladamente, só haverá liberação de uma parcela quando já tiver sido apresentada a prestação de contas da parcela anterior, na forma estabelecida.

V - DISPOSIÇÕES GERAIS

A - A concessão de recursos, para atendimento das necessidades referidas no título IV, itens A e B, será total ou parceladamente, condicionada às disponibilidades do MEB e de acordo com a presente Instrução.

B - Para dar cumprimento ao Art. 5 do Decreto 50.370/61, que determina ao MEB a prestação de contas anual aos órgãos competentes, cada Sistema de Escolas Radiofônicas remeterá a documentação comprobatória dentro das normas baixadas pelo Secretariado Central.

C - Todo material permanente, fornecido pelo MEB, integra o seu patrimônio, não podendo ser transferido, locado, cedido ou vendido sem prévia autorização da Diretoria Executiva.

D - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria Executiva.

.....

RENEC

REPRESENTAÇÃO NACIONAL DE
EMISSORAS CATÓLICAS
PALÁCIO SÃO JOAQUIM
RUA DA GLÓRIA, 448
RIO DE JANEIRO - BRASIL

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE

REGULAMENTO

- Art. 1º - O Movimento de Educação de Base - MEB- instituído e organizado sob a responsabilidade do Episcopado Brasileiro, através da sua entidade representativa, a "Conferência Nacional dos Bispos do Brasil" - CNBB, tem como objetivo ministrar educação de base às populações das áreas subdesenvolvidas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País, através de programas radiofônicos especiais com recepção organizada.
- § Único - Entende-se como educação de base o conjunto de ensinamentos destinados a promover a valorização do homem e o soerguimento das comunidades.
- Art. 2º - A fim de alcançar os seus objetivos o MEB se propõe executar, naquelas áreas, um programa intensivo de:
- a) alfabetização,
 - b) formação moral e cívica,
 - c) educação sanitária,
 - d) iniciação profissional, especialmente agrícola,
 - e) promoção social .
- Art. 3º - O MEB providenciará, junto a cada escola radiofônica, a organização de grupos, de acordo com os critérios pedagógicos que forem recomendados, tendo em conta os dados fornecidos pela experiência.
- Art. 4º - Instituído as escolas radiofônicas, cujos ensinamentos serão ministrados através do rádio e, em tempo oportuno, da televisão, o MEB procurará, ao mesmo tempo, prestigiar e favorecer, por todos os meios ao seu alcance, os estabelecimentos de ensino organizados de acordo com os padrões tradicionais.
- Art. 5º - O Movimento de Educação de Base, para a consecução dos seus objetivos, contará com os recursos que lhe forem proporcionados pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, e com os recursos governamentais previstos pelo Decreto nº 50.370, de 21 de março de 1961, do Presidente da República.
- Art. 6º - O MEB terá duração por tempo indeterminado. Ao deliberar sobre a sua extinção, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil se entenderá com a Presidência da República, quanto ao destino a ser dado ao material permanente utilizado para o funcionamento das Escolas Radiofônicas.

Da Direção do MEB

- Art. 7º - A direção do MEB será exercida pelos seguintes órgãos:
- I - Conselho Diretor Nacional
 - II - Diretoria Executiva
 - III - Conselho Nacional de Representação e Consulta
 - IV - Conselho Fiscal de Finanças

Art. 8º - O Conselho Diretor Nacional será integrado por 9 membros, dos quais oito designados livremente pelo Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e um indicado por ato do Presidente da República.

Art. 9º - Compete ao Conselho Diretor Nacional:

- a) eleger, por maioria de votos, o seu Presidente e Vice-Presidente que constituirão, respectivamente, o Presidente e Vice-Presidente da Diretoria Executiva e do Conselho Nacional de Representação e Consulta;
- b) eleger o secretário da Diretoria Executiva, escolhido, obrigatoriamente, dentre os membros da Diretoria da RENEK;
- c) aprovar os planos, programas e orçamentos do MEB;
- d) eleger os membros do Conselho Fiscal de Finanças e os respectivos suplentes;
- e) autorizar, mediante proposta de 1/3 dos seus membros ou da Diretoria Executiva, modificações no presente Regulamento;
- f) deliberar sobre os atos e as contas da Diretoria Executiva;
- g) apresentar, em cada exercício, o relatório das atividades do MEB;
- h) conferir, mediante proposta da Diretoria Executiva ou de 2/3 dos seus membros, o título de Membro Honorário às pessoas físicas e jurídicas que, por serviços relevantes prestados ao MEB, se hajam recomendado ao seu reconhecimento.

§ Primeiro - Os integrantes do Conselho Diretor Nacional exercerão os seus mandatos pelo prazo de três anos, podendo ser reconduzidos.

§ Segundo - O Conselho Diretor Nacional reunir-se-á, ordinariamente, no mês de fevereiro de cada ano, a fim de deliberar sobre os assuntos de interesse do MEB e de eleger, quando for o caso, os membros da Diretoria Executiva, e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente ou por 1/3 dos seus membros, sempre que for necessário.

§ Terceiro - As reuniões do Conselho serão convocadas mediante avisos endereçados, com a necessária antecedência, a todos os Conselheiros em exercício.

Art. 10º - A Diretoria Executiva será constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, eleitos por três anos, podendo ser reeleitos.

§ Primeiro - Os membros da Diretoria Executiva serão eleitos, em cada triênio, pela assembléia geral ordinária do Conselho Diretor Nacional e tomarão posse mediante termo lavrado no Livro de Atas das Reuniões da Diretoria Executiva.

§ Segundo - O Secretário da Diretoria Executiva será, também, o Secretário do Conselho Diretor Nacional e do Conselho Nacional de Representação e Consulta, em cujas reuniões poderá tomar parte sem direito de voto.

Art. 11º - Compete à Diretoria Executiva, diretamente ou em regime de Convênio com a RENEK, dar execução eficiente aos planos de programas aprovados pelo Conselho Diretor Nacional, coordenando as atividades do MEB e mobilizando os meios técnicos e os recursos financeiros que forem necessários à consecução dos seus objetivos.

§ único - A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil outorgará procuração aos membros da Diretoria Executiva, conferindo-lhes os necessários poderes para que, em conjunto ou separadamente, possam representar a entidade, praticando em nome dela os atos jurídicos relativos ao MEB.

Art. 12º - O Conselho Nacional de Representação e Consulta, além do Presidente e Vice-Presidente indicados na letra a do Art. 9 será integrado por 25 membros selecionados pelo Presidente da República, dentre uma lista de 30 pessoas de reconhecido valor, que tenham já demonstrado o seu zelo e o seu interesse na luta pelo soerguimento das áreas subdesenvolvidas do País e apresentadas pela CNBB.

Art. 13º - O Conselho Nacional de Representação e Consulta compete opinar sobre todos os assuntos que lhes sejam submetidos por de liberação do Conselho Diretor Nacional ou pela Diretoria Executiva. O Conselho Nacional de Representação e Consulta reunir-se-á sempre que for convocado pelo Conselho Diretor Nacional.

Art. 14º - O Conselho Fiscal de Finanças será integrado por 3 pessoas de reconhecida competência e idoneidade, eleito de acordo com a letra d do Art. 9º e com mandato de 3 anos.

§ Único - As atribuições do Conselho Fiscal de Finanças são:
a) analisar o orçamento
b) apreciar os planos de aplicação
c) controlar a aplicação da verba e as prestações de contas.

Art. 15º - Nos Estados e Territórios o MEB contará com Comissões Estaduais de Representação e Consulta e Equipes Estaduais de Execução.

Art. 16º - As Comissões Estaduais de Representação e Consulta serão constituídas pelos Senhores Bispos das áreas respectivas, além de outras pessoas de livre escolha do Arcebispo Metropolitano, com sede na capital do Estado.

Art. 17º - As Equipes Estaduais de Execução, sempre que possível serão compostas de educadores, assistentes sociais e administradores, escolhidos pela Hierarquia. As Equipes Estaduais de Execução caberá desenvolver, nas áreas respectivas, os planos e os programas que o MEB tiver estabelecido para as mesmas.

Art. 18º - O MEB organizará a sua contabilidade com rigor técnico, adotando os padrões da contabilidade mercantil

TÉRMINOS DE CONTRATO

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - COMISSÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO -

Térmo do Convênio que fazem, de um lado, a Comissão do Vale do São Francisco e, o outro, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, para administração dos serviços do ensino radiofônico do Projeto Pilôto de Eletrificação Rural.

Aos 4 dias do mês de dezembro de 1961, na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, à Avenida Presidente Wilson, nº 210 - 10º andar, sede da Comissão do Vale do São Francisco, presentes esta, designada simplesmente Comissão, representada por seu Diretor Superintendente, Professor Renado Rodenburg de Medeiros Netto e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, do ravante designada CNBB, executora do Movimento de Educação de Base e representada pelo seu Secretário Geral Dom Helder Pessoa Câmara, resolveram assinar este convênio, devidamente autorizado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente do Conselho de Ministros, conforme despacho exarado na Exposição de Motivos nº 2.056 de 13 de setembro de 1961, deste órgão (P.R.29.727-61 -D.O. de 12.10.61) cujas cláusulas vão a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: - Este convênio tem por objeto a administração dos serviços radiofônicos do Projeto Pilôto de Eletrificação Rural, da Comissão do Vale do São Francisco.

CLÁUSULA SEGUNDA: - Este convênio vigorará por dois anos, podendo ser renovado por igual período, se as partes contratantes assim entenderem e a Comissão do Vale do São Francisco tiver permissão do Excelentíssimo Senhor Presidente do Conselho de Ministros e sujeito a registro prévio pelo Tribunal de Contas.

PARÁGRAFO ÚNICO: - Este convênio pode ser rescindido, precedendo autorização do Excelentíssimo Senhor Presidente do Conselho de Ministros, mediante entendimentos de ambas as partes com uma antecedência de 60(sessenta) dias e sujeito a registro prévio pelo Tribunal de Contas. -

CLÁUSULA TERCEIRA: - Caberá à CNBB a manutenção, junto ao Projeto Pilôto, de uma equipe de 5(cinco) elementos do seu Movimento de Educação de Base que se encarregará de realizar os programas de educação de Base, através da emissora do Projeto, em Itacuruba.

CLÁUSULA QUARTA: - A Comissão obriga-se a hospedar a equipe do Movimento de Base, fornecer-lhe transporte, provê-la de material de escritório e do necessário à movimentação da emissora, participar da seleção e treinamento de monitores para as escolas radiofônicas, cooperar na elaboração, orientação e supervisão dos programas e colaborar na escolha de local para escolas e sua instalação. -

CLÁUSULA QUINTA - Para cumprimento do que dispõe a cláusula terceira, a CNBB obriga-se: a) estabelecer e realizar de comum acordo com a Comissão, programas que mantenham a emissora em funcionamento, até, durante seis(6) horas diárias; b) manter uma administração capaz de orientar e controlar o funcionamento das escolas e fornecer à Comissão as informações relativas a esse funcionamento; c) instalar, oportunamente, escolas radiofônicas, até o máximo de cem, com a assistência e a aprovação da Comissão que fornecerá o rádio receptor e todo o material necessário à instalação; d) d) treinar os monitores necessários às escolas, segundo programas aprovados pela Comissão que colaborará no treinamento.

CLÁUSULA SEXTA - Para ocorrer às despesas da CNBB com a manutenção da equipe referida na cláusula terceira, a Comissão pagar-lhe-á, anualmente, a importância de Cr\$500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), em prestações trimestrais de Cr\$125.000,00 (cento e vinte e cinco mil cruzeiros), mediante recibo de pessoa autorizada.

CLÁUSULA SÉTIMA: - A contribuição da Comissão, no ano de 1961, correrá por conta da verba 3.0.00 - Desenvolvimento Econômico e Social; Consignação 3.2.00 - Dispositivos Constitucionais; Subconsignação - - 3.2.03 - Aproveitamento Econômico do São Francisco (Art. 29 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias); Item 5.0 - Irrigação e Drenagem; - Inciso 3 - Irrigação do Médio São Francisco entre Juazeiro e Paulo Afonso, em Bahia e Pernambuco e eletrificação rural, construção de canais de irrigação em cooperação com os particulares na base de 50% no Médio e Baixo São Francisco, sendo Cr\$4.000.000,00 para o canal Jaborandi, nos termos do Subanexo 4.06 da Lei nº 3.834, de 10 de dezembro de 1960, tendo sido deduzida da verba acima relacionada, a quantia de Cr\$500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), de acordo com a legislação em vigor, constante da presente cláusula e nos exercícios subsequentes pelas verbas que forem atribuídas a Comissão à conta do Artigo 29 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias ou por conta de outros créditos orçamentários ou extraorçamentários de que a Comissão vier a dispor para tal fim.

CLÁUSULA OITAVA: - O presente convênio vigorará a partir do seu registro no Tribunal de Contas. -

E, por assim estarem de acordo as partes interessadas, eu, Maria José Theodoro de Carvalho, Datilógrafa AF-503-7A-II, da Comissão do Vale do São Francisco, lavrei o presente Convênio no livro existente na Divisão de Administração da mesma Comissão, às folhas 8 a 9 verso, do livro nº 13, o qual depois de lido e achado conforme vai assinado pelas partes contratantes na presença das testemunhas abaixo declaradas. -

- Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1961 -

- Renato Rodenburg de Medeiros Netto - Helder Câmara -

Testemunhas: Marina Bandeira - Antônio José Alves de Souza.

RELATÓRIO ANUAL

1961

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE
Rua da Glória, 446
RIO DE JANEIRO - GB

SUMÁRIO

- I . INTRODUÇÃO
- II . O MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE
- III . AS ATIVIDADES DO MEB EM 1961
 - Recursos
 - Avaliação
 - Treinamentos
 - Equipes
 - Execução
- IV . PLANO DE TRABALHO PARA 1962
- V . CONCLUSÕES

ANEXOS

- I . DECRETO Nº 50 370, de 21.3.1961
- II . REGULAMENTO DO MEB
- III . INSTRUÇÕES
- IV . CONVÊNIO COM O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - MEC
- V . CONVÊNIO COM O MINISTÉRIO DA SAÚDE - MS
- VI . CONVÊNIO COM O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA - MA
- VII . CONVÊNIO COM A COMISSÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO - CVSF

I. INTRODUÇÃO

O Movimento de Educação de Base - MEB - instituído e organizado sob a responsabilidade do Episcopado Brasileiro, através da sua entidade representativa, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, tem como objetivo ministrar educação de base às populações das áreas subdesenvolvidas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País, através de programas radiofônicos especiais com recepção organizada.

A Educação de Base, ou Educação Fundamental, é o mínimo de formação que deve servir de alicerce à vida, tendo em vista o desenvolvimento e a realização do homem, considerado na sua existência econômica, social, intelectual, moral e espiritual.

Para ser válida, a Educação de Base deve fornecer ao homem um triplicado benefício:

- 1º. uma concepção de vida, que o torne consciente do seu valor físico, espiritual, moral e cívico;
- 2º. um estilo de vida que, por meio de técnicas e hábitos pessoais, familiares e sociais, oriente o comportamento prático de cada um;
- 3º. uma mística de vida que, agindo como força interior, assegure um dinamismo e um entusiasmo eficazes no cumprimento dos deveres, no exercício dos direitos e, em geral, na realização dos fins da existência.

Os objetivos da Educação de Base confundem-se com os fins da vida. Devem visar e assegurar a cada pessoa um mínimo de saber, de capacidade de julgar, de técnicas, de conduta e de bem-estar, que a tornem apta a se realizar ao máximo, superar-se, progredir em todas as direções acessíveis.

A fim de alcançar o seu objetivo o MEB se propõe executar na sua área de ação um programa intensivo de:

- a) alfabetização e cálculo;
- b) formação moral e cívica;
- c) educação sanitária;
- d) iniciação profissional, especialmente agrícola;
- e) promoção social;
- f) desenvolvimento das comunidades;
- g) associativismo (cooperativismo, sindicalismo, clubes agrícolas, etc.);
- h) cultura popular.

Proporcionará, assim:

1º. Cultura geral

- . Elementos de leitura e de escrita.
- . Elementos de cálculo.
- . Elementos de geografia e história (regional, nacional e interna

cional - Descobrir o Mundo).

- . Educação sanitária (pessoal, coletiva, social).
- . Debates culturais, em geral.

2º. Humanismo

- . Quem sou? Que é uma pessoa humana?
- . Por que vivo? Por que existo? Como realizar o meu destino?
- . Para onde vai o mundo? Que é preciso para que o mundo realize o seu destino?
- . Valor do corporal; educação do físico.

3º. Comportamento social

- . Com quem vivo e em que ambiente existo?
- . Ajuda mútua, sentido de servir, de solidariedade, temperança, propriedade, família, lar.
- . Integração nas comunidades local, regional, nacional e internacional.
- . Obrigações humanas e direitos correspondentes.
- . Educação da sensibilidade e dos sentimentos
- . Educação para a vida cotidiana.

4º. Trabalho

- . Por que, com quem e como eu trabalho?
- . O trabalho humano, sua história.
- . Instrumentos e regiões de trabalho.
- . Sentido social do trabalho.
- . O produto do trabalho e a sua difusão.
- . Trabalho e capital.
- . Organização e nobreza do trabalho.
- . Consciência profissional e de classe - sindicatos.
- . Organização e orientação profissional.

5º. Organização da família

- . Conceito da família, como comunidade natural inicial.
- . Preparação para a vida familiar.
- . Economia doméstica.
- . Educação dos filhos.
- . Direitos e responsabilidades da família.

6º. Formação cívica e política

- . Verdadeiro sentido do civismo.
- . Sentido das comunicações nacional e internacional

Educar não somente ensinar a ler, a resolver um problema, a dar forma a um pensamento. É, principalmente, atender às necessidades do desenvolvimento integral da pessoa humana, a fim de provê-la pela realização de sua personalidade, tanto no plano humano como no plano sobrenatural. Deve, pois, proporcionar-lhe oportunidades para experiências significativas dentro destes ob-

jetivos, numa atmosfera de segurança e afeição, em um meio ao qual a ³ pessoa sinta que pertence, do qual é parte integrante e que a aceita como ela é.

Porisso, o MEB providencia, em decorrência de cada escola radiofônica, a organização de grupos, de acôrdo com os critérios pedagógicos adequados, tendo em conta os dados fornecidos pela experiência.

Instituindo as escolas radiofônicas, cujos ensinamentos são ministrados através do rádio e, em tempo oportuno, da televisão, o MEB procura, ao mesmo tempo, prestigiar e favorecer, por todos os meios ao seu alcance, os estabelecimentos de ensino organizados de acôrdo com os padrões tradicionais.

As escolas radiofônicas não pretendem substituir a Escola Primária. Elas são uma solução de emergência para um problema que permanecia em aberto, apesar de todos os esforços governamentais e particulares. Como o Brasil está ainda longe de dispor da rede escolar primária de que necessita para atender a milhões de alunos em idade escolar, as escolas radiofônicas, atuando junto a adolescentes e adultos, visam a preencher esta lacuna, já que o índice de analfabetismo continuará crescendo nos próximos anos, em vista da desproporção entre o incremento populacional e as oportunidades de escolarização.

O Sistema

No Brasil, país de grande extensão territorial, que tem desafiado outros meios de penetração rápida da educação, o rádio vem servindo como um instrumento extraordinário para a educação de base, tendo ultrapassado a fase da experiência e atingido a da concretização de resultados positivos, sempre que se segue as seguintes normas técnicas e práticas:

- . formação de técnicos especializados e semi-especializados;
- . descentralização do sistema e adaptação, a fim de permitir melhor atendimento às necessidades das diversas regiões;
- . convocação, por idealismo, de monitores voluntários e devidamente treinados, para a função que devem desempenhar;
- . adequação técnica e pedagógica das aulas;
- . recepção organizada e controlada;
- . supervisão regular;
- . aplicação periódica de testes para verificação da aprendizagem;
- . avaliação dos resultados;
- . formação de líderes para direção de sindicatos, cooperativas, artesanatos, centros de recreação e associações adaptadas a sexos, idades, profissões e interesses, atividades essas que tenham por objetivo o desenvolvimento das comunidades.

Um professor ao microfone multiplica-se por 10, 100, 1.000 outros professores, graças a uma rede radiofônica de recepção organizada, de extrema simplicidade, mas que consegue penetrar até nas regiões mais inacessíveis do País.

As experiências levam-nos a afirmar que um sistema de escolas radiofô

nicas deverá funcionar com a seguinte organização:

- a) Equipe de Execução - é constituída de professôres e assistentes sociais, sempre que possível e de administradores, com as seguintes atribuições:
 1. estudar os problemas de cada área;
 2. planejar as atividades de acôrdo com as necessidades e radicar as escolas;
 3. elaborara e irradiar os programas;
 4. escolher e formar os monitores, mantendo com cada um contato permanente;
 5. supervisionar as escolas radiofônicas durante a transmissão das aulas.
- b) Monitores - são elementos da própria comunidade que se dispõem a prestar um trabalho voluntário, constituindo elos vivos entre o aluno e o professor. Para bem exercerem sua função exige-se, como condição mínima, que sejam alfabetizados e se submetam a um treinamento especializado, ministrado pela equipe de execução. Além do seu trabalho junto à comunidade os monitores
 1. fazem a matrícula dos alunos;
 2. anotam as frequências
 3. apresentam relatórios mensais à equipe de execução sôbre suas escolas.
- c) Escolas Radiofônicas - devem funcionar em horário inteiramente adequado às populações a serem atingidas pelo sistema. Uma sala de aula ou um cômodo de casa de família ou um alpendre, um quadro negro, uns bancos ou cadeiras, um lampião e um receptor - eis o que é necessário para o funcionamento de uma escola radiofônica.

II. O MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE

Como resultado de uma série de entendimentos mantidos entre o Presidente da República e o Episcopado brasileiro, em 21 de março de 1961, baixou o Excelentíssimo Senhor Presidente da República um Decreto, que tomou o nº de 50.370, publicado no Diário Oficial de 22 de março do mesmo ano, dispondo sobre um programa de educação de base e adotando medidas necessárias à sua execução, através de escolas radiofônicas, com recepção organizada, nas áreas subdesenvolvidas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País.

Aceitando o oferecimento da CNBB que colocou à disposição do Governo a sua rede de emissoras, instaladas e em instalação, bem como a experiência adquirida e os resultados já apresentados pelas escolas radiofônicas do Nordeste, pelo Decreto supra citado o Exmo. Sr. Presidente da República criou o MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE e estendeu às áreas previstas naquele diploma legal os benefícios dessa campanha permanente de promoção do homem. Cabe aqui acrescer da necessidade em ser estendida a outras áreas subdesenvolvidas do país, e não mencionadas no Decreto, os efeitos do referido Decreto.

Para dar cumprimento ao que estabelecia o Art. 3º do Decreto, foram firmados Convênios entre o MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE e os seguintes órgãos: Ministério da Educação e Cultura, Ministério da Agricultura, Ministério da Saúde, Comissão do Vale do São Francisco, num total de Cr\$164.500.000,00. Além da colaboração financeira acima, êsses e outros setores da administração pública federal, dentro das suas possibilidades técnico-administrativas, prestigiaram o MEB através de estreita colaboração.

O Conselho Diretor Nacional do MEB, atendendo às necessidades de caráter técnico-administrativo, baixou o REGULAMENTO e INSTRUÇÕES GERAIS para funcionamento do MOVIMENTO e que seguem em anexo.

III. AS ATIVIDADES DO MEB EM 1961

Em 1961, o MEB atuou nos seguintes Estados: Pará, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Goiás.

Apesar dos esforços feitos, não foi para o ar, como era de se esperar, um grande número de emissoras filiadas ao MOVIMENTO, por motivo que independeu do MEB, a saber: a não concessão, em tempo hábil, de canais radiofônicos, não obstante contarem os mesmos, ao tempo da assinatura do Decreto nº 50.370, com pareceres favoráveis da Comissão Técnica de Rádio.

Essas emissoras estavam, entretanto, previstas para a execução do Plano de Trabalho de 1961.

Na forma do Decreto supracitado, o campo de ação do MEB atinge:

Área em Km2 7.548.956

Habitantes 37.693.007

Fontes: População do Brasil - Separata do Anuário Estatístico do Brasil, 1961 - IBGE.

As cifras acima re unem o quadro demonstrativo a seguir:

ÁREA E POPULAÇÃO POR UNIDADE GEOGRÁFICA

Estados e Territórios	Unidades Eclesiásticas				Nº. de Municípios	Área Km.2	Habitantes
	Arq.	Dioc.	Prel.	TOTAL			
Rondônia	-	-	2	2	2	243.044	70.783
Acre	-	-	2	2	7	152.589	160.208
Amazonas	1	-	8	9	44	1 558.987	721.215
Rio Branco	-	-	1	1	2	230.104	29.489
Pará	1	-	9	10	60	1 227.530	1 550.935
Amapá	-	-	1	1	5	139.068	68.889
Maranhão	1	1	4	6	99	324.616	2 492.139
Piauí	1	2	1	4	71	250.934	1 263.368
Ceará	1	4	1	6	148	148.016	3 337.856
R.G.Norte	1	2	-	3	83	53.015	1 157.258
Paraíba	1	3	-	4	88	56.372	2 018.023
Pernambuco	1	6	-	7	102	98.281	4 136.900
Alagoas	1	1	-	2	64	27.652	1 271.062
Sergipe	1	2	-	3	62	21.994	760.273
Bahia	1	7	-	8	194	559.921	5 990.605
M. Gerais	3	1	1	5	485	583.248	9 798.880
Mt.Grosso	1	4	3	8	64	1 231.549	910.262
Goiás	1	4	3	8	179	642.036	1 954.862
TOTAL.....	16	37	36	89	1.759	7 548.956	37 693.007

Fontes: Anuário Católico do Brasil
População do Brasil-Separata do Anuário Estatístico do Brasil, 1961 - IBGE.

Recursos

Durante o exercício ora relatado, o MEB contou, como recursos federais efetivos, com a parcela de Cr\$33.000.000,00 (trinta e três milhões de cruzeiros), provinda do Ministério da Educação e Cultura e paga por conta do Convênio celebrado em 21 de março de 1961 com o MEB. A origem desses pagamentos, as datas de entrega respectivas e parcelas podem ser assim representadas:

- Campanha Extraordinária de Educação:
- 21.8.61 Cr\$ 4.000.000,00
 - 30.9.61 Cr\$ 2.000.000,00

30.11.61 Cr\$ 2.000.000,00
 22.12.61 Cr\$ 2.000.000,00 Cr\$ 10.000.000,00

Campanha de Educação Rural:

31.10.61 Cr\$ 5.000.000,00
 23.11.61 Cr\$ 5.000.000,00
 22.12.61 Cr\$ 5.000.000,00 Cr\$ 15.000.000,00

Campanha de Erradicação do Analfabetismo:

22.12.61 Cr\$ 8.000.000,00 Cr\$ 8.000.000,00

T o t a l Cr\$ 33.000.000,00

Convém ressaltar que, do total acima, Cr\$15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros) foram recebidos nos últimos 10 dias do exercício. Por outro lado, o fracionamento na entrega da verba impossibilitou o MEB de assumir compromissos do volume que exigia o seu Plano de Trabalho, tais como: aquisição da frota de veículos indispensável ao reconhecimento das áreas, à radicação das escolas e à supervisão; contratação de pessoal em número suficiente para o funcionamento dos setores técnicos e administrativos. Isto tudo sem fazer referência aos compromissos assumidos pela CNBB no tocante à aquisição de aparelhos receptores.

Dada a irregularidade na entrega dos recursos federais, a compra de receptores foi feita a crédito.

Aplicação dos Recursos

A seguir, especificadamente, a aplicação, por unidade, dos recursos concedidos:

1 SECRETARIADO CENTRAL DO MEB

ESPECIFICAÇÃO	PARCIAL	TOTAL
<u>Treinamentos</u>		
Tere ina	393.862,00	
Fortaleza	219.795,40	683.657,40
<u>Pessoal-Secretaria</u>		
Técnico	1.285.000,00	
Direção	350.000,00	
Administração	375.000,00	2.010.000,00
<u>Material</u>		
1.150 Receptores	7.331.500,00	
1 Gravador		
5 Máquinas diversas	923.259,00	8.347.600,90
<u>T o t a l</u>	-	11.041.258,30

EQUIPES ESTADUAIS E LOCAIS

ESTADO	DISTRIBUIDO	PESSOAL	MATERIAL	A SER APLICADO
Pará	315.000,00	315.000,00	-	-
Ceará	1.861.000,00	966.000,00	895.000,00	-
R.G.Norte	1.162.000,00	360.000,00	730.000,00	72.000,00
Pernambuco	1.606.000,00	154.000,00	-	1.452.000,00
Alagoas	534.000,00	534.000,00	-	-
Sergipe	3.162.000,00	2.042.000,00	1.060.000,00	60.000,00
Bahia	853.000,00	70.000,00	770.000,00	13.000,00
Goiás	1.502.000,00	452.000,00	876.000,00	174.000,00
T o t a l .	10.995.000,00	4.893.000,00	4.331.000,00	1.771.000,00

Avaliação

A avaliação dos resultados não se deve limitar à simples indicação de números e índices, uma vez que a finalidade do MEB, conforme já amplamente exposta, visa não somente à alfabetização mas também à mudança de atitudes, motivação e promoção do homem, juntamente com a comunidade. No exercício do primeiro ano de atividades, o MEB atingiu suas finalidades através de aulas pelo rádio e de atuação direta nas comunidades, a saber:

- cursos para clubes agrícolas
- semanas ruralistas
- atividades sindicalistas rurais
- clubes de mães
- clubes de jovens
- clubes cooperativistas
- treinamentos de líderes rurais

Na avaliação dos trabalhos realizados nos Municípios de Belém do São Francisco e Floresta do Navio (Pe) e Glória e Chorrochó (Ba) e nos termos do Convênio com a Comissão do Vale do São Francisco, contou o MEB com a valiosa assistência técnica da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Treinamentos

Os treinamentos promovidos pelo MEB visam a capacitar as equipes estaduais e locais para suas funções específicas, desenvolvendo em seus componentes o espírito de equipe e de iniciativa, fornecendo-lhes, ao mesmo tempo, conhecimentos e dados básicos para a indispensável adaptação à sua zona de ação.

Fundamentam-se na necessidade de formar supervisores e profissões com mentalidade crítica e analítica das realidades brasileiras, descondicionando-os de conceitos anteriores ultrapassados, preparando-os para enfrentar situações novas que a iniciação ou desenvolvimento do MEB exigem.

As equipes estaduais e locais têm uma responsabilidade na preparação de terreno para as mudanças de estruturas necessárias, na luta contra o subdesenvolvimento.

Não se trata de formar técnicos somente, mas de levar os autodidatas, interessados num campo inteiramente novo entre nós, e empolgados pela mística do MEB, a se tornarem técnicos-semi-especializados, que atuarão sob a assessoria de técnicos de diversas entidades governamentais e particulares.

Equipes

As atividades das equipes do MEB desenvolvem-se em três escalas:

- Equipe Técnica Nacional
- Equipes Estaduais de Execução
- Equipes Locais de Execução,

cujas atribuições estão definidas nas INSTRUÇÕES GERAIS baixadas pelo Conselho Diretor Nacional, já citadas anteriormente.

A formação das três escalas de equipes acima baseia-se no princípio da descentralização, isto é, as linhas mestras, traçadas pela equipe nacional, são adaptadas, em cada Estado, às necessidades e possibilidades da região.

Execução

A equipe técnica nacional manteve, em 10 Estados, um trabalho de coordenação junto às equipes estaduais e locais de execução, assegurando a necessária assistência e promovendo o intercâmbio de experiências dos diferentes sistemas. Além disso, realizou os seguintes treinamentos de supervisores:

TREINAMENTOS

Mês	Local	Nº de Participantes
Março	Goiás	15
Julho	Pernambuco	(25
		(1 (Bahia)
Outubro	Ceará	31
Dezembro	Piauí	(17
		(4(Maranhão)
T o t a l		93

Execução nos Estados

As atividades a seguir relacionadas foram extraídas dos relatórios

fornechos, à Secretaria Nacional do MEB, pelos diversos sistemas estaduais e locais, cujo trabalho foi iniciado em épocas diferentes, dadas as dificuldades materiais por que passou o MEB em 1961.

- P a r á - As escolas radiofônicas começaram a funcionar a 18 de abril de 1961 e, em 31 de dezembro de 1961 existiam 75 escolas distribuídas nos seguintes municípios: Capim, Irituia, Guamá, Ourem, Soure e Bragança.

- C e a r á - Sobral - A Diocese de Sobral luta não só com o problema da baixa voltagem, mas também com a falta de luz e fôrça, o que muito vem prejudicando a emissão e a recepção das aulas. Todavia, a 8 de dezembro de 1961 começaram a funcionar 41 escolas radiofônicas, nos seguintes municípios Meruoca 11, Santana de Acarau 10, Sobral 8, Morrinhos 2, Massapê 3, Coreau 2, Moraujo 1, Bela Cruz 1, Freicheirinhas 1, Groairas 1, Cariré 1.

Crato - Em 1961 funcionaram 900 escolas radiofônicas, nos seguintes municípios: Araripe 20, Assaré 30, Aurora 15, Barbalha 30, Brejos Santos 20, Campos Sales 30, Caririagu 50, Crato 184, Farias Brito 20, Ipaumirim 23, Jardim 35, Juazeiro do Norte 250, Lavras da Mangabeira 30, Mauriti 32, Milagres 20, Missão Velha 40, Porteiras 15, Santana do Cariri 29, Umarí 10, Várzea Alegre 10, Nova Olinda 7.

- Rio Grande do Norte - A Arquidiocese de Natal é a pioneira no ensino no radiofônico no Brasil. Iniciou a experiência em 28 de setembro de 1958, circunscrevendo-a, naquela época, a cinco municípios do Estado. Hoje já se estende a um total de 1.083 escolas radiofônicas.

O Secretariado Estadual promoveu 10 cursos de treinamento de monitores em: São Paulo do Potengi 2 - Goianinha 4 - Nova Cruz 1 - Açu 2 - Serra Caiada 1.

A Divisão de Educação de Base do Serviço de Assistência Rural de Natal é constituída dos seguintes setores:

- 1) Formação e Treinamento de Líderes Rurais
- 2) Federação dos Clubes
- 3) Escolas Radiofônicas

Além de supervisionar a atividade de 552 líderes, o setor promoveu:

- 2 Cursos de Líderes, em regime de internato, de duração de 15 a 60 dias
- 3 Encontros de Líderes, em regime de internato, de duração de 5 dias
- 1 Congresso de Trabalhadores Rurais.

A Federação dos Clubes congrega:

Clubes Agrícolas	30
Clubes de Jovens	56
Clubes Juvenis	6
Clubes Cooperativistas	15
Clubes de Mães	6

A orientação dos Clubes é dada através de: 5 programas semanais pela Emissora de Educação Rural; Cursos e Encontros para dirigentes dos Clubes; Visitas às áreas de trabalho; entrevistas com os clubistas, na sede da Federação.

É a seguinte a distribuição dos alunos das escolas radiofônicas:

<u>Ciclo</u>	<u>Matriculados</u>	<u>Frestaram Prova</u>	<u>Aprovados</u>
1º Ciclo	12 054	8 284	93%
2º Ciclo	4 636	2 368	85%
3º Ciclo	1 854	1 183	96%
<u>T o t a l</u>	<u>18 544</u>	<u>11 835</u>	

Em 1961, foram ainda iniciadas as atividades relativas a Sindicalismo:

- Formação de líderes sindicais
- Organização de Sindicatos Rurais.

- Pernambuco - Até 31 de dezembro de 1961 foram instaladas 74 escolas radiofônicas, nos seguintes municípios: Belém do São Francisco 9, Floresta do Navio 17, Glória e Chorrochó (Bahia) 7, Nazaré da Mata 14, Carpina 9, Oróbó 18.

É de 420 o número de aulas, assim distribuídas: Linguagem 141, Aritmética 138, Agricultura 19, Educação Sanitária 35, Economia Doméstica 29, Educação Cívica

A Equipe Estadual funcionou estreitamente ligada ao Conselho Regional de Pernambuco do Serviço Rural que esteve também à frente dos trabalhos, tanto no que se refere à orientação técnica como na programação de atividades.

- Alagoas - Nesse Estado as escolas radiofônicas iniciadas, em número de 200, na zona de Penedo, não lograram êxito, razão que determinou a suspensão dos trabalhos para reinício em 1962 com intensa assistência técnica do MEB Nacional, além do suprimento dos necessários recursos financeiros.

- Sergipe - Pela execução dos Programa de Educação de Base é responsável uma equipe de 15 elementos que conta com a colaboração do Governo do Estado - a Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, o Serviço Social Rural, o Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, o Sistema Rádio Educativo Nacional e a Campanha Nacional de Educação de Adultos.

As principais atividades foram:

- 1 - Radicação de Escolas Radiofônicas
- 2 - Treinamento de pessoal
- 3 - Supervisão
- 4 - Emissão

- 5 - Organização de Comunidades
- 6 - Treinamento de bolsistas nacionais e estrangeiros
- 7 - Cursos de Clubes Agrícolas
- 8 - Participação em Curso para Parteiras
- 9 - Participação em Curso para Supervisores
- 10 - Participação em Treinamento de Monitores
- 11 - Participação em Cursos de Avaliação
- 12 - Semana Ruralista de Itaporanga
- 13 - Visitas
- 14 - Palestras
- 15 - Setor de Sindicalismo
- 16 - Dia do Monitor

Foram organizados 8 Cursos de Treinamento de Monitores, com duração de oito dias cada um, nas cidades de Estância, Propriá, Santo Amaro, Neópolis, Monte Alegre, Buquim, São Cristovão e Ribeirópolis, com o comparecimento total de 147 monitores.

Mensalmente são feitas cinco viagens de supervisão.

É o seguinte o número de aulas e programas diversos:

147 aulas de linguagem e aritmética para os Planos A e B

32 aulas de Formação Moral e Religiosa

70 aulas de Educação Sanitária

27 aulas de Noções de Agricultura

38 programas especiais - sábados

147 Noticiários

20 Comemorações Cívicas.

De 3 a 23 de julho de 1961 foi realizado um Curso para Dirigentes de Clubes Agrícolas, com a participação de 28 elementos.

Em 31 de dezembro de 1961 funcionavam 418 Escolas, assim localizadas:

Sedes Municipais	98
Povoados	283
Fazendas	25
Usinas	4
Sítios	<u>8</u>
T o t a l	<u>418</u>

Em 1961, foi iniciado o Trabalho de Sindicalismo Rural, o qual se apresentou como uma imperiosa necessidade no Programa de Educação de Base, em Sergipe.

- B a h i a - A partir de 3 de novembro de 1961, em caráter expe-

rimental, funcionavam 70 escolas radiofônicas, distribuídas por 6 municípios, a saber:

Feira de Santana	59
Coração de Maria	5
Santo Amaro	3
Irará	1
São Gonçalo	1
Castro Alves	<u>1</u>
T o t a l	<u>70</u>

É de 1.409 o número de alunos matriculados, todos no 1º Ciclo.

Reconhecimento de área para radicação de escolas radiofônicas foi a principal atividade de 1961.

- G o i á s - Em 1961 a implantação das escolas radiofônicas no Estado se circunscreveu a uma pequena área, dada a pouca potência do transmissor da Rádio Difusora. O aumento da potência para 10 kw está em fase de aprovação.

Em março de 1961, foi realizado um Treinamento destinado à seleção dos elementos que passaram a constituir a Equipe Estadual, do qual participaram técnicos em Orientação Agrícola, Educação Sanitária, Economia Doméstica, Metodologia de Alfabetização, Recreação, Previdência Social, Educação Cívica, Sociologia, Direito do Trabalho, Rádio e Orientação Profissional.

No período de 26 a 30 de agosto foi realizado um Curso de Treinamento de Monitores.

A 31 de dezembro de 1961 funcionavam 26 escolas radiofônicas, distribuídas nos seguintes municípios:

Goiania	18
Bela Vista de Goiás	3
Goianira	1
Guapó	1
Hidrolândia	1
Ipameri	1
Trindade	<u>1</u>
T o t a l	<u>26</u>

IV - PLANO DE TRABALHO PARA 1962

O Plano de Trabalho para 1962, apresentado pelo MEB ao Governo Federal, foi pelo mesmo aprovado, tendo sido incluído no orçamento geral da União com o destaque de Cr\$ 604.190.000,00 (Seiscentos e quatro milhões, cento e noventa mil cruzeiros).

O MEB conta atualmente com a seguinte rede de emissoras:

EMISSORAS EM FUNCIONAMENTO

ESTADO	DENOMINAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	POTÊNCIA
Pará	Rádio Educadora de Bragança	Bragança	250 w-OM 1 kw-OT
Ceará	Rádio Educadora do Cariri	Crato	5 kw-OM 1 kw-OT
	Rádio Educadora do Nordeste	Sobral	1 kw-OM
R.G. Norte	Emissora de Educação Rural	Natal	1000 w-OT 1 w-OM
Pernambuco	Rádio Pajeú de Educ. Popular	Afeg. Ingazeira	250 w-OM
	Rádio Planalto	Nazaré da Mata	250 w-OM 1 kw-OC
Alagoas	Emissora Rio São Francisco	Penedo	250 w-OM 1 kw-OT
Sergipe	Rádio Cultura de Sergipe	Aracaju	10 kw-OM 1 kw-OT
Bahia	Rádio Soc. Feira de Sant'Ana	Feira de Santana	1000 w-OM
Goiás	Rádio Difusora de Goiânia	Goiânia	

Em 1962, a rede será ampliada com a integração das seguintes emissoras:

Instaladas:

- | | | |
|------------|-----------------------------|------------------|
| M. Grosso | - Rádio Difusora Bom Jesus | - Cuiabá |
| | - Rádio Educadora Rural | - Campo Grande |
| M. Gerais | - Rádio Por um Mundo Melhor | - Gov. Valadares |
| Pernambuco | - Rádio Olinda | - Recife |

Em Instalação:

- | | | |
|-------|---------------------------|-------------|
| Ceará | - Rádio Assunção Cearense | - Fortaleza |
|-------|---------------------------|-------------|

Ceará	- Rádio Jaguaribana	- Limoeiro
Goiás	- Rádio Conceição do Araguaia	- Conc.do Araguaia

Em Organização: (dependendo somente de autorização governamental)

Amazonas	- Rádio Educação Rural de Tefé	- Tefé
Pará	- Rádio Emissora Educação Rural	- Santarém
Maranhão	- Rádio Educação Rural do Maranhão	- São Luís
Piauí	- Rádio Pioneira de Teresina	- Teresina
Paraíba	- Rádio Alto Piranhas	- Cajazeiras
Alagoas	- Rádio Palmares de Alagoas	- Maceió

Além das emissoras de rádio acima, já solicitou o MEB a concessão de canais de televisão para Goiás, Sergipe e Rio Grande do Norte.

Nos termos do que dispõe o Artigo 2º do Decreto Presidencial, deverão ser instaladas, no ano de 1962, cerca de 16.000 escolas radiofônicas. A instalação dessas escolas está condicionada ao cumprimento, em tempo hábil, por parte das autoridades federais, dos compromissos relativos à liberação e ao pagamento dos recursos previstos para aquele exercício.

Ainda como resultado do trabalho de localização e dos Cursos de Treinamento em 1961, com início das atividades em fevereiro de 1962, está prevista a instalação de 265 escolas radiofônicas nos seguintes Estados:

- Ceará		
Pentecostes	10	
Guanacés	5	
Baturité	5	
Itapopoca	10	
Fortaleza	<u>25</u>	55
- Minas Gerais		
Governador Valadares	15	15
- Pernambuco		
Nazaré da Mata	25	
Carpina	20	
Vicência	10	
Aliança	15	
Limoeiro	15	
Orobó	40	
Surubim	20	
Bom Jardim	10	
Timbaúba	<u>40</u>	195
Total		265

As atividades de 1962 se orientarão no sentido de ser intensificada a radicação das escolas, sendo que o Desenvolvimento da Comunidade será uma

grande preocupação e deverá constituir a atividade característica do ano.

Está prevista a realização de um Seminário de Educação de Base, não tendo sido ainda marcado o período.

V. CONCLUSÕES

O que foi realizado em 1961 deve-se, principalmente, às equipes estaduais e locais de execução que, sem desanimar diante dos obstáculos decorrentes da quase ausência de condições materiais favoráveis, realizaram um trabalho continuado e profundo no seu âmbito de ação.

As escolas radiofônicas têm a aceitação das comunidades onde funcionam, o que se traduz, especialmente, pela frequência e interesse dos alunos, na sua maior parte adultos.

As principais dificuldades encontradas são de ordem técnica, na parte relativa ao funcionamento das Emissoras, falta de transporte para supervisão e insuficiência de iluminação em muitas escolas.

Em 1961, funcionaram 2.687 escolas radiofônicas, número que passará a 2.952, a partir de fevereiro de 1962, distribuídas pelos seguintes Estados:

ESCOLAS RADIOFÔNICAS

ESTADO	Nº de Municípios	ESCOLAS	
		Funcionamento	Fevereiro/62
I Pará	6	75	
II Ceará	37	941	55
III R.G. Norte	33	1 083	
IV Pernambuco	12	74	195
V Sergipe	54	418	
VI Bahia	6	70	
VII Goiás	7	26	
VIII M.Gerais	1	-	15
T o t a l	156	2 687	265

Apesar de o Artigo 2º do Decreto 50 370/61 estabelecer o número mínimo de 15.000 escolas radiofônicas, a serem instaladas em 1961, funcionaram, nesse ano, 2.687 escolas. O Governo Federal, ao estabelecer aquele número de escolas radiofônicas, assegurava ao MEB recursos no montante de Cr\$ Cr\$ 414.300.000,00 (Quatrocentos e quatorze milhões, trezentos mil cruzeiros). Na realidade, foram efetivamente entregues Cr\$ 33.000.000,00, dos quais Cr\$.. Cr\$15.000.000,00 somente nos últimos dias do exercício. Assim, deixou o Go-

vêrno Federal de cumprir com o disposto no Artigo 3º, condição essencial na execução do que estabelece o Artigo 2º do mesmo Decreto. Não obstante a absoluta precariedade de recursos, o MEB realizou um trabalho com resultados amplamente satisfatórios, levando-se em conta a proporcionalidade entre o montante dos recursos previstos, o total de escolas a instalar, os recursos efetivamente entregues e a real instalação e funcionamento de 2.687 escolas radiofônicas, até 31 de dezembro de 1961.

Convém salientar ainda que o MEB encontrava-se em condições de colocar em funcionamento mais 4.123 escolas radiofônicas, já que contava com o número correspondente de receptores entregues aos sistemas locais. Tal não ocorreu por falta dos recursos materiais necessários aos trabalhos de reconhecimento de área, radicação das escolas, supervisão adequada, aquisição de veículos etc.

Outro fator que constituiu obstáculo à ampliação da rede de escolas radiofônicas foi o atraso na concessão de canais radiofônicos, problema esse já amplamente focalizado neste relatório.

Ressaltamos que a irregularidade na liberação das verbas federais constitui também um grave problema na parte relativa a pessoal e a treinamento de supervisores e monitores.

Julga-se, portanto, justificado o não cumprimento, em parte, do que prescreve o Decreto que criou o MEB e os Convênios dele decorrentes.

Assim, considerados os resultados obtidos no primeiro ano de existência do MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE, conclui-se que foi atingido, em sua profundidade e extensão, o objetivo visado pelo legislador ao atribuir à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil competência para realização de um programa de Educação de Base nas áreas subdesenvolvidas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País.

PROJETO DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO DE BASE, PARA ADULTOS E

ADOLESCENTES ANALFABETOS NO BRASIL, ATRAVÉS DE MEIOS MODERNOS

DE INFORMAÇÃO

1. Considerando que o Brasil está ainda longe de dispor de rede escolar primária de que necessita, para atender a milhões de alunos em idade escolar e acima dela, que, apesar dos esforços empreendidos, não poderão ser, dentro de alguns anos, escolarizados de forma regular;
2. Considerando que o índice de analfabetismo no Brasil é de, aproximadamente, 50%, índice que nos próximos anos continuará crescendo, em vista da desproporção entre o incremento populacional e as oportunidades de escolarização;
3. Considerando que esta situação se faz sentir de forma ainda mais aguda na zona rural;
4. Considerando o grave problema nacional que representa o de 50% dos brasileiros viverem em condições infra-humanas, vítimas da fome, das doenças, da ignorância, em habitações precárias ou miseráveis, e não encontrarem meios nem possuírem condições para promover a própria subsistência;
5. Considerando o dever em que se sente o Governo brasileiro de integrar na nacionalidade essa faixa marginal da sua população;
6. Considerando que no Brasil, país de grande extensão territorial, que tem desafiado a rápida penetração da educação e do ensino, o rádio já vem servindo de veículo pa

para a Educação de Base;

7. Considerando que o Governo brasileiro resolveu assumir parte do encargo financeiro de um plano quinquenal de Educação de Base, que será executado por entidades particulares e permitirá a expansão progressiva do sistema de escolas radiofônicas;
8. Considerando que, nos centros urbanos, a educação, por intermédio do rádio e da televisão - se somados estes dois processos de difusão, de informação e cultura - conduzirá a resultados mais rápidos e eficientes;
9. Considerando que um esforço dêsse vulto - cujas consequências para o desenvolvimento econômico e social são evidentes - imporá ao Governo brasileiro altas responsabilidades financeiras;

RECOMENDA:

- a) que o programa de Educação de Base que vem sendo executado no Brasil seja considerado pelos organismos internacionais como merecedor de prioridade no referente à cooperação que deles espera, durante um período de 5 (cinco) anos;
- b) que essa prioridade seja efetivada na forma de
 - assistência técnica,
 - bolsas de estudo para aperfeiçoamento,
 e, ajuda financeira correspondente a 20% do total dos gastos pelo Governo brasileiro, isto é, US\$.....
 3.000.000,00 do montante dos gastos brasileiros, a saber, US\$15.000.000,00.

.....
: EDUCAÇÃO DE BASE - MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE - ESCOLAS RADIOFÔNICAS :
.....

1. EDUCAÇÃO DE BASE

1.1 - Educação de Base, ou Educação Fundamental, é o mínimo de formação que deve servir de alicerce à vida, tendo em vista o desenvolvimento e a realização do homem, considerado na sua existência econômica, social, intelectual, moral e espiritual.

Ela é de base no sentido em que confere conhecimentos teóricos e práticos indispensáveis para que se consiga criar um nível de vida imprescindível ao homem como tal.

1.2 - Definição de Educação de Base segundo a UNESCO

"A Educação de Base é o mínimo de educação que tem por fim ajudar as crianças e os adultos, privados da vantagem de uma instrução escolar, a compreenderem os problemas do meio onde vivem, a fazerem uma idéia dos seus direitos e deveres, tanto coletivos como individuais, e a participarem mais eficazmente do progresso econômico e social da comunidade da qual fazem parte. Ela tem igualmente um trabalho de formação que visa a despertar a consciência e a dignidade da pessoa humana e a desenvolver o sentimento de solidariedade cultural e moral da humanidade."

1.3 - Objetivos da Educação de Base

Para ser válida, a Educação de Base deve fornecer ao homem um tríplice benefício:

- 1º. uma concepção de vida, que o torne consciente do seu valor físico, espiritual, moral e cívico;
- 2º. um estilo de vida que, por meio de técnicas e hábitos pessoais, familiares e sociais, oriente o comportamento prático de cada um;
- 3º. uma mística de vida que, agindo como força interior, assegure um dinamismo e um entusiasmo eficazes no cumprimento dos deveres, no exercício dos direitos e, em geral, na realização dos fins da existência.

Os objetivos da Educação de Base confundem-se com os fins da vida. Devem visar a assegurar a cada um um mínimo de saber, de capacidade de julgar, de técnicas, de conduta e de bem estar, que o tornem apto a se realizar ao máximo, superar-se, progredir em tôdas as direções acessíveis.

1.4 - A quem se destina

A todos que, por força das circunstâncias, não foram educados ou tiveram uma educação deficiente, sem discriminação de idade, de sexo, de ocupação ou de meio social. Destina-se, também, à organização das comunidades, promovendo um conjunto de atividades sociais e educativas, como cooperativas, artesanato, clubes de mães, clubes de jovens, clubes agrícolas. Ela visa, sobretudo, às populações das regiões onde o círculo vicioso do analfabetismo, da doença e da miséria limita as possibilidades do progresso humano, isto é, os países e regiões pouco desenvolvidos.

O problema da falta de Educação de Base é maior nas regiões e países economicamente subdesenvolvidos e está estreitamente ligado a toda obra de recuperação humana e cristã. A criação de uma comunidade cristã viva não é concebível sem um esforço para melhorar o nível de vida do povo e sem realizações concretas neste domínio. Ordinariamente, um certo bem-estar é requerido para se praticar a virtude e para se viver cristãmente. Este bem-estar está ausente dos países e das regiões subdesenvolvidas.

Cristo pregou a pobreza, mas proscreeu a miséria. Cabe aos cristãos o dever urgente de combater a miséria, como membros da Igreja. Cabe também a todos os homens, como parte integrante da humanidade e do mundo. A miséria que devemos combater compreende três elementos principais: a privação, a doença e a ignorância.

Numa visão geral das regiões e dos países subdesenvolvidos o número de analfabetos adultos e, muitas vezes, superior ao de crianças sem escolas. A fome, a miséria, as enfermidades e a ignorância são companheiras inseparáveis.

1.5 - O que deve proporcionar

1º. Cultura geral

- elementos de leitura e de escrita
- elementos de cálculo
- elementos de geografia e história (regional, nacional e internacional - Descobrir o Mundo)
- educação sanitária (pessoal, coletiva, social)

2º. Humanismo

- quem sou? o que é uma pessoa humana?
- porque vivo? por que existo? como realizar o meu destino?
- para onde vai o mundo? que é preciso para que o mundo realize o seu destino?
- valor do corporal; educação do físico.

3º. Comportamento social

- com quem vivo e existo?
- ajuda mútua, sentido do servir, de solidariedade, temperança, propriedade, família, lar
- integração nas comunidades local, regional, nacional e internacional?

- obrigações humanas e direitos correspondentes;
- educação da sensibilidade e dos sentimentos;
- educação para a vida cotidiana.

4º. Trabalho

- por que, com quem, com que e como eu trabalho?
- o trabalho humano, sua história;
- instrumentos e regiões de trabalho;
- sentido social do trabalho;
- o produto do trabalho e a sua difusão;
- trabalho e capital;
- organização e nobreza do trabalho;
- consciência profissional e de classe, - sindicatos;
- organização e orientação profissional.

5º. Organização da família

- conceito da família, como comunidade natural inicial;
- preparação para a vida familiar;
- economia doméstica;
- educação dos filhos;
- direitos e responsabilidades da família.

6º. Formação cívica e política

- verdadeiro sentido do civismo;
- sentido da comunidade nacional e internacional.

7º. Formação religiosa

- Igreja, comunidade de fé, de oração, de caridade;
- a Igreja não é só uma comunidade de salvos, mas de salvadores;
- espiritualidade integrada na própria vida;
- dimensões da caridade;
- sentido redentor da vida e particularmente do sofrimento;
- dimensão social da encarnação redentora.

Educar não é somente ensinar a ler, a resolver um problema, a dar forma a um pensamento. É, principalmente, atender às necessidades do desenvolvimento integral da pessoa humana, a fim de prover à pela realização de sua personalidade, tanto no plano humano como no plano sobrenatural. Deve, pois, proporcionar-lhe oportunidades para experiências significativas dentro destes objetivos, numa atmosfera de segurança e afeição, em um meio ao qual a pessoa sinta que pertence, do qual é parte integrante e que aceita como ela é.

2. A EDUCAÇÃO DE BASE NO BRASIL

2.1 - Porque Educação de Base no Brasil

O Brasil, segundo dados estatísticos da UNESCO, ocupa o sexto lugar entre os países de maior índice de analfabetismo. As condições infra-humanas em que vivem milhões de brasileiros da zona rural - sem falar dos meios urbanos e suburbanos - e o despertar de aspirações que não chegam a se realizar, constituem um grave problema social que preocupa a todos aqueles que têm em mãos alguma parcela de responsabilidade. É, sobretudo, um desafio às instituições democráticas do país.

70% dos adultos e dos adolescentes que vivem em nossas áreas subdesenvolvidas estão mergulhados no analfabetismo. Fazem parte daqueles 2/3 da população do mundo que todas as noites vão dormir com fome e, na sua grande maioria, todos os dias pisam a terra doentes, vítimas de endemias. Nem queremos falar daquele outro aspecto infra-humano de milhões de homens que vivem sem teto e sem trabalho, sem renda nenhuma com que satisfaçam as necessidades mínimas de sua existência e de suas famílias. Estes enunciados, por si só, já fazem prever também os terríveis índices de mortalidade.

Nenhum progresso humano se pode fazer sem que o homem comece a promover o esclarecimento de seu próprio espírito. Infelizmente, as escolas existentes não bastam para atender nem mesmo à infância e à adolescência das cidades, das vilas e dos povoados mais progressistas. Homens cheios de boa vontade e idealistas já lançaram campanhas nacionais contra o analfabetismo. Os resultados foram pequenos demais para as nossas imensas exigências. "Alfabetizaram centenas de milhares, quando nosso problema é de dezenas de milhões"

Nosso drama, todavia, não é só alfabetizar. Junto a isto há urgência de muito mais. Há urgências gritantes de se abrirem aos nossos camponeses, aos nossos operários, às suas famílias, as riquezas da Educação de Base. Torna-se extremamente urgente uma Educação de Base em grande escala. Os poderes públicos não podem organizar escolas tradicionais - um professor para um grupo de alunos - tão depressa quanto seria necessário. Seria preciso, para todo o Brasil, formar e manter 600.000 professores. Ora, a formação e a manutenção de professores em número suficiente, assim como a criação de escolas, ultrapassam de muito as possibilidades imediatas do Governo.

Apelamos então para o Rádio, para as Escolas Radiofônicas. Dentro da realidade brasileira constitui o Rádio um instrumento extraordinário para a Educação. Um professor ao microfone multiplica-se por 10, 100, 1.000 outros professores, graças a uma rede radiofônica de recepção organizada, de extrema simplicidade, mas que consegue penetrar até nas regiões mais inacessíveis do país.

É claro que as Escolas Radiofônicas não pretendem substituir a Escola Primária. Elas são uma solução de urgência para um problema que, encarado em seu todo, estava semeando desesperança e pânico. A Escola Primária tem um papel insubstituível para transmitir os primeiros conhecimentos sistematizados de uma aprendizagem em busca da cultura. Os homens e as mulheres, mães e pais, que aprendem os elementos de educação nas escolas radiofônicas, descobrem o valor da Escola Primária para os seus filhos e começam a lutar por ela, onde não existe, assim como passam a utilizá-la com maior convicção e entusiasmo.

As escolas radiofônicas com recepção organizada tiveram sua origem na Colômbia. Seu fundador foi o Pe. J. Salcedo, de Sutatenza, que hoje dirige um movimento de grande escala em seu país - Acción Cultural Popular.

2.2 - O Movimento de Educação de Base (MEB)

Não podendo os poderes públicos, por si só, solucionar todos os problemas que enunciámos, é evidente que a iniciativa particular deve suprir a sua deficiência. Eis porque a Igreja, por intermédio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, colocou à disposição do Governo sua rede de Emissoras Católicas, que funcionam em todo o país, a fim de fazer um amplo trabalho de Educação de Base pelo Rádio.

A 21 de março de 1961, S. Excia. o Sr. Presidente da República assinou um decreto (nº 50.370/61) que dispõe sobre um programa de Educação de Base pelo Rádio, que deverá ser realizado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil nas regiões subdesenvolvidas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país. O MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE, que se desenvolverá nos próximos cinco anos, tem por objetivos:

1º. Alfabetizar e dar Educação Sanitária, Iniciação Agrícola, iniciação democrática, informação profissional, educação para o lar etc..

2º. Suscitar, em torno de cada Escola Radiofônica, a organização da comunidade, despertando o seu espírito de iniciativa e preparando-a para as indispensáveis reformas de base, como a da estrutura agrária do país.

3º. Velar pelo desenvolvimento espiritual do povo, preparando-o para o indispensável soerguimento econômico das regiões subdesenvolvidas e ajudando-o a defender-se de ideologias incompatíveis com o espírito cristão da nacionalidade.

O MEB surgiu da observação dos resultados obtidos pelas experiências realizadas com sucesso. Desde 1958 funciona em Natal a "Emissora de Educação Rural", centro das Escolas Radiofônicas do Estado e alma de todo um sistema de desenvolvimento das pessoas e das instituições, relacionado com um vasto conjunto: o Serviço de Assistência Rural (SAR), de que é ao mesmo ór -

gão e motor. Hoje existem em Natal mais de 500 Escolas Radiofônicas. Da mesma forma, em Aracaju, a Rádio Cultura de Sergipe transmite seu programa de Educação de Base com resultados vitoriosos. Em Crato e Sobral e já se iniciando em Fortaleza (Ceará), em Penedo (Alagoas), Bragança (Pará), Carpina (pernambuco) e Goiânia (Goiás), o trabalho já foi começado. Muitos outros sistemas estão programados - por exemplo na Bahia, em Mato Grosso, no Maranhão e no Piauí. Além destes centros, existe, no Rio de Janeiro, o Serviço de Escolas Tele-Radiofônicas (SETER), que desenvolve um trabalho de Educação de Base com o mesmo espírito do MEB.

* * *

3. SINTESE DO SISTEMA DAS ESCOLAS RADIOFÔNICAS

Os programas de Educação de Base deverão atingir as necessidades e situações do povo a que atende, tanto do camponês como do trabalhador urbano das zonas extremamente necessitadas. O planejamento dos programas de cada Sistema de Escolas Radiofônicas atende às situações e aos problemas locais. Não há centralização na redação dos programas. Por outro lado, a coordenação dos esforços é fonte de ajuda mútua. Os planos das (Arqui)Dioceses, das Províncias Eclesiásticas, dos Estados, são coordenados por um Secretariado Nacional no Rio de Janeiro.

Cada Sistema de Escolas Radiofônicas supõe:

3.1 - uma Equipe de Execução (ou Equipe de Supervisão, ou Equipe Central), com as seguintes atribuições:

- estudar os problemas de cada Estado;
- elaborar e irradiar os programas;
- escolher e formar os monitores e manter com eles um contacto permanente;
- supervisionar as Escolas Radiofônicas.

As equipes de execução são indicadas pelos senhores Arcebispos e Bispos e preparadas e escolhidas para o trabalho com treinamentos organizados pelos elementos da Equipe Técnica Nacional.

3.2 - Um grupo de Monitores bem preparados. O monitor é um elemento da própria comunidade, que se dispõe a prestar um auxílio gratuito à esta comunidade. Ele constitui o pivô da recepção organizada, pois são os elementos de ligação entre o rádio e o aluno (professor - auxiliar). Podem ser pessoas apenas alfabetizadas, que sejam inteligentes e hábeis para executar as ordens do professor locutor. Fazem também a matrícula dos alunos, anotam as frequências e fazem relatórios mensais à Equipe de Execução sobre o andamento da Es-

cola. Aos poucos, se já não o são, devem tornar-se verdadeiros líderes na comunidade, suscitando o seu desenvolvimento. São também treinados, durante um período de 7 a 10 dias, antes de iniciarem o trabalho.

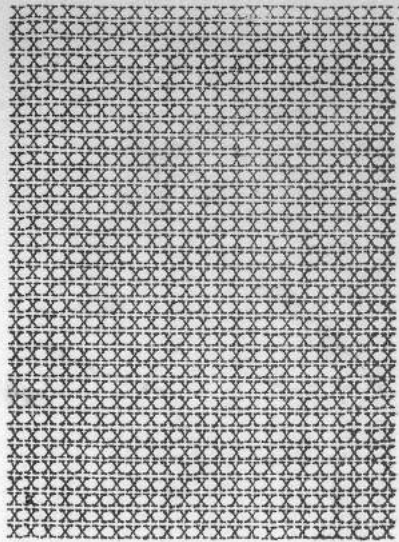
3.3 - As Escolas Radiofônicas: uma sala de aula, um cômodo de casa de família, um alpendre. Um receptor, geralmente um transistor de pilha, cativo (regulado para uma única frequência), a fim de permitir a instalação de escolas radiofônicas onde não haja eletricidade. Lâmpioes, se necessárias. - Material didático: um quadro negro, silabário, cadernos, lápis, giz, quadros murais, flanelógrafo. E um grupo de alunos.

O Rádio, para a família rural, para o camponês e para o proletário, nesse processo de elevação do povo, torna-se o principal instrumento do sistema educacional. A recepção é "organizada": supõe um grupo constante de ouvintes e um orientador do grupo, também constante. Em nosso caso: um grupo de alunos e o monitor.

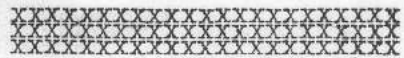
As Escolas Radiofônicas, destinadas às massas populares, devem funcionar em horários inteiramente adequados às possibilidades locais. Situam-se nas vilas, povoados, fazendas, sítios, arrabaldes das grandes cidades, podendo ser atingidas pelas pessoas em roupa de trabalho, sem problemas de transporte. É extremamente democrática e funcional, apanhando o homem como ele é, para ajudá-lo a tornar-se o que deve ser.

São muitos os organismos e movimentos que, nos dias de hoje estão atuando para proporcionar Educação de Base às populações das regiões e países subdesenvolvidas ou em vias de desenvolvimento. No plano internacional, destacamos especialmente a UNESCO, Organização das Nações Unidas (ONU) para a Educação, Ciência e Cultura.

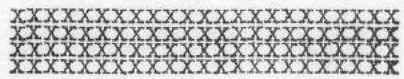
* * *



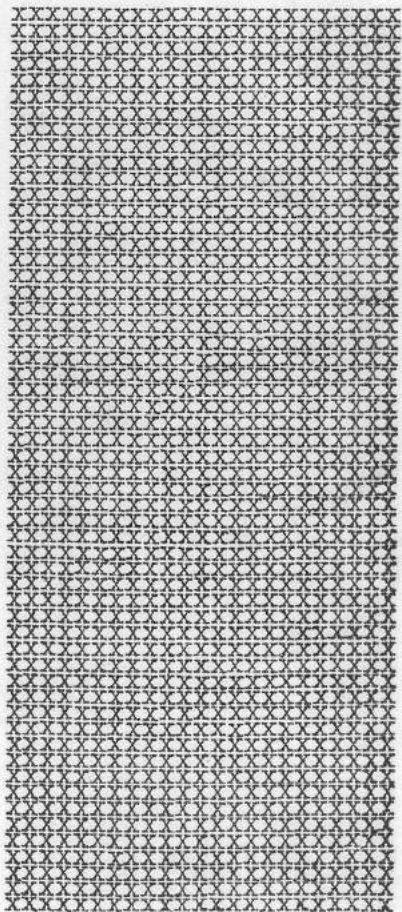
R E L A T Ó R I O D O T R E I N A M E N T O D E M O N I T O R E S



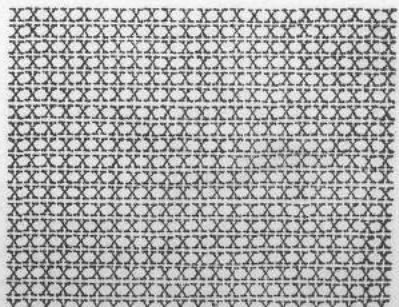
D O C E N T R O R A D I O F Ô N I C O D E E D U C A Ç Ã O R U R A L



Nazaré da Mata, 27 a 31 de julho de 1961



realizado com a colaboração
do Conselho regional de pernambuco do serviço social rural
e do movimento de educação de base



.
: TREINAMENTO DE MONITORES = DIOCESE DE NAZARÉ :
:

R E L A T Ó R I O

O Centro Radiofônico de Educação Rural (CRER) da Diocese de Nazaré da Mata, contando com a valiosa colaboração do Conselho Regional de Pernambuco do Serviço Social Rural (CR/PE - SSR), e do Movimento de Educação de Base, planejou e realizou um treinamento de monitores para as escolas radiofônicas a serem instaladas, visando prepara-los para o desempenho de suas funções.

DATA E LOCAL

O treinamento realizou-se no Ginásio São José, da cidade de Nazaré da Mata, iniciando-se no dia 27 de julho pela manhã e sendo solenemente encerrado a 31 do mesmo mês, no auditório do Centro Radiofônico de Educação Rural.

HOSPEDAGEM

Os monitores ficaram hospedados no próprio local do treinamento (instituto São José), correndo as despesas por conta do Serviço Social Rural e da Diocese de Nazaré.

TRANSPORTE

O transporte dos participantes do município de Orobó, foi custeado pela Prefeitura desse município, enquanto que os de Carpina e Nazaré, arcaram individualmente com as despesas relativas ao transporte para a sede do município de Nazaré, onde foi realizado o treino.

EQUIPE RESPONSÁVEL

O planejamento, a organização e a execução do treinamento estiveram a cargo do Serviço Social Rural, CR/PE, representado por Maria Lucia Moreira e Maria Aída Bezerra, também respondendo pelo Movimento de Educação de Base, do Centro Radiofônico de Educação Rural da Diocese de Nazaré da Mata, nas pessoas do Padre Petronilo Pedrosa, diretor do CRER, Neide Veiga, professora-locutora, Marliete Pessoas, supervisora e Terezinha Correia Gomes, também professora-locutora.

PARTICIPANTES

Os monitores participantes do treinamento, devido ao seu elevado número, foram divididos de dois grupos. O grupo A, formado por monitores de Carpina e de Nazaré, compunha-se de 22 participantes:

Nº	N O M E	L O C A L
1	Maria José da Silva	Cerâmica - Tracunhaen - Na
2	Angelita Bezerra da Silva	Grupo Esc. Dom Vieira - NA
3	Mª da Conceição Cordeiro Silva	Escola Santa Zita - NA
4	Mª Josefa de Freitas	Escola Granja - NA
5	Mª Dalva Tavares Pessoa	Sítio Santa Rosa - NA
6	Carmelita M. de Moura	Engenho Jaguamirim - NA
7	Regina Carolina Moreno	Engenho Cotunguba - NA
8	Maria Lucia Nogueira	Engenho Brilhante - NA
9	Feliciano Tereza de Araujo	Granja Bom Sucesso - NA

Nº	NOME	LOCAL
10	Sebastiana G. Ribeiro Santiago	Engenho Morojó - NA
11	Edgar Peixoto de Moura	Engenho Ventura - NA
12	Mª das Graças G. Valeriano	Engenho Camarazal - NA
13	Nair Henrique	Engenho Pagi - NA
14	Mª Matilde da Silva	Buenos Aires - sede - NA
15	Mª Ivanilda G. da Silva	Capela Sto. Antônio - Carpina
16	Maria José B. de Lima	Carpina - Carpina
17	Mª José Rodrigues de Carvalho	Engenho Limeira Grande - Carpina
18	Maria do Carmo de Melo	Santa Cruz - Carpina
19	Antônia Maria dos Santos	Chã de Santana - Carpina
20	Antônio José dos Santos	Chã do Castelo - Carpina
21	João Machado de Amorim	Campo Alegre - Carpina
22	João Severino Rufino	Serraria - Carpina

E o grupo B, com elementos só do município de Orobó, em número de 20:

Nº	NOME	LOCAL
1	Ambrosio Ivo Aureliano	Serra da Capoeira
2	Venceslau Domingos Luis	Água Branca
3	Alaide F. de Albuquerque	Orobó
4	Josefa Gomes da Fonseca	Jussaral
5	Jurandy Pereira de Lira	Chã de Lages
6	Maria Francisca da Silva	João Gomes
7	Maria Luisa da Conceição	Guarani
8	Zilda Aragão	Chã do Rocha
9	Maria do Carmo Rodrigues	Cazuzinha
10	Maria Américo de Aguiar	Caiçaras de Cima
11	Rita Maria da Costa	Pirauá
12	Heloisa Helena A. Barbosa	Carnaúbas
13	Joana da Silva Luna	Tanques
14	Severina Clarice de Souza	Tanques de Baixo
15	Doralice de Souza Ferreira	Umburetama
16	Josefa Gomes de Souza	Umburetama (3ª distrito)
17	Zélia de Farias Barbosa	Orobó (sede)
18	Severina Maria da Conceição	Encruzilhada
19	Olívia Maria da Conceição	Matinadas
20	Maria Francisca Domingues	Japaranduba

HORÁRIO

O horário, comum aos dois grupos, previamente estabelecido e seguido diariamente, foi o seguinte:

MANHÃ	TARDE
7,00 - missa	14,00 - 3ª reunião
8,30 - 1ª reunião	14,30 - debates em grupos
9,00 - debates em grupos	15,00 - apresentação de conclusões
10,00 - lanche	15,20 - lanche
10,15 - 2ª reunião	15,35 - 4ª reunião
10,45 - debates em grupos	16,00 - debates em grupos
11,00 - apresentação de conclusões	16,30 - apresentação de conclusões
12,00 - almoço	18,00 - jantar
	19,30 - programa noturno

No que se refere aos debates em grupos e apresentação de conclusões, houve modificações de acôrdo com o método adotado para estudo do assunto.

PROGRAMA

As atividades do dia 27 começaram às 9 horas, quando toda turma de monitores foi dividida em dois grupos A e B, ficando determinado que apenas as refeições e os programas noturnos, seriam realizados conjuntamente.

O treinamento foi iniciado com a apresentação dos participantes e da equipe responsável, uma breve análise do programa a ser executado durante o treino, solicitando os responsáveis o máximo de participação de todos e expressando o desejo de trabalhar-se no sentido de ser obtido um verdadeiro espírito de equipe.

Foram tratados os seguintes assuntos:

1. EDUCAÇÃO DE BASE

a) Necessidade

situação do Nordeste
situação de Pernambuco
características do sub-desenvolvimento
causas da ignorância
consequência da ignorância: social
econômica
pessoal
cívica

b) Urgência

desenvolvimento atual
número crescente de analfabetos

c) Vantagens da escola radiofônica:

capacidade do rádio
menos dispendiosa
aceitação dos adultos
colaboração da comunidade
alfabetização e educação de base

Visando a fixação do assunto, depois da apresentação foram lançados dois pontos a serem debatidos pelos participantes, então divididos em pequenos grupos: porque é necessário a educação de base e, como a escola radiofônica vai ajudar na educação do povo.

Após as discussões, por meio dos relatores de cada grupo, os participantes chegaram as seguintes conclusões:

- A educação de base é de real necessidade porque vai diminuindo a ignorância e o analfabetismo do nosso povo, transformando-o social e economicamente.

- A escola radiofônica vai colaborar no desenvolvimento do povo, ajudando-o a viver e a trabalhar melhor. Devido também a capacidade formidável do rádio de atingir um maior número de pessoas adultas, dando conhecimento necessários e práticos.

2. FUNCIONAMENTO DE UM SISTEMA RADIOEDUCATIVO

a) Histórico

origem
experiências

b) Elementos

responsáveis: Diocese
SSR - CR/PE
M.E.B.

materiais: estação transmissora
rádios receptores
material didático

humanos: professores - supervisores
monitores
alunos

c) Emissões

alfabetização: linguagem e aritmética
educação de base
noticiários

Seguindo o mesmo método, os dois aspectos a serem debatidos referiram-se a necessidade do monitor e o funcionamento de uma escola radiofônica, chegando os participantes a seguinte conclusão:

- O monitor é necessário porque serve de ligação entre o aluno e o professor, porque mantém a ordem, completa o que não foi entendido pelos alunos e concretiza com os alunos o que foi transmitido.

- O funcionamento de uma escola radiofônica, depende sobretudo da vontade dos monitores e da ajuda dos alunos. É preciso não esquecer que sem os rádios e o material ela não pode funcionar.

3. COMO INSTALAR UMA ESCOLA RADIOFÔNICA

a) Instalação

haver necessidade real
ter monitor
contar com um local para funcionamento

b) Providências

iniciais: visitas dos supervisores
aceitação da comunidade
treinamento do monitor

do monitor: conhecer as necessidades de seu lugar
conseguir um local para a escola
matricular os alunos

e) Como conseguir os alunos

visitas
reuniões
propaganda

Seguindo-se a breve exposição do assunto, procurou-se dar às discussões em pequenos grupos, um caráter bem prático e pessoal, solicitando que debatessem dois pontos: que providências cada um iria tomar para a instalação de uma escola e como pensavam em conseguir os alunos para a escola

As respostas foram intimamente ligadas ao que havia sido exposto, discutindo-se então as diversas formas de reuniões, visitas e propaganda diversas.

4. MANEJO DO RÁDIO RECEPTOR

Este assunto, exposto de maneira clara e prática, focalizou essencialmente a responsabilidade do monitor em relação ao rádio, cuidados necessários, como trocar as pilhas, etc. Todos os participantes tiveram oportunidade de manejar com o receptor, inclusive mudando pilhas.

5. NOÇÕES DE ENTREVISTA

a) Qualidades que deve ter o entrevistador:

simpatia e delicadeza

simplicidade
ter argumentos
saber ouvir e ser discreto
observar

b) Objetivos da entrevista

colher informações
"conquistar" para a escola
informar sobre a escola

Nêste assunto foi usado o sociodrama, representando-se diversas maneiras de entrevistar e com pessoas diferentes. Inicialmente as supervisoras fizeram uma entrevista simulada e em seguida vários monitores representaram diferentes situações.

Após essas representações é que foram analisados os vários aspectos de uma entrevista, objetivando principalmente as qualidades que deve ter o entrevistador e o objetivo de uma visita dessa natureza.

6. CONHECIMENTOS BÁSICOS DE LINGUAGEM

A professora de linguagem do Centro Radiofônico de Nazaré foi a responsável por este assunto, objetivando especialmente o que seria dado pelo rádio neste assunto e dando algumas instruções quanto ao uso do quadro negro e a maneira de escrever as instruções da professora.

7. ATITUDES DO MONITOR

a) Papel do monitor

elemento de ligação
pessoa voluntária
pessoa que permite a recepção organizada

b) Atitudes perante a comunidade

liderança, iniciativa
tornar a escola um centro de interesse e irradiação

c) Atitudes: antes das aulas (emissões) - cuidar do ambiente
pontualidade
ordem

durante as aulas - atenção
silêncio
atividade (movimentar-se)
ajuda
disciplina (seguir as instruções da professora)

após as aulas - orientar os exercícios
ajudar os mais atrasados
deixar a sala em ordem (com os alunos)
fazer a chamada
debater com os alunos o assunto tratado na aula de educação de base.

d) O auxiliar do monitor

necessidade - preparo

Após a explanação, foram lançadas duas perguntas para discussão: -quais as responsabilidades do monitor?
que mais desejariam saber sobre o monitor?

Quanto a primeira parte, referiram-se a quase tudo que já havia sido falado sobre o monitor e no que se refere a segunda pergunta, solicitaram que fossem tratados os assuntos que diziam respeito ao trabalho voluntário e a liderança que deve ser desenvolvida (iniciativa) pelo monitor. Após debates com

com todo o grupo, procurou-se dar uma noção exata do que desejam saber.

8. SUPERVISÃO

a) Como é feita:

- visitas
- cartas
- reuniões, etc.

b) Atitudes do supervisor

- observar
- informar e informar-se
- orientar, ajudar

c) Atitudes do monitor

- informar e informar-se
- discutir (trocar ideias)
- executar

As conclusões dos debates em pequenos grupos, em torno do que entenderam por supervisão e como esperavam colaborar com os supervisores, podem ser resumidas:

- Supervisão é a visita que os monitores receberão das supervisoras, para ajuda, orientação e apoio, ao mesmo tempo que transmitirão os progressos e dificuldades da escola;
- Os monitores esperam que a supervisão seja mais uma aproximação, para melhor participar dos acontecimentos da escola;
- Desejam colaborar: dando notícias sobre a aprendizagem dos alunos, mantendo assídua correspondência, executando as orientações, sendo sinceros nas informações, etc.

9. MATERIAL DIDÁTICO DAS ESCOLAS RADIOFÔNICAS

Relativo ao assunto, foram mostradas aos monitores, explicando seu uso, utilidade e como preencher, as folhas de frequência e as fichas dos alunos. Várias demonstrações foram feitas, aproveitando-se a ocasião para tratar-se também da importância e uso dos demais materiais escolares utilizados na escola radiofônica.

10. EDUCAÇÃO SANITÁRIA

- a) Doenças mais comuns na região
- b) Modos de transmissão
- c) Medidas profiláticas

Tôda essa matéria foi exposta por Isabel dos Santos, enfermeira do SESP e professora da Escola de Enfermagem do Recife, despertando grande interesse entre os participantes. O assunto foi dado de maneira muito acessível e prática, havendo grande participação dos monitores. Na ocasião, a expositora distribuiu entre os presentes diversas publicações do SESP, bem como, um esturo sobre as doenças mais comuns naquela área de Nazaré.

11. RELIGIÃO COMO VIDA - MONITOR COMO CRISTÃO

Reunindo os grupos A e B, o Padre Petronilo Pedrosa falou aos monitores sobre a religião realmente como vida, as relações do homem com Deus e a responsabilidade de cada um como cristão. Como todo o grupo de monitores era católico a palestra focalizou mais este aspecto, chamando atenção o expositor, quanto ao fato de cada monitor abrir sua escola às demais religiões, sem esquecer no entanto a sua condição de cristão. Tratou também sobre as superstições mais com

muns na área, demonstrando o quanto a aceitação dessas era ignorância ou mesmo contra a religião.

12. NOÇÕES DE AGRICULTURA

Pelo dr. Carlos Ponciano, agrônomo da ANCAR, sediado em Limoeiro, foi tratado o aspecto referente a agricultura, destacando-se os seguintes pontos:

- a) Horticultura
 - definição
 - horta familiar
 - horta comercial

- b) Vantagens
 - economia
 - distração
 - saúde

- c) Parte técnica
 - escolha do terreno
 - preparo do terreno
 - canteiros
 - sementeiras

Nesta oportunidade, o agrônomo levou os grupos de monitores a uma granja, a fim de verificar "in loco" as explicações dadas sobre horticultura.

13. NOÇÕES DE ECONOMIA DOMÉSTICA

A supervisora local da ANCAR, sediada em Limoeiro, foi a responsável por esta parte referente a economia doméstica, fazendo uma breve explanação sobre:

- direção do lar
- preparação para a vida em família
- principais cuidados higiênicos

Tratou também de outros problemas de interesse geral, respondendo indagações dos monitores que muito apreciaram esse assunto.

Por motivo inclusive da visita a granja, não houve tempo para debates em pequenos grupos.

14. QUALIDADES DO MONITOR

Adotando o método painel, foi este assunto referente as qualidades de monitor, tratado separadamente nos dois grupos. Pelos participantes foram apontadas as seguintes qualidades que deve ter ou desenvolver os monitores:

- amor ao próximo
- honestidade
- responsabilidade
- entusiasmo e idealismo
- paciência e interesse
- compreensão
- simplicidade
- liderança

Após discussões generalizadas, foram analisadas cada uma dessas qualidades, dando-se o seu significado e mostrando-se a necessidade de cada um procurar desenvolvê-las.

Ainda referente ao programa, os monitores tiveram oportunidade de praticar a monitoria, através de aulas transmitidas pelo Rádio Planalto, conforme funcionarão as escolas radiofônicas.

No horário normal da escola radiofônica, 18,30 às 19,30, foram irradiadas três aulas (alfabetização, aritmética e educação de base) praticando diversos monitores sua função, sendo depois analisadas em conjunto as atitudes tomadas, sua eficiência e suas falhas.

A solenidade de encerramento do treino, teve lugar no Salão Bento XV, do Centro Radiofônico, às 15 horas do dia 31, sendo irradiada pelo Rádio Planalto. Do programa constou: Palavras de agradecimento dos monitores, discurso do prefeito de Orobó, canto pelos monitores, discurso do Padre Petronilo Pedrosa, apreciação do treinamento por Lucia Moreira e, encerrando, preleção do Senhor Bispo Diocesano, Dom Manuel Pereira, analisando a função dos monitores, sua importância para o funcionamento da escola radiofônica e conseqüentemente para a melhoria do nível de vida de toda aquela região

TÉCNICAS ADOTADAS.

Foi objetivo da equipe responsável pelo treino, dar oportunidade de quanto possível promover, a participação de todos os monitores. Também por este motivo, isto é, para facilitar essa participação, foi dividido o grupo em dois - A e B - conforme dissemos em outra parte deste relatório. Assim, com um grupo de 20 e outro de 22, foi possível obter uma boa participação nas discussões, trabalhos, etc.

Nas reuniões, ou melhor, para a exposição da parte teórica, foram utilizadas diversas técnicas de reunião, tais como: breve exposições - sempre utilizando cartazes -, círculo cultural, painel, etc. Os grupos foram divididos em pequenas equipes de trabalho - arrumação, secretaria e lazer (recreação), que possibilitou ainda mais o entrosamento dos participantes e também garantiram, até certo ponto, o atendimento ao programa estabelecido.

APRECIÇÃO GERAL

Ao concluirmos um treinamento, nada mais natural que fazermos um balanço das atividades realizadas, verificando se realmente foi atingido o objetivo e o que se poderá recomendar ou melhorar numa outra atividade dessa natureza. Assim, destacaremos os pontos positivos e negativos do treino, também de acordo com os participantes.

1. PONTOS POSITIVOS:

- O local de realização do treinamento - Ginásio São José - possibilitando boas acomodações e alimentação, além de permitir o funcionamento dos grupos isoladamente e, quando necessário, conjuntamente.
- O ambiente informal e cordial que prevaleceu durante todo o treinamento.
- A divisão das responsabilidades entre os membros da equipe responsável e entre os participantes.
- As técnicas adotadas, especialmente as discussões em pequenos grupos e uso de cartazes.
- Participação de técnicos da ANCAR e do SESP, tratando de assuntos de suas especialidades, de maneira acessível, prática e simples.

2. PONTOS NEGATIVOS

- Pequena duração do treino, trazendo como conseqüências, horário e programa exaustivos.
- Falta de recursos financeiros para arcar com as despesas de transporte dos monitores, de seus municípios ou distritos à Nazaré (sede) - saliente-se que a Prefeitura de Orobó forneceu transporte de ida e volta aos monitores daquele município.

CONCLUSÃO

De acôrdo com a opinião geral dos participantes, o entusiasmo que demonstraram ao terminar o treinamento e a disposição de assumir a responsabilidade de monitor, podemos concluir que o treinamento atingiu seus objetivos, de maneira satisfatória.

NAZARÉ DA MATA, setembro de 1961

Ass.

NEIDE VEIGA VIEIRA DA SILVA

MARLIETE DE LIRA PESSOA

TEREZINHA DE B. CORREIA

ROTEIRO DE ENTREVISTA

INFORMAÇÕES PESSOAIS:

Nome _____
Endereço _____ Local _____
Município _____
Idade _____ Religião _____ Est.Civil _____
Nível de Instrução _____ Profissão _____
Recreação _____
Leituras _____
Observações:

PROBLEMAS E RECURSOS DA ÁREA

Acha que há muitos problemas na sua área? _____
Quais? _____
Que necessidades julga mais importantes? _____
Qual a ocupação predominante? _____
Quais as doenças mais freqüentes? _____
Qual a situação educacional? _____
Quais os tipos de Recreação existentes? _____
Quais as religiões predominantes? _____
Observações: bairros, feira, transportes, etc.

AFURAÇÃO E APRECIÇÃO DAS ENTREVISTAS DOS MONITORES

Treinamento de Nazaré da Mata - 27 à 31 de julho 1961

Os monitores entrevistados, no que se relaciona com os municípios estavam assim distribuídos:

7 - Carpina
15 - Nazare
20 - Orobó

Nas sedes destes municípios achavam-se localizados 8 monitores e os restantes estão estabelecidos na zona rural, em engenhos, sítios ou lugarejos.

DA PESSOA DO MONITOR

Nos quadros seguintes passaremos a expôr os dados referentes à pessoa do monitor no que diz respeito à idade, sexo e estado civil (1), instrução(2) e profissão (3):

(1)

SEXO	E S T A D O C I V I L		I D A D E
Feminino - 35	Solteiros - 35		15 à 25 - 28
Masculino - 7	Casados - 6		26 à 35 - 8
	Viúvo - 1		36 à 47 - 6
Total 42	42		42

(2)

ALFABETIZADO	PRIMÁRIO	GINASIAL	PEDAGÓGICO	NORMAL
1	1º - 1 2º - 2 3º - 5 4º - 9 5º - 16	1º - 2 2º - 3	1	1º - 1 conj. 1
TOTAL 1	33	5	1	2 = 42

Observação - Foram computados no item 5º ano - os dizeres "até admissão" "admissão" e primário".

(3)

PROFESSORA	PROF; DIVERSAS	TOTAL
Municipal - 35	Agricultor - 5	
Auxiliar - 1	Pedreiro - 1	
Estudante - 2	Operário - 1	
Estadual - 2	Costureira - 1	
	Bordadeira - 2	
	Doméstica - 4	
TOTAL 40	12	52

Da análise destes dados, notamos uma predominância de pessoas do sexo feminino, de solteiros, numa idade que vai dos 15 à 25 anos.

No que diz respeito à instrução e profissão, verificamos que a maioria não ultrapassa o nível do curso primário, e havendo uma forte predominância das 4ª e 5ª séries primárias.

Levando em conta que o curso primário tenha sido realmente aproveitado, e o tipo de trabalho a realizar, julgamos o nível de instrução razoável. Tanto isto é verdade, que estes elementos - na sua maioria já se dedicam ao magistério.

Importante também é salientar, o que representa para as Escolas Radiofônicas, o fato de contar com monitores que já se dedicam ao magistério, não só pela prática do ensino, como pela influência e prestígio que podem ter na comunidade onde trabalham.

Outro tipo de profissão que embora em número reduzido, representa um valor positivo para nosso trabalho, como transmissor de experiência, é o agricultor.

DO MONITOR - RECREAÇÃO E LEITURAS

Feita a apuração dos dados que mais especialmente se referem a pessoa do monitor, passaremos em seguida aos que dizem respeito ao tipo de recreação (4) e leitura (5) a que se dedicam.

RECREAÇÃO

(4)

Festas	Excursões	Trab.	Leit.	Diversos	Of. relig.
Pastoril 1	Passeio 1	Bordar 7	Est. 1	Cinema 8	Missa 1
Brincad. 3	Viagem 1	Costur. 3	Leit. 14	Canto 6	Igreja 1
Dansas 9	Praia 1	Agricul. 2	Poesia 1	Música 2	Terço 1
Festas 2		Cosinha 1		Repres. 2	Catecis. 1
Família 2		Cuid. 2		Rádio 2	Mov. 1
Baile 1		Tricô 1		TV 1	JAC 1
				Conversar 1	Festas relig. 2
TOTAL 18	3	16	16	22	8

Observação: Dois participantes declararam não ter nenhum tipo de recreação.

(5)

Form. Rel.	Leituras	Jornais	Livros	Revistas
Liv. rel. 17	Instrut. 4	Gazeta	Romanc. 7	Revistas 10
Catec. 3	Didáticas 4	Nazaré 5	Livros 3	"Cruzeiro" 9
L. form. 1		Jornais 11	Poesia 1	Capricho 8
Bíblia 5		Folheto 4		Gibi 3
Prog. JAC. 1				Ilusão 2
				Seleções 1
				Manchete 1
				Infância 1
				Rev. Relig. 3
TOTAL 27	8	21	11	38

Observação: Dois dos participantes informaram que não leem.

Da apuração contida nos quadros anteriores, podemos ver que diversos são os tipos de recreação citados, incluindo-se entre estes a execução de trabalhos manuais e domésticos, bem como atos de caráter religioso.

Além dos tipos de recreação, podemos também considerar o número de distrações a que cada monitor se entrega. Veremos então o seguinte:

1 tipo	2 tipos	4 tipos	5 tipos
6	16	4	2

Mas, apesar destas respostas, verificamos que muitos daqueles computados no item - 1 Tipo - além da atividade enumerada como distração, responderam à pergunta seguinte, sobre leituras, positivamente. Assim sendo, concluímos que apenas dois monitores têm apenas um tipo de distração, que é a leitura.

Feitas estas ressalvas, passaremos a considerar as modalidades de recreação mais constantes, podendo destacar quatro principais, que são:

- dança
- cinema
- bordados
- canto - música

Dentre êstes, o canto, para os programas destinados aos monitores é uma fonte a explorar, bem como os outros menos destacados: a música e as dramatizações (dramas).

Analisaremos em seguida o quadro sobre leituras:

Classificamos os vários/^{tipos} de leitura em seis itens e, o que tomou lugar de destaque foi aquele referente as revistas, isto talvez pela facilidade de leitura, pela sua periodicidade, pelo caráter, pelas novidades que sempre trazem, como também pelo preço do custo. Estas indicações são também de grande utilidade para a organização das emissões, uma vez que podemos utilizar artigos e tópicos nelas contidas, para a programação.

Se estudarmos isoladamente os tipos de leituras, então verificaremos que os livros religiosos são de grande aceitação, dando portanto margem à formação religiosa.

Resta-nos, para terminar esta primeira parte, dizer alguma coisa sobre as observações mencionadas nas entrevistas, no que se refere ainda à pessoa do monitor.

Podemos tirar proveito da consideração dessas observações para:

- a) Supervisão dos monitores
- b) Para programas de desenvolvimento de comunidade

a) SUPERVISÃO DE MONITORES E DAS ESCOLAS RADIOFÔNICAS

Quando da visita aos monitores, é necessário que a supervisora tenha em mãos dados que se refiram às qualidades, defeitos, situação profissional dêstes últimos. Isto não só para ajudá-los nas suas falhas como também para estimulá-los a desenvolver e aproveitar as suas boas qualidades para êxito das Escolas e para programas mais amplos.

Alguns dêstes dados se acham contidos nas observações feitas e são aqueles que se referem a aspectos do temperamento, modo de ser e aspectos da vida profissional dos monitores, Assim vejamos:

Temperamento

- "Disposta e alegre"
- "Alegre, simples"
- "Muito comunicativa, alegre"
- "Inteligente, líder, demonstra iniciativa"
- "Líder. É tudo no engenho"

total dos 3 municípios, e a cana de açúcar a cultura principal, deduz-se que a maior parte da mão de obra é empregada no cultivo da cana.

Segue-se a esta cultura, a da mandioca e do milho. Vale salientar, que quando os monitores informaram sobre o plantio de "roças", também queriam dizer, implicitamente, plantio de mandioca e de milho.

Se estudamos cada município isoladamente, o que para nós no caso, tem apenas interesse limitado, então veremos que as culturas são diversificadas em cada município. Assim, em Nazaré predomina a cana de açúcar e em Carpina e Orobó, cereais e tubérculos. É ainda de notar, o pequeno número de respostas sobre o plantio de legumes e frutas.

O que para programas de escolas radiofônicas sobretudo tem valor, no que se refere a estes dois gráficos, é:

- que vamos nos dirigir a agricultores, para quem a terra tem um alto sentido;
- que a maioria deles depende de um patrão, como veremos nestes quadros, onde procuramos estabelecer uma relação entre as 3 perguntas: - local - ocupação - cultura agrícola.

C A R P I N A

LOCAL	O C U P A Ç Ã O	CULTURA AGRÍCOLA
Faz. Santa Cruz	Agricultura-Pecuária	Cana - roça
Sede	Agricultura	Cana de açúcar
Campo Alegre	Agricultura	Mandioca-milho-feijão-algodão
Eng ^o Limeira Grande	Agricultura	Cana de açúcar
Chã do Castelo	Agricultura	Cana de açúcar
Chã de Santana	Agricultura	Mandioca-milho-feijão
Sede	Agricultura	Cana - roça - algodão

Dêste quadro, podemos deduzir em primeiro lugar, que o termo agricultura foi usado em sentido bastante amplo, ora significando roçado, ora plantio de cana, etc.

No que se refere a questão de dependência de serviço, podemos verificar que a maioria trabalha como assalariado, dedicando-se ao plantio da cana, uma vez que este tipo de cultura exige, além de terras, grandes recursos de ordem econômico. Quando ao cultivo de cereais e tubérculos, podemos observar que embora foreiros, agem por conta própria.

O R O B O

LOCAL	O C U P A Ç Ã O	CULTURA AGRÍCOLA
Sítio Carnaubas	Agricultura	Milho - arroz - feijão
Chã de Rocha	Agricultura	Café - Mandioca-milho(pouco)
Sítio Tanques	Agricultura	Mandioca - frutas - legumes
Sítio Cazuzinha	Agricultura	Mandioca - algodão
Caiçaras de Cima	Agricultura(roçado)	Milho - mandioca - algodão
Sít.Tanques do meio	Agricultura	Café- roça -algodão - banana
Sítio Guarani	Agricultura	Mandioca - milho - feijão - arroz - cana - agave
Sítio Gameleira	Agricultura	Roça - frutas
Buraco da Onça	Agricultura	Milho - feijão - algodão - mandioca - café
Orobó - Sede	Agricultura-comércio	Algodão
Japaranduba	Agricultura(colheita)	Café
Umburetama	Agricultura	Algodão - mandioca
Pirauá de Baixo	Agricultura	Mandioca

O R O B Ó (continuação)

LOCAL	O C U P A Ç Ã O	CULTURA AGRÍCOLA
Encruzilhada	Agricultura	Mandioca
Varzea do Lages	Agricultura(condição)	Café
João Gomes	Agricultura-comércio	Café
Jussaral- Serra Verde-	Agricultura(condição)	Mandioca
Matinadas	Agricultura	Milho - feijão - mandioca
Orobó - sede	Agricultura	Mandioca - milho - feijão
Umburetama	Agricultura	Cana - algodão - mandioca milho -

Observações:

De roteiro das entrevistas, podemos tirar algumas observações que dizem respeito às condições de trabalho na agricultura.

Chã do Rocha - "A maioria trabalha para proprietários, mas têm seu roçado, pagando fôro pelo mesmo".

Sítios Tanques - "Os trabalhadores têm roçado mas, dependem do dono da terra".

Caixaras de Cima - "Tem poucos proprietários (1 sítio grande). O povo tem roçado e o que pode mais, paga ao que pode menos".

Jussaral - "Quase todos vivem da agricultura. Trabalho de condição com salário".

Varzea do Lages - "Quase todos vivem da agricultura. Trabalho de condição".

Sítio Caraíbas - "A maioria trabalha em terreno arrendado (fôro). Lastimam o que pagam, porque no fim do ano nada lucram".

Buraco da Onça - "A maior parte mora em terreno alheio pagando fôro (Cr\$1.500,00 a Cr\$2.000,00)

Verificamos que nêstes lugares, onde as culturas predominantes são o algodão, os cereais, os tubérculos e o café, os agricultores trabalham para grandes ou médios proprietários, pagando fôro ou condição para ter seu pequeno roçado.

N A Z A R É

LOCAL	O C U P A Ç Ã O	CULTURA AGRÍCOLA
Eng ^o . Brilhante	Agricultura	Mandioca - milho - cará
Eng ^o . Cotunguba	Agricultura	Cana de açúcar
Sítio Sta. Rosa	Agricultura	Cana de açúcar
Eng ^o . Ventura	Agricultura	Cana de açúcar
Eng ^o . Pagi	Agricultura	Cana de açúcar
Nazaré - sede(3)	Comércio-ind.-agric.	Cana de açúcar
Tracunhaém	Agricultura	Cana - roça
Eng ^o . Morojó	Agricultura	Cana - roça
Serraria	Agricultura	Mandioca-milho-feijão-macach.
Barro Vermelho	Agricultura	Roça - batata-arroz - milho
Eng ^o . Camarazal	Agricultura	Cana de açúcar
Jaguaramirim	Agricultura	Cana - banana

OBSERVAÇÕES:

Das mesmas anotações nas entrevistas, vemos algumas observações sobre o município de nazaré.

Engenho Cotunguba - "Os trabalhadores são contratados. A situação financeira de quasi todos é difficilima".

Sítio Santa Rosa - "Os trabalhadores tiram quadras. As vêzes recebem diárias de Cr\$40,00 ou Cr\$50,00".

Engenho Ventura - "Os proprietários são idealistas. Tratam os trabalhadores com verdadeiro espírito cristão. Mas ...a diária é de apenas Cr\$60,00".

Serraria - "Sítio curto (o patrão fica com as várzeas e dá as ladeiras). A condição: 4 dias ao patrão à Cr\$20,00 e somente 2 dias para o trabalhador cuidar de sua roça". /

Por se tratar de região onde predomina a cana de açúcar, os agricultores são contratados ou recebem diárias. Outros estão sujeitos ao "trabalho de condição".

Da análise dêstes 3 municípios, podemos ver que os programas de agricultura quase que só poderão atingir aos pequenos agricultores, especialmente no que diz respeito ao plantio de roçados.

E - DOENÇAS MAIS FREQUENTES

Do Aparelho respiratório	Verminoses	D I V E R S A S
Resfriados - 5	Verminoses - 19	Impaludismo - 2
Gripes - 10	Shistosomose - 10	Sarampo - 2
T.P. - 1	Amebiase - 4	Cirroze - 2
	Desintéria - 3	D. Infantil
	Amarelão - 3	Bexiga - 2
	Anemia - 3	Outras - 3
	Ankilotome - 1	

Constatamos neste quadro, o que seria de esperar, uma forte incidência de verminoses, devendo nossos esforços serem dirigidos em dois sentidos: -

- programas de educação sanitária.
- trabalho de desenvolvimento de comunidade, em coordenação com órgãos públicos especializados como o SESP, DENERu, etc.

F - SITUAÇÃO EDUCACIONAL

SITUAÇÃO	OROBÓ	CARPINA	NAZARÉ
Bôa	-	1	2
Regular	5	-	3
Má	3	-	4
Deficiente			
Insuficiente	7	7	5

As respostas dadas à pergunta sôbre a situação educacional foram de 2 tipos: estatísticas, como em Orobó mas que não coletamos por não traduzirem a situação real do município quanto ao número de escolas e, em forma de avaliação, classificando em boa, má, etc.

Já por estas respostas, podemos verificar que em sua maioria, a situação educacional é deficiente ou má.

São ainda de grande importância, as observações, impossíveis de serem coletadas em quadros, mas que representam a situação.

Assim, vejamos algumas delas.

Com relação a distância ou má localização das escolas:

- Fazenda Sta. Cruz - "Muito perto de Carpina (da cidade) e todos vão para lá. Entretanto, tem muitas crianças sem escola".
- Campo Alegre - "Situação educacional é deficiente. Só há uma escola que fica a 1/2 légua".
- Sítio Tanques - "Tem escola mas, as crianças faltam muito as aulas por causa dos rios (quando enchem impedem a passagem)"

Com relação a deficiência de móveis e prédios:

- Sítio Tanques - "A escola não tem banca e material escolar".
- Chã do Rocha - "As escolas são casas alugadas".

Com relação a situação educacional

- Japaranduba - "O povo é semi-analfabeto, porém conta com duas escolas - municipais."
- Pirana de Baixo - "Apesar de 3 escolas o povo é bastante ignorante. A maior parte é analfabeto."
- Jussaral - "Quase ninguém sabe lêr. Tem uma escola, porém não há muita frequência em virtude dos trabalhos".
- Eng. Brilhante - "O povo de uma maneira geral, sem educação e nutrição."
- Cotunguba - "Maioria esmagadora de analfabetos. Indiferença. Não - interessam."
- Eng. Paçi - "A peor possível. Quase todos são analfabetos."
- Eng. Camarazal - "Deficiente. ficam muitas crianças sem escola".
- Jaguarama - "Deficiente. Ficam muitas crianças sem escola porque tem vergonha de chegar até a Casa Grande".

Tôdas estas observações vêm comprovar mais a necessidade e oportunidade das Escolas Radiofônicas.

G - MEIOS DE COMUNICAÇÃO (Transportes)

L O C A L	Cavalo	Carro-jipe	Onibus	Trem	Bicicleta	(pé)
Orobó	15	12	7	-	1	15
Carpina	-	4	2	1	1	-
Nazaré	1	7	6	5	-	4
Total	16	23	15	6	2	19

OBSERVAÇÕES

Quanto aos transportes mais usados nas comunidades dos monitores, suas facilidades e dificuldades, temos as seguintes observações:

O R O B Ó

- Matinadas - "Menos de meia hora de Orobó (sede), equivalendo a 5 minutos a pé. Tem transporte: ônibus de Umbuzeiro, e Matinadas - diariamente - para Recife (o pessoal vai muito a Recife)".
- Buraco da Onça - "Vão para Matinadas: mais ou menos 1 hora, e para Umbuzeiro - 1 1/2 hora. Vão a pé ou a cavalo".
- Sítio Tanques - "A Fazenda tem um jipe que atende especialmente os doentes. 7 kms. para Orobó. Usam a "peviária".
- Caicaras de Cima - "Perto de Umbuzeiro. Tomam onibus no meio do caminho. Para lá só mesmo a pé ou a cavalo. Não tem estrada. 1/2 km. de Tanques à estrada."

Gameleira - "Quase tudo em Matinadas, que fica 1 km. Vão a pé. Poucos cavalos. Até a feira é em Matinadas."

Tanques - "Fica a 2 léguas da sede. Tem estrada mas não tem transporte a não ser o jipe do Prefeito e do Sr. Rafael (chefe do lugar) que atendem especialmente os doentes."

Sítio Guarani - "O povo vai para Orobó a pé. Tem estrada, quando não chove. Contam com o jipe do Prefeito e do ex-Prefeito. As vezes usam cavalo para transporte".

C A R P I N A

Faz. Sta. Cruz - "20 minutos da sede do município"

Chã de Santana - "Tem estrada mas não tem transporte. Fica a 2 km. da central (estrada)."

Campo Alegre - "Todos os transportes são tomados na estrada central"

Chã de Castelo - "Não tem transporte direto".

N A Z A R É

Barro Vermelho - "1 1/2 km. da central. Tem estrada mas não tem transporte próprio."

Eng.º Camarazal - "Tem estradas. Fica a 1 légua de Nazaré."

Sítio S. Francisco - "Fica a 2 km. da rodagem de Limoeiro. Tem estradas. No verão utilizam caminhões que passam por lá".

Cotunguba - - "Poucos transportes. Anda-se muito a pé. Caminhão no tempo de cana não é possível".

Eng.º Pagi - "É perto da cidade. Vêm a rua a pé. Contam as vezes com carro e caminhão".

Eng.º. Brilhante- "Quase sempre a pé. Em casos de doenças, usam carro ou charrete".

DISTÂNCIAS

Quase todos os monitores referiram-se às distâncias de seus povoados à sede do município, avaliando em horas de caminhada, quilômetros e léguas.

Se analisarmos as formas de locomoção mais utilizadas, constatamos a seguinte ordem:

a pé
cavalo
onibus.

Por estas observações, relativas aos meios de transportes utilizados na área, aspecto que muito nos interessa para a supervisão especialmente, chegamos a conclusão da quase impraticabilidade das necessárias visitas de supervisão, sem contar com transporte próprio.

Vale salientar que possivelmente as distâncias em quilômetros ou mesmo léguas, muitas vezes não correspondam a realidade, pela falta de conhecimento que demonstram os entrevistados nesse assunto. Quanto as horas de caminhada, também para nós é um pouco relativo, em virtude mesmo do hábito que eles têm de caminhar.

H - TIPOS DE RECREAÇÃO

TIPOS	OROBÓ	CARPINA	NAZARÉ	TOTAL
<u>Diversões populares</u>				
Pastoril	-	1	1	2
Cavalo marinho	-	1	-	1
Ciranda	-	2	6	8
Côco	-	1	-	1
Xangô	-	1	1	2
Maracatu	-	-	-	1
Cantadores	4	-	1	5
Carnaval	2	-	-	2
Festa de rua	2	1	4	7
Dansas	8	3	8	19
T o t a l	16	10	21	48
<u>Festas religiosas</u>				
Festas de padroeiras	1	-	1	2
Natal	4	-	-	4
São João	1	1	-	2
Missa	2	1	2	5
Novenas	2	-	-	2
Reuniões de JAC	2	2	-	4
Outras festas religiosas	2	1	1	4
T o t a l	14	5	4	23
<u>Festas diversas</u>				
Aniversários	2	-	-	2
Casamentos	3	-	1	4
De Escolas	1	-	1	2
De família	1	1	-	2
<u>Jogos</u>				
Futebol	-	-	1	1
Bingo	-	-	1	1
Jogos diversos	4	-	2	6
T o t a l	4	-	4	8
<u>Outras diversões</u>				
Cinema	1	2	6	9
Leitura	1	-	-	1
Sanfona e violão	6	-	-	6
Dramas	-	-	1	1
Cachaça	-	-	5	5
T o t a l	8	2	12	22

OBSERVAÇÕES

Como anotações dos roteiros das entrevistas, resta salientar no que se refere as distrações, que: - os jogos, são quase sempre de baralho ou bozó (com ou sem dinheiro); - as dansas são em grande parte ao som de violões e sanfona; - dos entrevistados, 4 responderam que no lugar onde moram não há nenhum tipo de recreação.

Destacando isoladamente um tipo de recreação, verificamos que a dança tem uma grande cotação o que poderá permitir a inclusão de música.

Tipos de recreação possíveis de aproveitar-se no ensino radiofônico:

- no 1º grupo de diversão, convém salientar as festas principais como Natal, Carnaval e São João, possíveis de uma programação;
- no 2º grupo, a possibilidade de transmissão de ofícios religiosos;
- no 3º grupo vale salientar as festas de aniversário;
- no 4º grupo, a transmissão de jogos, possibilitando reunir o povo em volta da escola;
- no 5º grupo, a possibilidade de irradiação de "dramas".

I - RELIGIÕES PRATICADAS

RELIGIÃO	OROBÓ	CARPINA	NAZARÉ	TOTAL
Católica	20	7	14	41
Protestante	4	4	12	20
Espírita	3	3	5	11
Xangô	-	1	1	2
Catimbó	-	-	2	2
Indiferentes	-	-	2	2

OBSERVAÇÕES:

- Na religião Protestante, foram incluídas a denominada Nova Seita, a Pentecostal e a Batista.

O R O B Ó

- Chã do Rocha - "Maioria católica. Tem uma Igreja protestante"
- Sítio Tanques - "Todo mundo é católico. Nêsse sítio nem mora protestante".
- Sít. Gameleira - "Todos são católicos".
- Sítio Tanques - "Quase todos católicos; poucos protestantes".
- Sít. Cazuzinha - "Maioria católicos. Alguns espíritas".
- Umburetama - "Todos católicos; não há protestantes".
- Orobó (sede) - "Maioria da população é católica; vez por outra aparecem seitas espíritas".

C A R P I N A

- Faz. Sta. Cruz - "A maior parte da população da fazenda é católica, porém sem praticar".
- Engº. Limeira - "Todos os moradores são católicos".

N A Z A R É

- Sítio Sta. Rosa - "Muitos são protestantes; os demais são católicos".
- Barro Vermelho - "Há mais espíritas e menos católicos e protestantes".
- Engº. Morojó - "Só católicos".
- Engº. Camarazal - "Os católicos e protestantes se dirigem conjuntamente para ambas as Igrejas".
- Engenho Pagi - "A metade da população é sem religião".
- Engº. Brilhante - "Maioria católica mas sem formação; muitos indiferentes".

Entre os 20 monitores entrevistados, 12 responderam que a religião praticada no lugar onde mora é a católica; 4 - que a maioria da população de suas respectivas áreas é católica mas existem alguns espíritas. (Estas foram as entrevistas de Orobó)

(Maria Angélica Collier)-p/Equip. Estad. Pernambuco

APRECIÇÃO DO 2º TESTE INFORMATIVO

TREINAMENTO DE MONITORES

Pontos a considerar:

- Nível intelectual do monitor e sua disponibilidade para o trabalho.
- Rendimento dos monitores em relação ao treinamento
- Necessidade do monitor em função dos programas e dos próximos treinos.

Com referência ao primeiro ponto, encontramos a maioria alfabetizada. É bom notar que as mulheres pareciam ser mais aptas intelectualmente.

Em todos, notamos o desejo de levar aos outros o que aprenderam e sobretudo, querendo tirar o seu povo da ignorância. Salientou-se portanto, essa disposição que o monitor necessita ter para um trabalho dessa natureza. Porém, registram-se algumas dificuldades para a execução do trabalho, tais como:

- falta de conhecimento do povo sobre a escola radiofônica.
- pobreza, dificuldades financeiras
- existência em alguns lugares, de escola para adultos, não havendo necessidade real da escola radiofônica.

O interesse face aos assuntos abordados no treinamento, foi geral. Entretanto, observa-se a necessidade de dar um ritmo de continuidade não só o que se refere aos assuntos tratados no treino, como a formação do monitor - para o exercício da função - como um todo, dando-lhes também uma constante motivação e estímulo.

Tendo em vista a própria formação dos monitores, coisa que se deve pensar sempre, especialmente através dos programas que lhes serão dirigidos, poderíamos dar os assuntos solicitados nestes testes, tais como:

polidez
economia doméstica
trabalhos manuais
agricultura
higiene
alimentação
religião
português

Quanto ao mais, atenderíamos quando nos fôsse pedido e constatássemos novas dificuldades.

No que diz respeito a aplicação dessas testes, é de grande importância para se avaliar o aproveitamento dos trabalhos feitos. No entanto, poder-se-ia mudar um pouco as disposições das perguntas.

Temos também a considerar que após um treinamento onde predominou um ambiente informal e cordial, há um "clima psicológico" para respostas entusiasmadas.

Daí, a conveniência de se continuar dando-lhes assistência com a supervisão (mensal, se possível), das correspondências o que lhes assegura talvez, o desejo de perseverar, dos programas, etc.

RESUMO DAS RESPOSTAS DOS GRUPOS A e B

2ª TESTE INFORMATIVO

1. O que achou deste treinamento?
 - ótimo e proveitoso (para ensinar aos outros e aprender)
2. O que gostaria de aprender noutra formação?
 - português, artesanato, trabalhos manuais, arte culinária e bordados.
 - educação de base:
 - educação sanitária
 - conhecimentos gerais
 - economia doméstica
 - religião
 - aritmética
 - polidez.
3. O que mais lhe agradou no treino?
 - a maioria gostou do treino: dos assuntos (especialmente dos assuntos de educação de base e "atitudes do monitor") da convivência com as monitoras e as supervisoras.
4. O que achou de menos utilidade?
 - a maioria não achou nenhum assunto de menos utilidade
 - a explicação de Economia Doméstica não foi muito clara.
5. Você quer ser monitor?
 - Sim, a maioria quer ser monitor.
 - Por que?
 - Porque possibilita auxiliar o próximo e ao monitor também
6. Acha que vai conseguir muitos alunos?
 - Sim a maioria.
 - Há dúvidas quanto a pobreza e ignorância e falta de conhecimento sobre a Escola Radiofônica.
 - Por que?
 - Porque vai melhorar o nível de vida.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE

Rua São Clemente, 385 - GB

06/71 - 50